



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Marcelo Barbosa da Silva

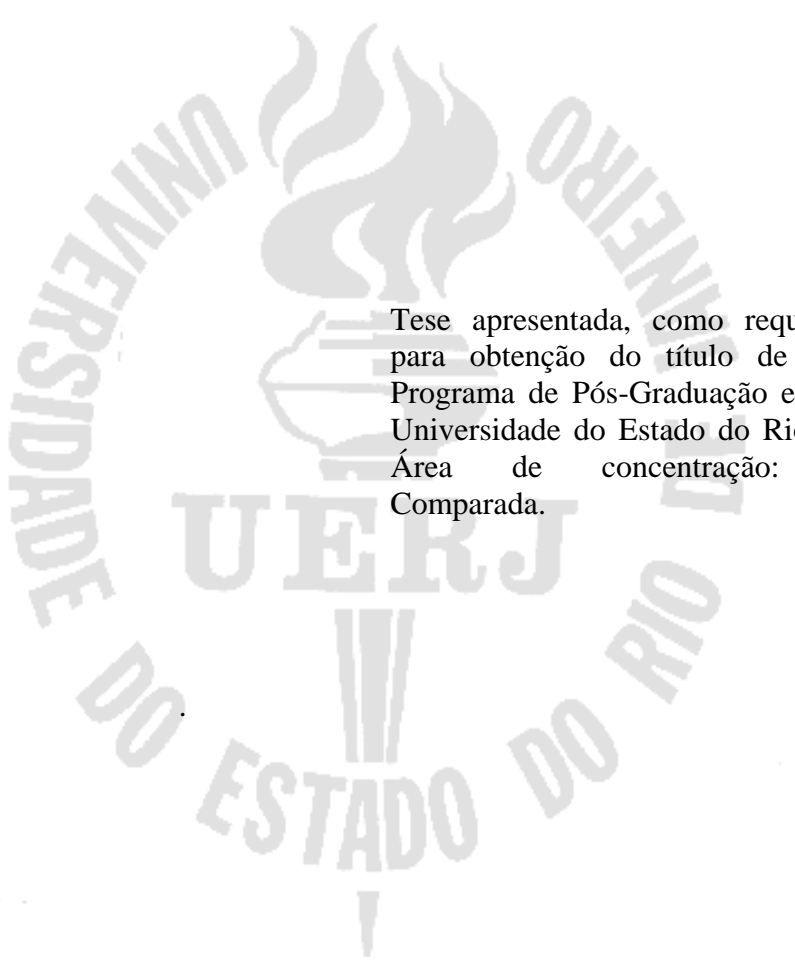
**Como inventar uma nação: o ensaio de interpretação do
Brasil em Varnhagen, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha**

Rio de Janeiro

2011

Marcelo Barbosa da Silva

**Como inventar uma nação: o ensaio de interpretação do Brasil em Varnhagen,
Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha**



Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação em Letras, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: Literatura
Comparada.

Orientador: Prof. Dra. Ana Cristina Rezende Chiara.

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

S586	<p>Silva, Marcelo Barbosa da Como inventar uma nação: o ensaio de interpretação do Brasil em Varnhagen, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha / Marcelo Barbosa da Silva. - 2011. 131 f.</p> <p>Orientadora: Ana Cristina Rezende Chiara. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Ensaaios brasileiros – História e crítica – Teses. 2. Varnhagen, Francisco Adolfo, 1816-1878 – Crítica e interpretação – Teses. 3. Nabuco, Joaquim, 1849-1910 – Crítica e interpretação – Teses. 4. Cunha, Euclides da, 1866-1909 – Crítica e interpretação – Teses. I. Chiara, Ana Cristina. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 869.0(81)-4(091)</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcelo Barbosa da Silva

**Como inventar uma nação: o ensaio de interpretação
do Brasil em Varnhagen, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Comparada.

Aprovada em 31 de março de 2011.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Ana Cristina Rezende Chiara (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. Luiz Werneck Vianna
Departamento de Sociologia da PUC

Regina Lúcia de Farias
Departamento de Letras da UFRRJ

Roberto Acízelo de Souza
Instituto de Letras da UERJ

João Cezar de Castro Rocha
Instituto de Letras da UERJ

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

Para Telmo Barbosa, amigo dos livros.

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto de fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se transforma numa linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa e dirigida sempre numa determinada orientação.

Caio Prado Júnior, Formação do Brasil Contemporâneo

Quem foi que inventou o Brasil?

Foi seu Cabral!

Foi seu Cabral!

No dia vinte e um de abril

Dois meses depois do Carnaval

Lamartine Babo, História do Brasil

AGRADECIMENTOS

Ana Cristina Chiara, Roberto Acízelo de Souza, Luiz Werneck Vianna, Marcos Chor Maio, João Cezar de Castro Rocha, Kadu Machado, Veronica Barbosa da Silva e Cristiane Turon.

RESUMO

SILVA, Marcelo Barbosa da. *Como inventar uma nação: o ensaio de interpretação do Brasil em Varnhagen, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha*. 2011. 131f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

A presente tese representa um esforço no sentido de contextualizar a caminhada do ensaio de interpretação do Brasil, durante o século XIX, com base em três aspectos: a construção do tema nacional, em Varnhagen; a aquisição de uma linguagem de corte subjetivo, em Joaquim Nabuco; e o relacionamento entre ciência e literatura, em Euclides da Cunha. Na introdução, ocorrem aproximações de natureza conceitual acerca das características mais salientes do ensaio como gênero na literatura e da noção de identidade nacional. No primeiro capítulo, os objetivos se transferem para a investigação dos antecedentes da interpretação do Brasil, principalmente aqueles localizados nos textos de não ficção, a exemplo da carta de Pero Vaz Caminha e dos relatos de viagem durante o período colonial. O segundo capítulo descreve os esforços para a criação de uma língua literária correspondente ao novo estatuto de independência política, tendências inventariadas pela prosa e poesia do período, em textos como a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen. O influxo de uma nova subjetividade sobre a linguagem constitui o escopo do terceiro capítulo que também reproduz parte da fortuna crítica do ensaio *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco. Em quarto, o diálogo entre ciências sociais e a interpretação do Brasil servem de contraponto ao levantamento de obras que já aproximam a questão social (o caso de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha). No quinto capítulo, uma breve reconstituição da passagem do ensaio de interpretação do Brasil no século XX. Por último, na coda, a trajetória do ensaio de interpretação do Brasil, até meados de 1900.

Palavras-chave: História literária. Nação. Ensaio.

ABSTRACT

This study is focused in the interpretation of Brazil, in the period time of the XIX century, based on three aspects: the building of the nationalist matter, in Varnhagen; the acquisition of subjective language, in Joaquim Nabuco and the relationship between science and literature, in Euclides da Cunha. The introduction, presents the conceptual nature about the more visible traces of the essay in the literature and notion of national identity. In it's first chapter, the narrative follow the roots of Brazil's interpretation, especially in those non fictional texts like the letter of Pero Vaz Caminha and the journey reports during the colonial period. The second chapter describes the creation of a literary language after the process of political independence. It can be found in written productions such as poetry and novel, but mostly in texts like *História Geral do Brasil*, by Francisco Adolfo de Varnhagen. The uprising of this new subjectivity in the language concerns the matter of the fourth chapter that also brings the criticism about the essay *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco. In the coda, there is a brief reconstitution of Brazil's way of interpretation, until near 1900.

Keywords: History of literature. Nation. Essay.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1- A COLÔNIA: antes do ensaio, antes da interpretação	24
1.1. Produção material e consciência nacional	26
1.2. Quociente literário	29
1.3. Um espelho	30
2- VARNHAGEN E O TEMA NACIONAL	31
2.1. Questão nacional e literatura	32
2.2. Da consciência Nativista à consciência nacional	36
2.3. Do romance ao ensaio: mitos de origem	40
2.4. Varnhagen: compondo a narrativa conservadora	43
2.5. A <i>História Geral do Brasil</i> e a trajetória do ensaio de interpretação	49
3- JOAQUIM NABUCO E A LINGUAGEM	51
3.1. A crítica liberal	51
3.2. Joaquim Nabuco e o Abolicionismo	53
3.3. A importância <i>d'O Abolicionismo</i>	62
4- EUCLIDES DA CUNHA: arte e ciência	66
4.1. Um tempo de crise e possibilidades	66
4.2. <i>Os Sertões</i>	73
4.3. Ciência e literatura em <i>Os Sertões</i>	78
4.4. A interpretação do Brasil ao fim do século XIX	82
5-CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE	98

INTRODUÇÃO – O ensaio, gênero problemático

Desde o seu aparecimento no horizonte das letras, ocorrido em fins do século XVI, com a edição dos *Essais*,¹ de Montaigne, o ensaio tem-se mostrado um gênero bastante ambíguo no que se refere às suas relações com a literatura. Marcado pela busca incessante de um diálogo com as questões da teoria,² que, por vezes, só pode acontecer em detrimento da invenção e forma, não foram poucas as ocasiões nas quais o formato sofreu a acusação de ser uma modalidade de escrita de características não literárias. Ao mesmo tempo, conforme é sabido, grandes ficcionistas se dedicaram a esse tipo de prosa, alguns de forma eventual, a exemplo de Tolstoi,³ e outros de forma mais sistemática, conforme o caso de Camus.⁴ Concebido à feição de um grande guarda-chuva conceitual, para abrigar manifestações textuais bastante distintas entre si, o ensaio tem na indeterminação sua própria singularidade. Talvez por isso, as diferentes tradições literárias tenham reservado a esse tipo de prosa atitudes diversas. Para o mundo anglófono, salvo as exceções de praxe, será a composição curta, de inspiração impressionista, dotada de relativa indefinição temática, não raro veiculada pela imprensa. Já na Europa Continental, exceção feita aos moralistas franceses, o gênero assumirá formas mais extensas, muitas vezes monotêmicas, constituindo-se no formato predileto para a reflexão de caráter especulativo nos ramos das ciências humanas e filosofia, especialmente no século XIX.⁵

- **Problemas de conceituação**

¹ A seleção dos *Ensaio*s consultados nesta tese está reunida em MONTAIGNE, Michel. *Os Pensadores*. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

² A concepção de teoria que se pretende utilizar aqui é a mais instrumental possível: a de conjunto organizado de hipóteses (em busca de comprovação) que pretendem tornar inteligível uma determinada área do conhecimento científico, técnico, artístico ou filosófico. HOUAISS, Antonio et al. *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*, São Paulo, Editora Nova Cultural, 1995, p. 865.

³ TOLSTOI, Leon, *Guerra e Paz, Epílogo, Segunda Parte*. Tradução de Gustavo Nonnenberg. Rio de Janeiro: Ediouro, 1980, p.795-821.

⁴ CAMUS, Albert, apud PINTO, Manoel da Costa. *Alberto Camus, um Elogio do Ensaio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998, p.149.

⁵ COUTINHO, Afrânio, *Enciclopédia Barsa*, verbete ensaio. Rio de Janeiro, São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, 1967.p.359.

Um dos primeiros divulgadores da teoria literária no Brasil, Afrânio Coutinho, teve ocasião, no espaço de verbete de uma conhecida enciclopédia, de articular uma conceituação de ensaio cujo principal mérito, além de seu inegável didatismo, é o de sustentar o caráter extremamente problemático desse tipo de definição:

Gênero literário moderno de difícil definição e caracterização, de limites imprecisos, de assunto que varia ao infinito. Situando-se entre o poético e o didático, distinguindo-se pelo manejo a um tempo das idéias e do estilo, sua estrutura baseia-se na flexibilidade formal e na subjetividade. Pode-se dizer que, de modo geral, o ensaio é uma forma literária, uma composição usualmente em prosa (os de Pope foram em verso), de pequena extensão e assunto limitado.⁶

Autor mais recente, Manoel da Costa Pinto explora esse viés problemático do formato ensaístico para tornar relativos os seus vínculos com a literatura e, caminhando na direção oposta, ressaltar suas ligações com a filosofia: “É por isso, enfim, que podemos falar do ensaio como gênero – um gênero que assinala sua condição de passagem entre o não ficcional e o ficcional, sua condição de *poética do pensamento*.”⁷ Outros autores, no afã da busca do rigor conceitual, negam a esse tipo de prosa a própria condição de gênero. É o caso de Lúcia Miguel Pereira, para quem o ensaio é “antes atitude mental do que propriamente gênero literário”.⁸

Estas cautelas da teoria ao abordar os contornos de um objeto tão impreciso quanto o vinda do latim *exagium*⁹ (pesagem), parece se mostrar resistente à produção de sentido, necessitando buscar no correlato *conatus*¹⁰ (tentativa, esboço) uma ancoragem semântica mais apropriada. Em vista disto, em vez de optar, de pronto, por uma das linhas conceituais acima (aqui resumidas de maneira extremamente sintética), talvez seja mais produtivo buscar outras determinações capazes de tornar visíveis as características mais salientes do ensaio na qualidade de manifestação textual, pois, mesmo em meio à discordância entre os estudiosos com relação às definições, uma percepção parece unificar todas as tendências do debate: a ideia de que este tipo de prosa inaugura uma nova subjetividade com o aparecimento dos *Ensaíos*, de Michel Montaigne, em edição datada de 1595.

⁶ COUTINHO, Afrânio, *Enciclopédia Barsa*, verbete ensaio. Rio de Janeiro, São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, 1967.p.359.

⁷ PINTO, Manoel da Costa, *Albert Camus, um Elogio do Ensaio*, São Paulo: Ateliê Editorial, 1998, p.105.

⁸ PEREIRA, Lúcia Miguel, Prefácio de Ensaístas Ingleses. *Clássicos Jackson*. V. XXVII. Rio de Janeiro, 1970, p. XV. apud PINTO, Manoel da Costa. *Alberto Camus, um Elogio do Ensaio*, p. 36.

⁹ BUARQUE DE HOLLANDA, Aurélio et al. Verbetes ensaio. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2. ed. 1986.

¹⁰ PINTO, Manoel da Costa. *Alberto Camus, um Elogio do Ensaio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998, p.41.

Por certo, antes de Montaigne, a prosa ensaística já tivera os seus “marcos precursores” no *Livro de Provérbios* da Bíblia, nos *Diálogos* de Platão, nos *Caracteres* de Teofrasto, nas *Meditações* de Marco Aurélio, ou nas cartas de Sêneca e nas obras de Plutarco.¹¹ Segundo Villey, citado por Erich Auerbach,¹² as coleções de provérbios, em especial, modalidades textuais muito apreciadas na antiguidade tardia e na idade média, ao servirem de veículo para a difusão da herança humanista, no século XVI, foram a influência decisiva para a gênese do tipo de escrita cultivada por Montaigne. Cabe ressaltar, no entanto, que, excetuada a forma fragmentária, não existe nos exemplos acima nenhuma das características de exercício de subjetividade e estetização presentes no ensaio moderno, conforme será visto posteriormente.

- **O Eu que se inventa**

Mesmo óbvia, a menção Renascimento como um dos momentos mais decisivos da trajetória humana nem por isso O testemunho dessas transformações ocorridas no período pode ser apreciado na música de Palestrina, nas esculturas de Michelangelo, nas pinturas de Rafael, entre tantos outros gênios. É também o ambiente no qual o mundo da ciência, ainda próximo do mundo das artes, presencia os abalos da revolução copernicana e da heresia de Galileu. Fruto dessa conjuntura, o que parece destacar a importância dos *Essais* de Montaigne é o seu pioneirismo em enunciar, no plano da filosofia, a nova relação entre subjetividade e objetividade, abrindo caminho para uma sensibilidade do sujeito que antecipa em mais de século as assertivas de Baumgarten¹³ e Kant¹⁴ quanto às possibilidades de uma razão para além do puro intelecto. Nessa construção de nítida inspiração renascentista, para o filósofo francês, o ponto de vista de quem aspira ao conhecimento constitui, em si, uma forma de

¹¹ COUTINHO, Afrânio. *Enciclopédia Barsa*. Verbete ensaio. Rio de Janeiro, São Paulo: Encyclopaedia, Britannica Editores Ltda, 1967.

¹² VILLEY, *Les Sources et L'évolution des Essais de Montaigne*. 2. ed.. Paris, 1933, p. 321. apud AUERBACH, Eric. *Mimesis, As Representações da Realidade na Literatura Ocidental*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva. 2004, p. 258.

¹³ BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. 1. ed. Tradução de Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p.38.

¹⁴ As concepções de fundo a respeito das possibilidades de uma razão para além da mera inteligência foram buscadas através da leitura de KANT, Immanuel, *Crítica da Razão Pura*. Tradução de J. Rodrigues de Menege. Rio de Janeiro, 1990, p. 19-35.

conhecimento: “Pintando-me para outrem, pinteime em cores mais nítidas do que eram minhas cores originais. Eu não fiz mais o meu livro do que o meu livro me fez.”¹⁵

Essa revelação do Eu, de grande alcance histórico, não autoriza, no entanto, generalizações arbitrárias, por mais engenhosas que possam ser, a exemplo do trecho: “Montaigne segue o percurso contrário: a partir dele podemos dizer que não é o sujeito que tem uma objetividade mesma que, enunciada pelo sujeito, se apresenta sempre como miragem.”¹⁶

Ao contrário, a objetividade ainda está posta, embora as consequências de sua nova forma de vigência sejam visíveis: nos séculos posteriores à Renascença, além do desenvolvimento dos gêneros até então praticados no mundo das letras (novela, poesia, eloquência, entre outros), surgem outras manifestações mais ligadas à necessidade de expressão do nascente indivíduo, tais como os gêneros autobiográficos. Por via de consequência, as formas fragmentárias assumem a tarefa de aspirar à integração com uma totalidade de caráter concreto (em oposição à totalidade abstrata preconizada pela escolástica medieval),¹⁷ e o ensaio, enriquecido pelo ponto de vista sensível do autor, se emancipa das regras cogentes da forma do tratado.

Aliás, os filósofos medievais, com sua tendência – visível nos tratados escolásticos – a separar de forma metafísica corpo e espírito, vão encontrar em Montaigne um crítico de todas as horas, conforme Erich Auerbach esclarece:

O que lhes lança no rosto – o caráter abstrato, a tendência de sua metodologia de disfarçar a realidade da vida e o caráter enfatado de sua terminologia – tudo isto pode ser atribuído, em última análise, ao fato de que eles separam, parcialmente na teoria e parcialmente, na prática doutrinária, o espírito do corpo e não deixam falar este último. Todas elas têm, segundo Montaigne, uma opinião demasiado arrogante do homem, falam nele como se fosse espírito e falseiam, assim, a realidade da vida.¹⁸

- **Procedimentos de estetização**

¹⁵ MONTAIGNE, Michel. *Oeuvres Complètes*. Paris: Galimard, 1995. Bibliothèque de La Pléiade, p. 648 apud e traduzido PINTO, Manoel da Costa. *Alberto Camus, um Elogio do Ensaio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998, p.56.

¹⁶ PINTO, Manoel da Costa. *Alberto Camus, um Elogio do Ensaio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998, p.41.

¹⁷ KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 1. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.34.

¹⁸ AUERBACH, Eric. *Mimesis, As Representações da Realidade na Literatura Ocidental*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004, p. 268.

Escrever com clareza ou estilo? Utilizar o intelecto ou a imaginação? Privilegiar a forma ou o conteúdo? Antes do aparecimento do ensaio moderno, essas perguntas não teriam razão de existir para o autor de não ficção. Até então, a linguagem de qualquer produto discursivo que, de alguma maneira, tomasse pontos de contato com a teoria, fosse o fragmento, o aforismo ou ainda o tratado, pressuporia uma transparência entre objeto e representação. Ou seja, o pacto ético do autor daquilo que, após o século XVIII, seria denominado de não ficção impunha uma regra rígida: nenhum contágio entre questões de gosto e de valor. O que Montaigne conseguiu, com o aparecimento dos *Essais*, pelo menos aparentemente, foi criar condições para um florescimento, no âmbito das futuras ciências humanas, de um conhecimento para além das chamadas “verdades objetivas”, um conhecimento para o qual também concorre o ponto de vista do sujeito, daí a importância fundadora desta obra. Esse desenvolvimento das subjetividades não deveria implicar, como querem alguns, o cancelamento apriorístico das noções de verdade ou ainda de identidade do sujeito, mas apenas o aumento dos índices de problematização em torno dessas questões. Com efeito, mesmo em áreas consideradas duras do conhecimento, a exemplo da física teórica, o uso de imagens, como o exemplificado em expressões como *teoria das cordas*, *big bang*, entre outras, não deixa dúvidas quanto a essa contaminação. É por isso que uma forma como o ensaio, situada entre a ficção e a não ficção, está sujeita a imensas dificuldades de classificação, conforme veremos abaixo.

• Tipologia

O texto do verbete anteriormente mencionado esboça uma tipologia das modalidades ensaísticas de grande valia para fins didáticos:

De um lado, o ensaio pessoal, familiar, impressionista, irregular, não metódico, leve, exprimindo uma reação pessoal, íntima ante a realidade, sem estrutura clara ou preestabelecida; desenvolvendo-se ao sabor do pensamento, dos sentimentos, das reações do autor [...] De outro lado o ensaio formal, discursivo, peça longa, desenvolvida, metódica, concludente, de pesquisa e análise, consistente numa exposição lógica e reflexiva, segundo uma estrutura prevista de introdução, corpo de discussão e conclusão; redigida em linguagem austera; sobre assuntos, acerca dos quais expende um juízo ou conclusão (ensaios críticos de arte e literatura, filosóficos, históricos, biográficos, políticos, artigos, editoriais, monográficos, teses, etc.¹⁹

¹⁹ COUTINHO, Afrânio. *Enciclopédia Barsa*. Verbetes ensaio. Rio de Janeiro, São Paulo: Enciclopédia Britannica Editores Ltda, 1967.

Longe de encontrar consenso, o tipo de distinções contidas na remissão acima encontra fortes resistências, principalmente em estudiosos preocupados com as questões da ficcionalização nas linguagens literária e filosófica, conforme aparenta ser o caso de Manoel da Costa Pinto, segundo se vê da leitura do trecho a seguir: “Mas seria o caso de perguntarmos se o *familiar essay*, de extração inglesa, ou a *prosa doutrinal* portuguesa correspondem de fato ao mesmo gênero, ou se o uso indiscriminado do termo ensaio não acaba turvando o caráter ficcional impregnado na linguagem montaigniana.”²⁰

Em sentido diverso, Eduardo Portella considera imprescindível, em face da oposição de base entre o ensaio e as formas monográficas como o tratado, que, no primeiro sempre haja, não necessariamente ficcionalidade, mas, sim, invenção literária:

O ensaio é um gênero múltiplo, dispõe de múltiplas facetas, mas está predominantemente localizado entre a literatura e a filosofia. Por que localizado entre a literatura e a filosofia? Porque há com ele um compromisso de pensar; um dissidente de Nietzsche provavelmente diria: uma vontade de pensar. E há um compromisso com texto, com a qualidade do texto sem o que não é ensaio. Pode ser uma monografia, pode ser um compêndio, pode ser uma exposição louvável, mas falta este toque imaginoso que só o ensaio tem. Logo, o ensaio é uma forma, uma forma não formal, que se identifica pelo vigor crítico e pela qualidade textual.²¹

Essas tendências de restringir ou ampliar o escopo do gênero ensaístico, absolutamente válidas e mesmo necessárias em sentido acadêmico, esbarram numa realidade incontornável: a de que, em acepção usual, tal demanda já se pacificou. Para o *status quo* da cultura, em especial os suplementos culturais e literários da grande mídia,²² ensaio é todo e qualquer texto crítico, seja sobre literatura, estética, história ou filosofia, percepção sempre tomada em contraponto à forma tratado. Certa ou errada, essa vulgata jornalística designa boa parte do *corpus* no qual os estudiosos de toda a área das humanidades, inclusive a crítica literária, buscam inspiração para suas pesquisas.

- **Um lugar ao sol da literatura**

²⁰ PINTO, Manoel da Costa. *Alberto Camus, um Elogio do Ensaio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998, p.37.

²¹ PORTELLA, Eduardo. *O Ensaio*. Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www.academia.org>>. Acesso em: 25.03.2010. 2000.

²² PORTELLA, Eduardo. *O Ensaio*. Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www.academia.org>>. Acesso em: 25.03.2010, 2000.

“Ensaaios não são literatura.” A sentença dura, irrecorrível já foi, e ainda é, proferida por muitos estudiosos da matéria. Claro que nunca de uma forma tão grosseira e destituída de mediações como na caricatura pinçada para o início deste parágrafo. Antes pelo contrário. Quase sempre, a condenação surge ornada de exercícios de sutileza e estilo, no molde delicioso da crônica “Divertimento”,²³ de Augusto Abelaira, texto no qual o escritor português sustenta que o primeiro dever da literatura é o de divertir, o de provocar prazer no leitor. Situação que apenas ocorrerá caso a escrita seja um fim em si mesmo e não esteja atrelada a um caráter instrumental. “Afim, ninguém com bom senso que queira obter conhecimentos rigorosos acerca do mundo procurará obtê-los num romance ou numa poesia.”²⁴

Sem querer entrar no mérito de questões mais profundas decorrentes das relações entre *mimesis* e ficção, o fato é que as assertivas elegantes de Abelaira, que, na prática, excluem do âmbito da literatura o estudo monográfico e ferem, nem tão levemente assim, o ensaio impressionista, podem as três, ser no mínimo, relativizadas. Afinal, conforme o próprio cronista reconhece, o “prazer da (leitura), só por si, não faz a literatura”. E é muito discutível, para os autores da escola realista, por exemplo, a opinião de que a experiência literária não dê a conhecer nada sobre o mundo. Ou ainda que o caráter instrumental de determinada prosa seja, sem o concurso de outros fatores, capaz de desidratar toda e qualquer manifestação de estilo.

Em suma, as opiniões do escritor português são passíveis de discordância. Contudo, repita-se: não é este o mérito da questão aqui. Salvo juízo contrário, a melhor forma de dialogar com as questões formuladas por Abelaira é a de formular uma outra pergunta à luz de suas reflexões: nos ensaios que o senso comum dos especialistas, em literatura, se acostumou a considerar esteticamente relevantes, a instância da produção teórica é capaz de bloquear a experiência especificamente literária da leitura? Parece autoevidente que não. Se fosse assim, os já mencionados *Essais* de Montaigne só poderiam ser objeto de análise e estudo em centros universitários voltados para a especialização filosófica. Assim, toda a abordagem literária desse texto canônico de natureza teórica seria pouco mais do que uma usurpação epistemológica. Hipótese, *per si*, absurda.

Claro, esse tipo de ponto de vista deve ser tomado sempre com as devidas ressalvas. Mesmo reconhecendo a maestria literária de Sigmund Freud, por exemplo, não é crível que alguém que não esteja minimamente interessado por psicanálise, pretenda ler *Totem e Tabu*

²³ ABELAIRA, Augusto. Divertimento em *Jornal de Letras. Artes e Idéias*, n. 672, 30 de Julho de 1996, p. 25.

²⁴ *Ibid.* p. 25.

como fosse um romance ou uma coletânea de *short stories*. Contudo, as manifestações de estilo estão ali, chegando a ser interessante averiguar até que ponto o manejo literário do pensador vienense não tem o condão de realçar o objeto de prospecção teórica: as sociedades primitivas. Em sentido absolutamente oposto, a leitura de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, hoje, pouco acrescenta em termos de um conhecimento sistemático da realidade brasileira, a não ser no que se refere à arqueologia das ideias. Isso porque as categorias analíticas utilizadas pelo autor, fundadas na noção de raça e mesologia, se acham derogadas no tempo. Mas, paradoxalmente, a importância literária do ensaio de Euclides não cessa de crescer ao longo das últimas décadas, fruto de sua valorização e culto no âmbito dos programas de graduação e pós-graduação em letras existentes no país.

As marcas argumentativas dispostas no parágrafo anterior autorizam a formulação de uma última pergunta à guisa de conclusão: por que os estudos literários se ocupam da análise do ensaio?

Em primeiro lugar, por razões históricas: quando do alvorecer da modernidade, a palavra literatura não tinha o significado *stricto sensu*²⁵ que a ela emprestamos hoje. Nesse sentido, o esclarecimento de Roberto Acízelo de Souza é bastante pertinente: “Até o século XVIII, a palavra (literatura) mantém o sentido de sua origem latina [...] significando conhecimento relativo às técnicas de escrever e ler, cultura do homem letrado, instrução.”²⁶

Assim, se nesse período, as manifestações da palavra habitam uma casa comum onde já reconhecemos formas indubitavelmente plenas de literariedade na poesia de Petrarca, no romance de Cervantes, no teatro de Shakespeare, entre outras, não chega a ser aleatório o estudo de modalidades menos ostensivamente literárias, para os padrões atuais, como o ensaísmo de Montaigne, a sermonística de Vieira ou ainda o moralismo de Pascal. Isso porque, sem tais recensões, se torna impossível reconstituir o itinerário da teoria literária em busca da autonomia de seu objeto.

Em contrapartida, razões de natureza teórica também autorizam a anexação de parcelas do território do ensaio pela literatura. De fato, a origem nas humanidades autoriza e facilita essas aproximações, ambas as trajetórias realizadas sob um pano de fundo comum: a enunciação do sujeito, nos termos formulados pela modernidade, mediada pelo suporte da linguagem. Dessa forma, malgrado a especialização progressiva da matéria, cada vez mais insulada nos domínios do “lírico, do narrativo e dramático”,²⁷ o ensaio prosseguiu na condição

²⁵ SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da Literatura*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2006, p.46.

²⁶ SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da Literatura*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2006, p.46.

²⁷Ibid. p. 63.

de epifenômeno da literatura. Mas não um epifenômeno qualquer. Quando o sujeito ampliou seu espectro de escolhas morais para além da ética religiosa, o ensaio estava lá. E, no momento em que a política saturou as literaturas com a explosão das questões nacionais, também não foi diferente. Mesmo, hoje, época em que o possível estilhaçamento das identidades faz soar a hora pós-moderna, o ensaio persiste em sua trajetória.

Portanto, se a literatura é uma forma de expressão do sujeito a exemplo das demais artes, parece lícito supor que o ensaio seja seu departamento para as questões da teoria. Uma relação de simbiose muito mais necessária do que contingente. É através da literatura que o ensaio emancipa a teoria dos poderes da razão meramente intelectual e se abre à sensibilidade numa formulação tipicamente kantiana.²⁸ Nesse contexto, a estética não funciona como mero ornamento. Ela cumpre o papel de buscar a compreensão para além do conceito. Em boa medida, tudo parece indicar que nos ensaios esteticamente bem estruturados a busca de clareza de exposição e o compromisso com a produção teórica devem unir forças à metáfora, à metonímia, ao não dito, ao recalcado, ao refratado do texto (no limite, até à obscuridade proposital, à ambiguidade) e a outros recursos de natureza ostensivamente formal – literária, suplementando, de maneira admirável, a compreensão dos objetos. A prosa ensaística, estruturalmente orientada para o caráter aberto e inconcluso do conhecimento, por vezes, pressupõe mediações muito mais ricas de produção de sentido.²⁹

- **A variante brasileira**

No Brasil, numa experiência radical de ampliação dos limites do gênero ensaio, este último será quase equiparado à noção de “estudo”³⁰, em percurso que irá percorrer mais de século, entre as décadas de 1830 e 1970, aproximadamente. O tema? Um só, na prática: a nação. Para esta coordenada irão convergir os melhores recursos da análise teórica por gerações. É ela o ímã capaz de imantar as bússolas dos estudiosos da história, da sociologia, da etnografia, da antropologia, da economia e, de forma muito significativa, da literatura. Fornecer explicações para a nossa trajetória como formação histórica, social e política tornar-

²⁸ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de J. Rodrigues de Meringe. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990, p. 19-35.

²⁹ Isso não implica a ficcionalização do ensaio, e sim o uso de técnicas de ficção para aproximar da compreensão do objeto. Exemplo disso pode ser apreciado em *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, onde a investigação antropológica se vê mediada por uma linguagem que não bloqueia a experiência pessoal do autor, testemunha do colapso e da decadência das relações sociais tratadas no livro.

³⁰ COUTINHO, Afrânio. *Enciclopédia Barsa*. Verbete ensaio. Rio de Janeiro, São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, 1967.

se-á obsessão ilustrada³¹ de nossos intelectuais (há fortes indícios, porém, capazes de fazer supor o interesse de outros povos de países situados na periferia do capitalismo desenvolvido pelo tipo de ensaística centrado no tema nacional, especialmente na América Latina, a exemplo de obras como o *Labirinto da Solidão*, do mexicano Octavio Paz, entre outras.).

Concebidos por motivações claramente extraliterárias, esses estudos (forma crioula do ensaio, diga-se assim) findaram por constituir, nas mãos de alguns de nossos escritores, inclusive ficcionistas, em alguns dos melhores e estilizados momentos do idioma. De Machado de Assis a Gilberto Freyre, a imensa maioria dos homens de letras do país, em algum momento de sua obra, se inclinou por esta vertente. A afortunada tradição cresceu e vicejou até começar a entrar em crise, ao adiantado da marcha batida do século XX, por razões que serão cogitadas posteriormente. A essa altura, outros relevantes estudos da realidade brasileira continuavam a ser produzidos, desta feita, no âmbito da Academia Universitária. A diferença de linguagem, de literária para a técnica, contudo, é patente.

A tarefa de discernir os contornos mais gerais do relacionamento – pródigo em arestas – entre dois temas tão polissêmicos quanto o ensaio e a questão nacional, exige alguns cuidados. Afinal, o terreno comum entre ambos, o das chamadas interpretações do Brasil, demonstra-se instável. Em vista dos riscos da empreitada, talvez a primeira das armadilhas a ser desarmada, numa pesquisa dessa natureza, seja a do evolucionismo. Afinal, seria pouco produtivo idear uma trajetória na qual as explicações a respeito do país, tanto no que se refere a sua fundamentação teórica quanto a seu revestimento estético, avançassem em linha reta, das formas de consciência mais “ingênuas” até as mais “complexas”, num cortejo mecânico, sem retrocessos e nem saltos. Daí por que as sugestões quanto à inteligibilidade do percurso do ensaio de interpretação do Brasil recolhidas neste trabalho não supõem uma teleologia na qual a linha de partida determina, ou legitima, o momento da chegada.

De igual maneira, não se pretende aqui condenar ou absolver ideias, autores e obras ligados à interpretação do Brasil. Trata-se de tentar enxergar seus esforços de compreensão e transfiguração estética da realidade dentro da moldura de seu tempo, suas questões e do campo de disputas e tensões em que se envolveram. Se há alguma pretensão de enxergar continuidade na trajetória desses momentos da escrita, essa continuidade se resume à dialética entre os temas que permaneceram e os que apenas passaram à história. A visão que se tem aqui da passagem do ensaio de interpretação pressupõe uma obra coletiva, um organismo vivo, ainda em andamento. Não se imagina aqui indagar ao passado a solução dos

³¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000.

enigmas contemporâneos. O anacronismo não é um luxo a que a pesquisa histórica, e principalmente a história da literatura, por seus vínculos com as sensibilidades e subjetividades, possam se dar.

Em contrapartida, não se deve esperar deste trabalho uma enunciação conclusiva sobre o papel do ensaio dentro da chamada teoria dos gêneros literários. Isso porque, ao que foi possível constatar, a interpretação do Brasil em chave ensaística não constitui um gênero autônomo. Ao inverso, sua aptidão é justamente a da pluralidade de formas, ou seja, a capacidade de tomar várias formas sem mudar a sua natureza interna. A sua singularidade, ao que tudo indica, vem da simbiose com manifestações textuais mais definidas, como o tratado, a monografia, o panfleto e, no caso brasileiro, até o romance. Para se saber se algum texto se filia ao ensaio de interpretação do Brasil, mais do que indagar suas questões de forma, cumpre questionar a sua adesão a três objetivos, pelo que foi possível apurar: o tema nacional, a expressão estética e o diálogo com as ciências sociais e/ou a filosofia.

Da mesma forma, devem ser incorporados, na qualidade de intérpretes do Brasil, não apenas os homens e mulheres envolvidos na representação ensaística, mas também aqueles associados a outros repertórios. Por certo, em todo percurso de afirmação da literatura brasileira, os poetas, os romancistas e dramaturgos tiveram – e ainda têm – muito a revelar sobre os contornos simbólicos da nação. Isto ninguém pode negar. E o que dizer da música popular? Isso sem falar, em pleno século XX, da expansão de linguagens artísticas ligadas às artes audiovisuais, como o cinema. Ou ainda, como abstrair a influência das novelas assistidas por milhões de espectadores? A necessária ênfase desta tese no ensaio, não deve, assim, impedir o reconhecimento da importância e abrangência de outros gêneros. A escolha das interpretações do Brasil comentadas no presente trabalho buscou o atendimento de critérios objetivos: número de reedições, quantidade e qualidade da fortuna crítica, importância dos autores. Mesmo assim, não foi possível neutralizar a presença do gosto pessoal do pesquisador refletido em algumas escolhas e omissões. Se as opções recolhidas tiverem servido para oferecer alguma visão de conjunto da caminhada deste gênero, ainda que tensa, contraditória e inacabada, o esforço terá valido a pena.

A Interpretação do Brasil sempre habitou uma área cinzenta situada entre a literatura e as ciências sociais. Esse duplo estatuto jamais representou impeditivo para que obras dessa natureza fossem objeto de estudos nos domínios ligados ao ensino das letras, especialmente nos casos em que a relevância estética dos textos se apresentava indiscutível, a exemplo de *Os sertões* ou, ainda, de *Casa Grande & Senzala*. Em grande medida, por essa razão, quando produzia minha dissertação de mestrado, na qual abordei a crítica de música na obra de Mário

de Andrade (ele mesmo um intérprete do Brasil), tive meu interesse despertado, mais de uma vez, por tal gênero de escrita, tão bem representado por estilistas como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. Pude constatar, de igual maneira, que o tema ainda não encontra um número de monografias, teses e dissertações universitárias tão numeroso quanto talvez mereça, em nossa área literária.

A presente tese representa um esforço no sentido de contextualizar a caminhada do ensaio de interpretação do Brasil, durante o século XIX, a partir de três aspectos: a construção do tema nacional, em Varnhagen; a aquisição de uma linguagem de corte subjetivo, em Joaquim Nabuco; e o relacionamento entre ciência e literatura, em Euclides da Cunha. Para ilustrar os avanços, mutações e impasses enfrentados pelo gênero, surgiu a opção por um *corpus* que abrangesse as seguintes obras: *História Geral do Brasil* (1854), de Varnhagen, *Abolicionismo* (1881), de Joaquim Nabuco, *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha.

Buscou-se, portanto, um diálogo entre as obras e os autores mencionados no *corpus* e alguns de seus principais comentadores, inclusive na atualidade, sempre em chave comparativa. Tudo com vistas a reconstituir o percurso da interpretação do Brasil, principalmente em seu enlace com a chamada questão nacional, finalidade mais ampla desta pesquisa. As necessidades de aprofundar o tema ocasionaram seu desdobramento em cinco capítulos:

No primeiro capítulo, ocorrem aproximações de natureza conceitual acerca das características mais salientes do ensaio como gênero na literatura e da noção de identidade nacional. No segundo, os objetivos se transferem para a investigação dos antecedentes da interpretação do Brasil, principalmente aqueles localizados nos textos de não ficção, a exemplo da carta de Pero Vaz Caminha e dos relatos de viagem durante o período colonial. O terceiro capítulo descreve os esforços para a criação de uma língua literária correspondente ao novo estatuto de independência política, tendências inventariadas pela prosa e poesia do período, em textos como a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen. O influxo de uma nova subjetividade sobre a linguagem constitui o escopo do quarto capítulo que também reproduz parte da fortuna crítica do ensaio *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco. No quinto, o diálogo entre ciências sociais e a interpretação do Brasil serve de contraponto ao levantamento de obras que já aproximam a questão social (o caso de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha). No sexto capítulo, uma breve reconstituição da passagem do ensaio de interpretação do Brasil no século XX. Por último, na coda, a trajetória do ensaio de interpretação do Brasil até meados de 1900 é recapitulada à luz das categorias de *mimesis* e

ficcio, mirando a análise nas representações que o gênero assumiu, ora desvelando, ora a refratando à realidade, quando não a recriando.

A essa altura, deve ser feita referência às questões gerais que mobilizam os esforços da presente pesquisa, entre as quais: 1) quais foram e como se combinaram os pressupostos internos (ou seja, aqueles intrínsecos ao texto), conducentes ao ciclo expansivo do ensaio de interpretação do Brasil ocorrido a partir do século XIX? 2) Quando e em que condições a questão da identidade nacional adquiriu influência sobre a produção literária, inclusive a ensaística? 3) Qual o papel do romantismo sobre a criação de uma linguagem de corte subjetivo, essa última essencial à interpretação do Brasil durante a segunda metade do século XIX? 4) Como o processo de implantação das ciências sociais influenciou sobre os intérpretes e seu processo de compreensão/invenção do país?

Antes de prosseguir, manifesto a minha concordância com a afirmação de Antonio Candido pela qual “o ponto de vista histórico é um dos modos legítimos de estudar literatura”.

Nossa crença é a de que, não sendo a abordagem historiográfica a única aproximação possível dos temas em apreço, tal angulação permite obter resultados proveitosos desde que evitados o fetichismo da cronologia, das relações mecânicas de causa e efeito ou ainda os determinismos de toda espécie.

Simultaneamente, essa escolha epistemológica também contribui para a geração de dificuldades. Formações discursivas como o ensaio de interpretação do Brasil são acontecimentos inscritos em diversos registros, sejam esses linguísticos, sociológicos, antropológicos, entre outros nexos possíveis. Isto impõe a necessidade da adoção de um enfoque interdisciplinar.

Afora essas referências mais gerais, a crítica literária esteve próxima de nosso horizonte de reflexão em todos os momentos. Não só através do seu contingente de historiadores, entre os quais Nelson Werneck Sodré e Sílvio Romero, mas também por meio do acesso às contribuições das correntes cujos pressupostos apontaram para uma relação equilibrada entre história e o “mapeamento” do que há de específico no fenômeno da escrita, a exemplo de José Veríssimo, Antonio Candido, Alfredo Bosi, Silviano Santiago, Afrânio Coutinho, Walnice Nogueira Galvão, entre outros. Tudo isso, sem esquecer de referências internacionais do debate dessa área, como Erich Auerbach, Edward Said, Georg Lukács, apenas para ficar em três nomes entre muitos, por suas evidentes afinidades com a escrita desta tese.

Por último, com vistas a enfrentar o problema das fontes que nos conduziram se não à resposta, pelo menos ao correto desenvolvimento do problema assinalado aqui, é de se

reconhecer que a presente pesquisa se revestiu de caráter bibliográfico. O método utilizado, portanto, foi o da leitura comparativa, tal como realiza Silviano Santiago na abordagem dos ensaios *O Labirinto da América Latina*, de Octavio Paz e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *As Raízes e o Labirinto da América Latina*. Seu *corpus*, portanto, também foi constituído a partir de leituras de livros, principalmente. Artigos científicos publicados em revistas acadêmicas, mesmo em versão digital, também foram objeto de consulta. Da mesma forma, se acha confessada a dívida com os periódicos da grande imprensa, principalmente cadernos culturais.

1- A COLÔNIA: ANTES DO ENSAIO, ANTES DA INTERPRETAÇÃO

O Brasil existiu como texto muito antes de existir como nação. Durante os mais de três séculos anteriores à nossa independência política, o futuro país esteve vivo no imaginário dos seus comentadores, fossem eles historiadores (Rocha Pita), religiosos (Anchieta), viajantes (Saint-Hilaire), poetas (Bento Teixeira), músicos (Domingos Caldas Barbosa), senhores de terra (Gabriel Soares de Souza), cientistas (José Bonifácio de Andrada e Silva) e jornalistas (Hipólito da Costa), entre outros. Os gêneros de expressão escrita foram os mais variados, no período: cartas, poemas, relatos de viagem, documentos administrativos, sermões, letras de modinhas, arrazoados jurídicos, tratados científicos (material publicado em Portugal, pois não havia tipografia na Colônia). É desnecessário esclarecer que estas contribuições, com as exceções de praxe, entre as quais Vieira e Gregório de Matos, têm valor apenas histórico. Em sua imensa maioria, servem como documentos de um o período bastante incipiente de nossas letras.

Em particular, a prosa de não ficção, provavelmente o principal curso formador do ensaio de interpretação da realidade brasileira, embora não o único, conforme veremos posteriormente, consistiu, desde a *Carta* de Pero Vaz Caminha, como não podia deixar de ser, num espaço de reprodução e mesmo de criação do novo território enquanto instância física e imaginária. As primeiras impressões do tripulante da armada de Pedro Álvares Cabral, colhidas sob o impacto do descobrimento, inauguram um tema recorrente em uma infinidade de escritos elaborados durante o período colonial: o assombro diante do desconhecido, em face do *diferente*.³² Infelizmente, não será possível detalhar todas as representações mentais criadas pelo colonizador europeu em contato com o Novo Mundo. De resto, um capítulo fascinante já reconstituído por inúmeros autores. Para os objetivos do presente trabalho, cumpre apenas destacar que essas primeiras percepções assumiram diversas formas, boa parte delas dizendo respeito à equiparação da América a um paraíso terreal³³ ou, em registro diverso, à utopia,³⁴ isto é, o “não lugar” destituído de passado, com tudo ainda por fazer, uma identidade a construir. Pelo que se pode constatar, esse tema, de tão grande influência no imaginário europeu,³⁵ só foi concebido a partir do impacto das grandes navegações, estando presente, com força, na gênese de obras como *Cidade do sol*, de Campanella, ou em *Utopia*,

³² SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros* (identidade, povo e mídia no Brasil) . Petrópolis: Vozes, 1999, p. 34.

³³ CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. Edição de Base. São Paulo: Dominus. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br>>. Acesso em: 25.04.2010 , 1963.

³⁴ LIMA, Carlos. *Genealogia Dialética da Utopia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 65.

³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 260.

de Thomas Morus, onde a experiência do Ocidente sofre crítica em favor de um marco zero, um recomeço, em grande parte proporcionado pela revelação da existência de um *outro*.³⁶

Importante encarnação desta alteridade, o indígena, ocupará um papel destacado na mitologia dos descobrimentos, quase sempre na condição de paradigma de inocência, conforme sustenta Frei Bartolomeu de Las Casas: “Deus criou todas as espécies, mui simples, sem finura, sem astúcia, sem malícia, mui obedientes e mui fiéis, muito pacientes, mui pacíficas e amantes da paz, sem contendidas, sem perturbações, sem querelas, sem questões, sem ira, sem ódio e de forma alguma desejosos de vingança.”³⁷

Figuras de aparência dócil e passiva, os primeiros habitantes do Brasil entram para a crônica dos descobrimentos na condição de “tábula rasa”,³⁸ “página em branco”, na qual seriam escritas as glórias, nunca alcançadas dos reinos ibéricos marcados pela simbiose de interesses entre Igreja e Estado. Nessa ótica, caberia aos homens da razão prática, como Pero Gândavo, formular um projeto para o gentio no qual o aspecto da *salvação* religiosa se conjugasse com a necessidade de desenvolver interesses mercantis:

[...] como o interesse seja o que mais leva os homens trás si que outra coisa que haja na vida, parece manifesto querer entretê-los na terra com essa riqueza do mar, até chegarem a descobrir grandes minas que a mesma terra promete, pera que assi desta maneira tragam ainda toda aquela cega e bárbara gente que habita nestas partes, ao lume e conhecimento da nossa Santa Fé Católica, que será descobrir-lhe outras maiores no céu, o qual nosso senhor permite que assim seja pela glória e salvação de tantas almas.³⁹

Tanto quanto o mito do bom selvagem, cujas sucessivas versões estabilizam uma síntese apenas no século XVIII, em Rousseau, releva em tal processo a fixação da importância da “paisagem enquanto texto”:⁴⁰ praias, rios, montanhas, fauna, flora e gente, entre outros motivos. O plano do onírico, do imaginado, também comparece: não falta, nos primeiros cronistas, a alusão a minas de ouro míticas, às sugestões da fênix e de lendas sobre as amazonas. Mesmo assim, esclarece Sérgio Buarque de Holanda,⁴¹ na ótica dos relatos firmados rente aos descobrimentos, existe sempre muita verossimilhança. Prova disso está presente, de novo, na *Carta de Caminha*:

³⁶ ROUDINESCO, Elizabeth. *Jacques Lacan*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.313.

³⁷ LAS CASAS, Bartolomé. *As índias Ocidentais*. São Paulo: 1944, p. 7, apud SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 259.

³⁸ MOURÃO, José Augusto. O Jardim do Éden, *Episteme*. n. 15, p. 29-42. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 29

³⁹ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. s/l, s/d, s/p apud BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 17.

⁴⁰ LOBATO, Roberto Corrêa; ROSENDAHL, Zeny. *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004, p. 10.

⁴¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*. 4. ed.. São Paulo: Companhia, Editora Nacional, p. 238. Apud MOURÃO, José Augusto. O Jardim do Éden, *Episteme*, Porto Alegre: UFRGS 2002, p. 29.

De ponta a ponta é toda praia [...] muito chã e muito freiosa. [...] Nela até agora não pudemos saber que haja ouro nem prata [...] porém a terra em si é de muitos bons ares assim frios e temperados como os de Entre-Doiro-e-Minho. Águas são muitas e infindas. E em tal maneira é graciosa que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem, porém o melhor fruto que nela se pode fazer me parece será salvar esta gente e esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar.⁴²

Nas narrativas de Hans Staden, o elemento de exotismo em relação às terras descobertas permanece. No entanto, vão se impondo, de igual maneira, as sensações de isolamento e solidão experimentadas pelos primeiros colonos assentados nessas latitudes. Em *Viagem ao Brasil*,⁴³ a experiência do marinheiro alemão entre os tupinambás, no litoral norte de São Paulo, sugere uma nova forma de retratar o índio: agora, além do caráter beatífico do gentio em estado de conversão cantado por Anchieta, também convive a imagem do canibal em estado de guerra, provável inspiração para o Caliban shakespeariano.⁴⁴ É possível especular sobre os motivos para a mudança. A principal das razões aponta, provavelmente, para o início das tentativas de exploração comercial dos recursos materiais da colônia.

É assim que, sob o signo da expulsão do paraíso – ditada pela acumulação primitiva – o Brasil, desde cedo, oscilará entre discursos utópicos e distópicos acerca de sua própria identidade.

1.1. Produção material e consciência nacional

⁴² CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. Edição de base. São Paulo: Dominus. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br>>. Acesso em: 25.04.2010. 1963.

⁴³ STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Edição de base da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro Disponível em: <<http://www.scribd.com>>. Acesso em: 25.04.2010. 1930.

⁴⁴ Concebidos pelo gênio de Shakespeare, em *A Tempestade*, as personagens Ariel e Caliban praticamente adquiriram vida própria, passando a habitar as páginas da ensaística latino-americana com estatuto de mitos fundadores do continente. Entre muitos outros autores, Richard Morse e Rodó propuseram interpretações do comportamento de Ariel – o ser espiritualizado, guardião de uma vertente ibérica de pensamento, em tudo avesso à razão utilitária – já tornadas clássicas. Em sentido diverso, o cubano Roberto Fernandez Retamar conjurou um Caliban revolucionário e anticolonialista, emblema de todas as classes despossuídas não só das Américas, mas de todo Terceiro Mundo. A metáfora do espelho de Próspero – também presente na obra do bardo inglês – serviu para pensar a identidade latino-americana para além das imagens reflexivas da página em branco dos primeiros cronistas coloniais. Ver FLORES, Maria Bernardete Ramos. O mito *de Caliban na interpretação do Brasil Acerca da República Velha Brasileira, Diálogos Latinoamericanos*, n. 11, p.50-57, Uamex. , Cidade do México: Universidad Autónoma del Estado do México, p. 50.

A vida econômica aparece exaustivamente glosada em inúmeras páginas do período. Particularmente, em *Cultura e Opulência do Brasil*,⁴⁵ os caminhos percorridos pela produção da cana de açúcar servem de mapa das relações sociais no século XVII. É nesse mundo, descrito com detalhes por Frei Antonil, inteiramente voltado para a extração de riquezas que, aos poucos, começa a se fazer notar uma paisagem humana formada, indo além das classes senhoriais, pelos trabalhadores cativos, índios em estágio de aculturação, religiosos, militares, mineradores e até, de forma minoritária, trabalhadores livres. São homens e mulheres responsáveis materiais por uma produção de riquezas na periferia que fará o fausto da metrópole europeia. Protagonistas econômicos que permanecerão coadjuvantes nas tomadas de decisão política, provavelmente até hoje.

Na base de tudo isso, uma nova civilização avança a passos muito lentos, já evidenciando a problemática articulação entre produção material e escravidão negra, recalçada por Antonil em sua obra, mas trazida à tona por Alfredo Bosi:

Os escravos são os pés e a mãos dos senhores, e esta figura redutora lhes tira a integridade de atores. São construções verbais passivas e impessoais que Antonil enfileira para descrever o plantio de cana: a terra roça-se (quem a roça), queima-se (quem o faz), alimpa-se (quem ?). Que a cana não se abafe; que se plantem os olhos da cana em pé, que se deite em pedaços; deita-se também inteira, uma junto à outra, ponto com pé; e cobrem-se com terra moderadamente [...] Dirá a gramática tradicional quem em todos esses casos o sujeito é a terra ou a cana; e aqui a razão formal do gramático coincide com a do economista da era mercantil. O objeto exterior ganha foros de sujeito na linguagem de Antonil.⁴⁶

A rigor, durante boa parte do período colonial, nem mesmo os povoamentos de Salvador, Recife, Olinda, Rio de Janeiro e São Paulo, só para ficar entre as maiores, podem ser chamados de cidades.⁴⁷ Esse baixo índice de urbanização responde pelo acanhamento da vida cotidiana, espremida entre as propriedades rurais e as reduções jesuíticas. Trata-se de um ambiente onde inexistia a ideia de coisa pública,⁴⁸ visto que todos os interesses decorrem de uma hipertrofia do privado, o latifúndio na condição de grande coordenada para o estabelecimento de uma socialidade marcada pelo verticalismo das relações patriarcais.⁴⁹ As consequências desse estado de coisas apontam para uma cena cultural destituída de caráter

⁴⁵ Os trechos de Antonil lidos para este trabalho foram recolhidos em BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 149.

⁴⁶ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 165.

⁴⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 58.

⁴⁸ Ibid. p. 43

⁴⁹ A importância do latifúndio para a definição dos contornos da formação social brasileira tem sido posta em dúvida por historiadores de feição liberal, ou mesmo conservadora, a exemplo de Jorge Caldeira. No centro do ataque, a obra historiográfica de Caio Prado Júnior. Pelo que se vê, até o momento, essa revisão histórica ainda carece de maior comprovação empírica. CARIELLLO, Rafael. Caldeira Fervente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de abril de 2010. Caderno Mais, p. 7.

secular, marcada pela presença inescapável dos religiosos e de suas instituições de ensino, as únicas verificadas no período. Não à toa, a maioria das crônicas históricas são de autoria de padres e frades, conforme é o caso do *Tratado da Terra e da Gente do Brasil*, de Fernando Cardim.⁵⁰ As manifestações artísticas, quando ocorrem, movem-se sob o signo da bajulação dos poderosos como na famosa *Prosopopéia*, poema de Bento Teixeira destinado a inaugurar a poesia⁵¹ no Brasil.

No cume da pirâmide social, as classes proprietárias se debatem com os problemas referentes ao que Silviano Santiago chamou “liderança política subalterna à metrópole”.⁵² Seu esforço, portanto, para apresentar-se na qualidade de elite “legítima”, equivalente ao modelo vigente, em especial em Portugal e na Espanha, consome boa parte de suas energias políticas. Assim, a qualidade de literatura subversiva da ordem existente, em particular os panfletos políticos, em sua maioria, apócrifos, em circulação até os inícios do século XIX, alinha aspirações nativistas em meio a críticas genéricas ao *status quo*. Emblemática desse tipo de protesto serão as *Cartas Chilenas*,⁵³ de autoria presumível de Tomás Antônio Gonzaga, série de poemas satíricos dedicados a escarnecer das autoridades coloniais.

Uma consciência autonomista em relação à metrópole portuguesa percorre um caminho inteiramente sinuoso, ambíguo de muitas formas, pois ao mesmo tempo em que os processos de insubordinação ao domínio colonial aparecem com nitidez em eventos como a revolta de Beckman, no Maranhão, a identificação dos nativos do Brasil com Portugal se fortalece em quadras históricas como a resistência à Invasão Holandesa, em Pernambuco. Essa complexidade se espalha por outras conjunturas, por exemplo: os mesmos bandeirantes paulistas responsáveis pela erradicação do Quilombo dos Palmares virão a sofrer a repressão metropolitana na guerra dos Emboabas. A produção textual de época, contudo, em vista do controles e da censura levados a cabo pelas autoridades ultramarinas pouco ou nada deixa transparecer sobre essas tensões.

Brandônio, personagem dos *Diálogos sobre as Grandezas do Brasil*,⁵⁴ empreende de maneira muito tênue uma defesa das coisas da terra em comparação com as de Portugal. Mesmo assim, chamar isso de consciência nativista seria no mínimo, um exagero. Não à toa, a historiografia conservadora do século XIX achou tantas condições de ver no fortalecimento da

⁵⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 91.

⁵¹ *Ibid.* p. 62.

⁵² SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes dos Brasil*. V. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. XVI.

⁵³ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 71.

⁵⁴ Sobre Brandônio, ler Bosi, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 24.

máquina administrativa nucleada a partir de Salvador, primeira capital da Colônia, a principal força de constituição de uma progressiva identificação nacional dos brasileiros, esta última responsável pela unidade linguística, territorial e até certo ponto cultural do futuro país.⁵⁵

1.2. Quociente literário

Outra questão referente às formações discursivas produzidas na colônia diz respeito às narrativas dos gentios, dos escravos negros e outros setores dominados do período. Privados de uma comunicação por escrito, no caso da totalidade da população ameríndia e de pelo menos uma parte dos contingentes da diáspora africana, as narrativas desses setores trilham o difícil acesso da história oral e da informação etnográfica. A perda só não chega a ser total na medida da existência de relatos que, de maneira incidental, informam aspectos da vida cotidiana dessas áreas da nacionalidade. Mais uma vez, o depoimento dos jesuítas, bem como os escritos dos primeiros cronistas leigos, constituem fonte valiosa: *O Diálogo Sobre a Conversão do Gêtio*,⁵⁶ de Manoel da Nóbrega e *o Tratado Descritivo do Brasil em 1587*,⁵⁷ de Gabriel Soares, por exemplo, cumprem, assim, o encargo de proporcionar uma ideia, mesmo distante, das instituições sociais das nações indígenas.

Em meio a toda produção textual enfeixada sob a rubrica genérica de não ficção, também são encontradas, durante o período colonial, obras assemelhadas ao que posteriormente poderiam ser denominadas ensaios. Especialmente, no âmbito da história. De fato, os episódios militares e religiosos dos inícios da ocupação de nosso território acham-se evocados em textos como a *História da América Portuguesa*,⁵⁸ de Sebastião Rocha Pita (1660-1732). Trata-se de literatura portuguesa elaborada por brasileiros, conforme é comum de acontecer, então. Paradigmática, nesse sentido é a obra de Matias Aires Ramos da Silva. Nascido em São Paulo, em 1705, o autor parte para Portugal aos 12 anos, e lá redige o importante *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*,⁵⁹ obra inteiramente representativa das letras lusas, segundo José Veríssimo.

Essas manifestações, escassamente literárias, dão o quadro da relativa inabilidade artística da colônia, já pobre em exemplos de formas como a poesia e o teatro, que dirá o

⁵⁵ RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 131.

⁵⁶ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 18.

⁵⁷ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p.17.

⁵⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 109

⁵⁹ *Ibid.*, p. 110.

ensaio. De forma distinta, no entanto, dos demais gêneros beneficiados pela passagem do barroco e da Arcádia, a ensaística de interpretação do Brasil permanecerá em estado de torpor por grande parte do século XVIII. Seu despertar, inteiramente articulado à gênese de uma consciência nacional, vai coincidir com o acirramento das lutas pela autonomia política do país a ser alcançada apenas em 1822.

1.3. Um espelho

Embora inteiramente afastadas do tempo presente em termos cronológicos, as questões identitárias inauguradas na colônia, já denunciadas em seus primeiros textos literários, estavam destinadas a exercer grande influência. Procedendo a leitura desses escritos fundadores, torna-se possível visualizar um eixo de coerência comum a toda trajetória posterior do país. Ou seja, aquele que desenha a funcionalidade/conflito entre uma identidade formada de cima para baixo, produto do fortalecimento da centralização unitária do estado patrimonial e uma outra, horizontal, construída à base da sociedade civil, estabelecida em nexos de classe, gênero, “raça”, entre outras. As duas dinâmicas, no entanto, criam raízes no período coberto pelos primeiros cronistas do quinhentismo local. As manifestações discursivas de então, indubitavelmente ingênuas em termos estéticos, constituem fonte de consulta importante na medida de sua incapacidade de mascarar contradições,⁶⁰ que em formas artisticamente mais maduras, como na sermonística de Vieira, já encontram manifestação ideológica⁶¹ mais complexa.

Erra, no entanto, quem pretenda supor, a partir de uma mirada neste secular espelho, uma correspondência passiva entre o olhar do colonizador e a paisagem textual da colônia. De fato, a percepção do passado está sempre em constante mutação, no presente e no futuro.⁶² Apesar de toda vigilância, Caliban continua se recusando ser uma massa amorfa modelada pelas expectativas etnocêntricas de Próspero.

⁶⁰ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 25.

⁶¹ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud et al. São Paulo: Hucitec, 1986.

⁶² Segundo Silviano Santiago, um exemplo de uma leitura do passado destituída de apriorismos etnocêntricos está presente na análise de Pierre Clastres sobre o primeiro século brasileiro. SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes dos Brasil*, V. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. XVIII.

2- VARNHAGEN E O TEMA NACIONAL

Uma das opiniões sustentadas na presente pesquisa é a de que somente ao fim da voga romântica o ensaio de interpretação do Brasil adquire forma madura.⁶³ Isso não significa, no entanto, que o período compreendido entre 1830 e 1870 careça de importância na reconstituição da trajetória dessa modalidade de escrita. Antes pelo contrário, o momento situado entre as regências e a maior parte do Segundo Reinado⁶⁴ assiste ao amadurecimento das condições para a fixação e desenvolvimento de tal gênero. Não chega a ser difícil enxergar os motivos para tal impulso: com a independência política do país, o tema da identidade nacional assume uma importância decisiva, o lançamento de uma literatura autônoma adquire foro de verdadeira obsessão para as elites ilustradas do jovem país. Desse modo, a consciência teórica, as linguagens artísticas e a produção textual experimentam, no espaço de duas gerações, uma atualização que não tinha sido vista em séculos de subordinação colonial.⁶⁵ O impacto desses processos alcança, inclusive, as áreas mais distantes do fenômeno literário, tais como a crítica de livros e os estudos históricos, elementos mais orgânicos da não ficção no período. Em contrapartida, a extrema animação desse quadro de dinamismo ocorre sob a moldura de uma sociedade escravocrata e rigidamente centralizada

⁶³ O desconhecimento da jovem nação brasileira, nos primeiros anos após a independência, em relação às suas próprias dimensões físicas e imaginárias, por certo, dificulta a existência de um *Brasil* como objeto de conhecimento. No entanto, se não é possível, nesse período, formular painéis e sínteses abrangentes, isso não impede que aspectos importantes da nossa realidade, ainda que isolados, recebam tratamento ensaístico. A obra de Visconde do Uruguai, no direito administrativo; dos nomes do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), na historiografia; dos pioneiros da crítica literária, como Fernandes Pinheiro, confirmam essa tendência.

⁶⁴ O extraordinário florescimento – pelo menos em comparação com períodos anteriores – experimentado pela vida cultural a partir de 1830 não se deve apenas a motivos de ordem ideal. Torna-se difícil conceber o desenvolvimento das mentalidades sem reparar nos processos de urbanização que tiveram lugar então; as grandes cidades brasileiras – em destaque a Corte, no Rio de Janeiro – experimentando não apenas crescimento populacional, mas também uma expansão dos aparatos de Estado antes monopolizados pela metrópole como os pretórios judiciais, a máquina arrecadadora de impostos, as estruturas do Poder Legislativo, as escolas e os primeiros cursos universitários, entre outros. Enfim, toda uma organização administrativa necessária a uma nação independente com suas inevitáveis sobre a estrutura de classes, em especial sobre as camadas médias. Para conhecer o panorama da vida cultural no Segundo Reinado, ver MACHADO, Ubiratan. *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

⁶⁵ Como não poderia deixar de ser, essa vida cultural das grandes cidades brasileiras no Segundo Reinado tem no simples ato de existir a sua importância, pois os seus números não são de entusiasmar: por exemplo, a média das tiragens de livros até 1870 não excede o patamar de cem exemplares. Os preços das edições também atingem valores exorbitantes, especialmente as impressas no próprio país, dando conta das dificuldades da nascente indústria gráfica; o número de livrarias em todo país não alcança uma centena, as bibliotecas públicas, com exceções, carecem de conservação e controle dos seus acervos; no teatro, a representação de autores nacionais constitui exceção; não há universidades, quando muito, faculdades isoladas; a circulação de jornais, bastante baixa. Com a visível fragilidade desse sistema, chega a ser milagrosa a existência de uma cena artística capaz de fazer aportar nomes, ao fim da era romântica da importância de um Machado de Assis ou de José de Alencar e de instituições da longevidade do Escola Nacional de Música, do IHGB ou ainda o Colégio Pedro II. MACHADO, Ubiratan. *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 38-49.

sob o ponto de vista administrativo, um arranjo de poder no qual as pretensões libertárias e separatistas de várias províncias são suprimidas exemplarmente, como no caso das Revoluções Praieira, em Pernambuco e Farroupilha, no Rio Grande do Sul, eventos por si capazes de indicar os limites de nossa formação histórica naquela conjuntura e de indicar tensões no plano das ideias pontuadas pela busca de soluções de compromisso, inclusive no plano estético.

Diante da abrangência do tema tratado neste capítulo, três questões serão recortadas: a passagem da consciência nativista a uma consciência nacional, as matrizes teóricas dos intelectuais pós-independência e o desenvolvimento da não ficção, especialmente o estudo histórico em diálogo com o romance, aspecto cuja produção ensaística de Varnhagen integra, com destaque, especialmente a *História Geral do Brasil*.

2.1. Questão nacional e literatura

Para reconstituir e problematizar o panorama literário das primeiras décadas do século XIX, em especial, no Brasil, duas ferramentas conceituais são extremamente necessárias: as noções de identidade e de nação. Evidentemente, o debate acerca destes dois termos rompe os limites da especialização, atravessa os domínios das ciências humanas, apresentando ainda repercussões sutis na matéria literária. Diante disso, em vista do grau de diversidade de abordagens e de enfoques possíveis, não se almeja esgotar – nem de longe – a complexidade destes temas, muito menos recompor a evolução do seu debate interno e as polêmicas dos autores que deles se ocuparam. As aproximações teóricas adotadas neste espaço obedecem à necessidade de servir de suporte ao prosseguimento da reflexão central deste estudo: o ensaio de interpretação do Brasil.

Fiel a essa visão, seria possível se referir à identidade como o “princípio de individuação que permite distinguir entre duas ou mais coisas”.⁶⁶ Investigando a origem do termo, é possível localizar seu significado na palavra *idem* (versão latina do grego *tó autó*) que prefixa *identitas*, ou seja, a permanência do objeto único e igual a si mesmo.⁶⁷ Mais que buscar definições em abstrato do tema, no entanto, de resto incapazes de darem conta da sua riqueza, impõe-se a necessidade de concebê-lo no interior de um complexo de relações. A

⁶⁶ BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Tradução de Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1. ed. 1997, p. 193.

⁶⁷ SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros* (identidade, povo e mídia no Brasil). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 33.

expressão identidade humana, no desenho proposto pelo midiólogo Muniz Sodré, cumpre essa função:

Dizer a identidade humana é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção da sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetada pela integração num contexto global de carências (naturais, psicossociais) e de relações com outros indivíduos vivos e mortos. A identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento de um outro, ou seja, a representação que o classifica socialmente.⁶⁸

Estimulado pelas reflexões acima, no espaço da minha dissertação de mestrado, pude abordar, da mesma forma, a questão da identidade em chave contrastiva com o conceito de diferença, na forma sintetizada no parágrafo abaixo:

Já se tornou um senso comum contemporâneo, após o influxo das chamadas correntes pós-modernas, a idéia da importância da chamada diferença nos processos de estabelecimentos de identidades. A abordagem acima parece refletir isso na medida em que sua leitura permite fixar, com igual peso relativo, dois momentos importantes dentro da busca de uma noção identitária dotada de um mínimo de flexibilidade e concreção: a) a recorrência na práxis de individuar, buscar proximidades, enfim constituir um “quadro de referências comuns” capazes de distinguir os indivíduos ou grupos de indivíduos dentro do universo da espécie humana e; b) a constatação de que toda a identidade de caráter social apenas se torna visível na presença do “outro”.⁶⁹

Antes de avançar as investigações teóricas sobre o termo identidade, uma ressalva impõe-se aqui: por muito tempo, o conceito de identidade permaneceu distante dos debates sobre literatura. Situação observada ao longo de todo o século XIX. Em tal período, expressões equivalentes, como “caráter” ou “alma” nacionais, estiveram muito mais próximas da atividade dos críticos e dos historiadores da área. Contudo, não é necessário um grande esforço para abalar a convicção de que “identidade” e “caráter” possam ser manejados de forma indistinta, como se fossem a mesma coisa. Para além de qualquer análise etimológica, a trajetória do conceito de “caráter” nacional pressupõe a existência de uma essência ahistórica e atemporal, peculiar a cada povo, determinação capaz de – no interior de tal cosmovisão – pairar acima de qualquer outra abordagem, seja esta última econômica, política, social, de gênero, orientação sexual, entre outras. Assim, conquanto a fórmula “caráter nacional” integre um movimento de enorme importância na passagem da teoria literária, em especial da história

⁶⁸ Ibid, p. 34.

⁶⁹ BARBOSA da SILVA, Marcelo. *Latim de Tapuio, Música e Nação em Mário de Andrade*. 2004. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

literária, sua utilização nesta tese será preterida em favor do termo identidade, em vista da maior abrangência deste último.⁷⁰

Feito o reparo e fixado um ponto de partida para a discussão do tema identitário, cabe aproximar um outro aspecto a ser tratado no presente tópico. Segundo Habermas,⁷¹ a etimologia de nação vem de *nasci*, ou seja, o verbo nascer em latim e, inicialmente, referia-se aos estrangeiros originários de uma mesma região, na Roma antiga, servindo ainda, durante a Idade Média, para designar a prática de agrupar em *nationes* os grupos de estudantes de diferentes procedências, nas universidades europeias ao fim da Idade Média.⁷² Nada obstante o interesse dessas investigações da natureza semântica acerca dos sentidos assumidos pelo vocábulo ao longo dos tempos, o próprio autor citado esclarece que a significação contemporânea de nação tem origem na era moderna, quando dos processos de unificação dos reinos europeus em monarquias absolutistas.⁷³

Por toda a idade moderna até os dias de hoje, apesar de toda atividade de prospecção, o estatuto teórico da nação permanece, em grande parte, um objeto marcado pela controvérsia. Desde a comunidade imaginada de Benedict Anderson⁷⁴ ao elemento cultural enfatizado por Ernest Gellner,⁷⁵ passando pelas idealizações do aspecto territorial da geografia contemporânea,⁷⁶ o termo foge a uma definição estabilizada. Eleger, por conseguinte, uma vertente do debate acerca da nação comporta riscos,⁷⁷ conforme adverte João Cezar de Castro Rocha: “Recusa-se a idéia de um Brasil ‘profundo’, anterior às explicações que procuram construí-lo. As interpretações do Brasil são tão importantes quanto as próprias relações concretas que ocorrem neste território físico e imaginário denominado ‘Brasil’.

Desse modo, o enfoque escolhido para tratar da questão neste espaço pressupõe a fusão de duas abordagens: 1) a nação como comunidade moldada pela descendência, cultura e

⁷⁰ Sobre o caráter nacional, ver ROMERO, Silvio. Introdução à história da literatura brasileira, *Revista Brasileira*, (2ª fase). v.8, p. 232-233 apud CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Silvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006, p.106.

⁷¹ HABERMAS, Jürgen. As realizações e limites do estado nacional europeu. In: BALAKRISMAN, Gopal. (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 298.

⁷² *Ibid.*, p.298.

⁷³ *Ibid.*, p.298.

⁷⁴ ANDERSON, Benedict, *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p.12. apud SANTIAGO, Silvano. *Intérpretes do Brasil*. V. I. Rio de Janeiro: 2002, XXXIII.

⁷⁵ GELLNER, Ernest. O Nacionalismo: mitos da nação e da classe. In: BALAKRISMAN, Gopal. (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 111.

⁷⁶ Le BOSSÉ, Mathias. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004, p. 173.

⁷⁷ CASTRO ROCHA, João Cezar. (Org.). *Nenhum Brasil Existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 22.

história comuns unida sob a forma do Estado moderno,⁷⁸ e 2) a nação como unidade linguística, tributária do romantismo.⁷⁹

A primeira das acepções, obtida junto a Habermas, tem a sua vantagem localizada na facilidade em apontar as tensões que frequentam qualquer processo de construção nacional, tanto os supostamente bem-sucedidos, nos moldes da Europa Ocidental, quanto aqueles decorrentes da migração da ideia nacional para as regiões da América Latina, Ásia e África, tidos por problemáticos. De fato, o filósofo frankfurtiano, ao opor compreensão “republicana” e compreensão “nacionalista”, situando-as na qualidade de reações possíveis em face do Estado Nacional, abre caminho para a denúncia das perversões particularistas ocorridas nas mais diferentes latitudes do globo, em eventos como o nazismo e as limpezas étnicas da Europa Central e África. Simultaneamente, suas ideias permitem recuperar, de forma evidentemente crítica, o patrimônio acumulado em três séculos da trajetória iluminista sem a qual não se pode conceber o papel de categorias tão importantes quanto a liberdade, a igualdade, a noção de justiça e os direitos humanos.⁸⁰

Investigar a nação por meio de uma abordagem mais filosófica, mais distendida no tempo histórico, no entanto, não elimina outras possibilidades analíticas do tema. Há que buscar também uma ótica histórica capaz de situar os personagens da cultura no âmbito das representações mentais da sua época. Em face dessa necessidade, foi convocada a visão de setores do romantismo alemão que promoveram a aproximação entre o tema nacional e a questão da língua. No caso brasileiro, o quanto essa vertente de nacionalidade foi buscar inspiração em Herder (1759-1803), constituiu uma questão importante e, em muitos sentidos, em aberto. Pois, ainda que se conheça a importância da assimilação das ideias do ramal francês do romantismo,⁸¹ em destaque o trio Denis–Stael–Chateaubriand, para o processo de elaboração da identidade nacional, parecem intrigantes as semelhanças entre as visões de Herder e os primeiros passos do nacionalismo literário em nossos trópicos. Procedendo a leitura do trecho abaixo, as similitudes mencionadas tornam-se mais visíveis, evidenciando-se, da mesma forma o fundo antiabstrato e organicista das ideias do filósofo alemão, conforme assinala Bernardo Ricupero:

⁷⁸ HABERMAS, Jürgen. As realizações e limites do estado nacional europeu. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 298.

⁷⁹ HERDER, J. H. apud RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 16.

⁸⁰ HABERMAS, op. cit., nota 16, p. 303.

⁸¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. V. 2. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000, p. 13.

Ao contrapor-se às pretensões universalistas da Ilustração, Herder enfatizará a língua como veículo da experiência particular dos diferentes grupos humanos. A própria maneira de pensar, o que hoje chamamos de visão de mundo, estaria condicionada pela forma como os homens se expressam através dela. A partir daí, pode-se sugerir que para compreender um grupo humano, deve-se proceder como se estuda como uma língua, relacionando as partes ao todo e o todo às partes. O que possibilitaria uma compreensão desse grupo particular que é a nação seria a história, que tornaria o passado inteligível e sugeriria a orientação para o futuro.⁸²

Decerto o ponto de vista enunciado por Herder, no qual unidade linguística e história constroem um relacionamento privilegiado para a construção de um conceito de nação, encerra problemas. Não à toa, uma parcela expressiva das nações do mundo foi construída sem esses elementos, a exemplo do Canadá, onde convivem dois enclaves, falando idiomas distintos. Por ora, é útil apenas constatar que os princípios enunciados por Herder, coincidem com o programa adotado pela primeira geração de construtores do Brasil, após a independência política, especialmente no que se refere às sinestrias entre história e unidade linguística e a necessidade de uma mediação entre estas duas dimensões da cultura.

Surge daí, acompanhada de muitos problemas, uma questão: como erguer os pilares da nação sobre a língua, quando essa última vem transplantada do colonizador?

2.2. Da consciência Nativista à consciência nacional

Conforme os historiadores culturais e literários registram, à medida que se aproxima o fim do período colonial, ganha terreno uma consciência nativista capaz de opor os interesses dos habitantes do Brasil, em especial suas elites, às estruturas de poder sediadas na Metrópole. Difusa, débil e insuficiente, essa defesa dos interesses da terra torna-se visível em vários episódios de desafio às formas assumidas pelo colonialismo português aqui. Inclusive com repercussões no plano da cultura. Com as suas complexas mediações, a literatura também não resiste incólume a esse estado de coisas: o empréstimo de estéticas importadas como a do arcadismo proporciona à poesia – em especial – a possibilidade de inverter os sinais transplantação cultural, pela rejeição da cópia e pelo esboço de formas de sensibilidade já atravessadas por uma ótica menos europeia, a exemplo da lírica de Tomás Antônio Gonzaga. Menos significativos em relação à forma, embora importantes quanto à temática, vem a ser os poemas *O Uruguai*, de José Basílio da Gama e *Caramuru*, de José Santa Rita Durão, marcos de uma literatura nacional em estado de latência.

⁸² RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.16.

Movimento endógeno, concebido dentro do território do Novo Mundo, esse nativismo em todos sentidos, do artístico ao político, vai beber, de maneira similar à recepção da Arcádia, em outra fonte tipicamente europeia: a ilustração. De fato, a configuração assumida pelo iluminismo em Portugal – tendo por próceres D. José I e Pombal – em contágio com os estudantes brasileiros educados em Coimbra e, agora, de retorno a seus lares entusiasmados com os ideais da *enciclopédia*, representa um manancial inesgotável de concepções e de práticas potencialmente subversivas à ordem então em vigência. Essa ilustração à brasileira,⁸³ pelo que se pode concluir, já traz em si o germe de uma ideologia política mais complexa, essa última destinada a florescer, posteriormente, sob o período da autonomia política do país, na forma do nacionalismo.⁸⁴ Em sendo um conjunto de concepções ainda em projeto, suas repercussões obtêm uma audiência restrita, ainda que muito qualificada. Um número de pessoas bem pequeno, provavelmente. Mesmo assim, dadas as dimensões da Colônia, esse tipo de discurso, veiculado por folhas de prestígio como *O Patriota* e *O Correio Braziliense*, encontra ressonância em variados círculos sociais, políticos e econômicos.⁸⁵ Ademais, a atuação dessas mídias, além dos impactos nas estruturas de poder, estimula o crescimento dos gêneros públicos, parcela significativa da não ficção, sem os quais não se pode conceber a existência da *polis* moderna. Veiculados nas páginas dos periódicos, os artigos de opinião, as mensagens parlamentares, os sermões eclesiásticos, entre outros itens, se tornam os meios para exercer a crítica apontada contra os interesses dos poderosos da hora.

Esse amálgama entre nativismo e ilustração, de grande folha de serviços prestados ao futuro país, não resistiu, ou melhor, resistiu de forma apenas residual, aos novos tempos inaugurados pela autonomia política de 1822. A partir daí, o ideário é outro. Embora acentuadamente romântica,⁸⁶ essa nova constelação de ideias vista em retrospecto revela

⁸³ RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.16.

⁸⁴ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Tradução coordenada por João Ferreira. Brasília: Universidade de Brasília, 1993, p. 799.

⁸⁵ RICUPERO, op. cit., nota 83, p. 30.

⁸⁶ Movimento estético dotado de ressonâncias políticas, sociais e filosóficas extensas e profundas, o romantismo reuniu em si os elementos de um enigma até hoje pendente de solução: foi reacionário e progressista, crítico e integrado à sociedade produtora de mercadorias, imaginoso e realista, internacionalista e telúrico; tudo ao mesmo tempo. Trouxe conquistas ao panorama das artes – tanto em termos temáticos quanto formais – cujo inventário ainda segue em aberto. Fez aportar gerações de criadores e estilistas entre os mais destacados da história da humanidade; foram românticos, no todo ou pelo menos em parte, Stendhal, Vitor Hugo, De la Croix, Auguste Rodin, Franz Schubert, Chopin, Gonçalves Dias, José de Alencar, só para apontar uma lista improvisada. No Brasil, o romantismo constituiu uma corrente de pensamento rica e “espiritualmente necessária” (Mário de Andrade), moldando as consciências de políticos, pensadores e artistas – inclusive na franja conhecida por cultura popular. Insuscetível de enquadramento conceitual em sentido estrito, o romantismo detém uma reversibilidade que o fez cruzar fronteiras geográficas, culturais e sociais, assumindo formas tão distintas que tornam praticamente impossível isolar algum conjunto de recorrências em suas manifestações, pois só é possível falar de romantismo no plural. Inteiramente divergentes entre si, as apreensões enunciadas por seus estudiosos

razoáveis elementos de ecletismo filosófico, nos moldes praticados pelos próceres do Instituto de Paris, estabelecimento dedicado ao ensino e debate teórico do qual participaram figuras decisivas da vida intelectual do Segundo Reinado, em especial o trio de redatores da revista *Niterói*: Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre e Torres Homem.⁸⁷ Independentemente do fato de ser acentuadamente romântico, ou não, esse conjunto de concepções soube encarnar os valores mais necessários ao momento emergente: antilusitanismo, hostilidade ao regime

parecem convergir somente num ponto: a de enxergar nessa voga um conjunto de valores emergentes – em registro crítico ou apologetico – dos processos de urbanização dos grandes centros europeus e da consolidação do capitalismo industrial ao longo do fim do século XVIII e da maior parte dos anos 1800. O consenso termina aí: para Lukács, por exemplo, as modalidades de representação do real contidas na maior parte da literatura dos autores envolvidos com o projeto romântico indicam um retrocesso em relação ao classicismo, à exceção de Balzac, Hoffmann e um seleto grupo de pouquíssimos escritores. Em sentido oposto, Ian Watt atribui ao movimento o mérito de tornar visível a crise da subjetividade da arte e do pensamento da ilustração postos em cheque pelo desenvolvimento técnico que encurtou as distâncias e modificou a percepção humana através de meios como a fotografia. Contendas teóricas à parte, afigura-se indiscutível, pelo menos no plano da criação artística, que os postulados buscados pelos românticos representaram um compromisso com a criatividade, a imaginação e a educação dos sentidos (pontos nevrálgicos ao individualismo burguês em formação). Em nosso país, em sintonia com o romantismo francês, mas por motivos provavelmente muito diversos, ocorreu uma forte idealização do passado. Essa reversibilidade temática por muito que contenha de transplantação – antiga conhecida dos povos latino-americanos – também acusa a presença de um núcleo de questões comuns ou bastante próximas a unir a vida cultural de ambos os países. A reação ao Ancien Regime, visível na literatura da terra de Flaubert durante a primeira metade do século XIX, inclusive durante a restauração, encontra correlativo, no mesmo período, no Brasil, no forte sentimento anticolonial (e anti-ibérico) das elites letradas dos nossos trópicos. Dentro desses parâmetros, um etos de evasão vai, no caso europeu, idealizar a era medieval e seus cavaleiros ou ainda, na busca de exotismo, produzir mais uma leva de exaltações ao bom selvagem do Novo Mundo, como se vê em *Os Natchez* de Chateaubriand. Enquanto isso, no Brasil, as contradições de nossa trajetória vão buscar a sua personagem paradigmática na figura do índio. Por certo, a analogia entre Brasil e França do século XIX tem valor quase sempre ilustrativo, pois as diferenças são palpáveis: no velho continente, ocorre um desenvolvimento científico, tecnológico, e sobretudo especulativo em termos filosóficos que não admite paralelos com a sociedade brasileira. De mais a mais, a autoconsciência da identidade nacional – tão precoce quanto a da Inglaterra – já se acha plenamente desenvolvida por lá. Como se não bastasse, a estrutura de classes presente naquele país da Europa Continental, desde antes da revolução de 1789, com seus conflitos entre o primeiro e o terceiro Estado, já sinaliza um grau de complexidade incompatível com uma formação social periférica e escravocrata como a nossa. No entanto, o fenômeno do desenvolvimento desigual do capitalismo permite distinguir exceções à regra – capazes de fazer diferença. Isto é, com toda a sua debilidade, já desponta uma vida cultural no Brasil, sediada nos grandes centros, em especial na Corte, no Rio de Janeiro, capaz de recepcionar sistemas conceituais, temas e formas produzidos na metrópole, selecionando aqueles mais compatíveis com os interesses das nossas elites locais e, ao mesmo tempo, produzindo versões similares dessas representações e categorias. Para uma tipologia instrumental do romantismo, ver LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Romantismo e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 11-79.

⁸⁷ Nos últimos anos, começou a alimentar-se uma fundada dúvida sobre o grau de adesão ao romantismo da chamada primeira geração do nacionalismo brasileiro, aquela nucleada em torno da revista *Niterói*. Para alguns estudiosos, entre os quais Pinassi, a trinca formada por Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre e Torres Homem, na realidade, estaria mais próxima de uma visão de mundo eclética, à feição dos preceitos do Instituto de Paris, instituição acadêmica na qual estudaram durante suas permanências na capital francesa. Ao se revelar correta essa forma de ver os processos culturais ocorridos no Brasil durante a primeira metade do século XIX, muitos elementos genéticos de intervenção dos intelectuais brasileiros estariam explicados: a saber, o elitismo e oficialismo de nossa vida cultural. Muita coisa ficaria de fora, no entanto, especialmente a desconcertante semelhança entre certos romantismos europeus, especialmente no que se refere aos temas, e a trajetória da chamada questão nacional nos nossos trópicos. Independentemente, no entanto, do caminho apontado pelas futuras pesquisas sobre esse aspecto da história literária do país, uma coisa parece estar certa: em alguma medida (maior ou menor, o futuro dirá), a recepção das ideias românticas no Brasil continuará a ser um tópico sem o qual não se pode pensar a cultura no século XIX, aqui e lá fora. PINASSI, Maria Orlanda. *Da Miséria Ideológica à Crise do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 113.

colonial e reação ao classicismo. Sua ascensão sanciona a passagem de uma ideologia política de pressupostos fincados na *terra*, nos interesses privados e provinciais, a uma outra, cuja influência irradia da *polis*, da vida pública,⁸⁸ das aglomerações urbanas, em particular da corte, rigidamente centralizada no Rio de Janeiro, sede do império. A chamada questão nacional encontra, assim, o seu leito no Brasil.

Cedo, as novas elites, não tão novas assim, na medida em que recicladas do regime anterior, atentam para a necessidade da criação de condições de reprodução espiritual do tema nacional. Empenhados em transformar em fato a tendência à unidade territorial entre os diversos grupos populacionais atomizados nos mais diversos pontos do “arquipélago” brasileiro e privados de uma matriz “racial” única numa terra de visíveis componentes mestiças, os construtores da nacionalidade têm de buscar na língua portuguesa o ponto de união para os seus esforços de integração. Esta empresa apresenta uma grande dificuldade: o descompasso entre a expansão da língua falada, cada vez mais uma entidade com vida própria, em divórcio com o idioma da ex-metrópole e a dependência da língua escrita, esta última em grande parcela incapaz de cortar seu cordão umbilical das unidades de produção de sentido do vernáculo colonial. Estabelecer algum tipo de equilíbrio entre o dinamismo da linguagem oral e a estagnação da escrita constituía tarefa a ser encetada pela literatura. Sem a criação de uma língua literária,⁸⁹ resultaria nula qualquer pretensão a um impulso do pensamento, da arte e da cultura locais. Mais do que isso, estaria condenada ao malogro qualquer tentativa de compreensão do passado ou iluminação dos caminhos do futuro. No limite, tornar-se-ia impossível responder, ou, no limite, sequer problematizar, as questões que giravam em torno de um mesmo eixo: o que é o Brasil? O que são os brasileiros? O que nos distingue de outras nações? Em que medida seríamos índios, negros ou europeus? Ou seja, todo aquele conjunto de interrogações que remetem à dialética entre centro e periferia, primeiro tratamento, e possivelmente o mais coetâneo à literatura. Perguntas que talvez expliquem o motivo pelo qual a literatura ocupou, durante a maior parte do século XIX, a maioria dos espaços referentes ao esforço de constituição mental da nação: ficção e não ficção, prosa e verso, historiografia e crítica literária, política e direito, entre outros domínios,

⁸⁸ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, 6. ed. 2º Volume. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000, p. 15.

⁸⁹ RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.109.

capturando para si todo o debate identitário do país até o posterior desenvolvimento das ciências sociais em pleno século XX.⁹⁰

2.3. Do romance ao ensaio: mitos de origem

Pelo que vimos até aqui, é sob a autonomia de 1822 que o Brasil elabora suas representações de identidade nacional e esboça os elementos de uma literatura própria. Desse processo, todos os gêneros se beneficiam, até a não ficção. Salvo engano, as condições para um florescimento do ensaio de interpretação da realidade brasileira, aos poucos, vão tornando-se maduras. Entretanto, pelo que se pode presumir, o último tijolo dessa obra virá menos da não ficção e mais do romance. É nesse gênero que ocorre, de forma mais bem acabada, a fusão entre um desenvolvimento da questão nacional e a “busca de uma linguagem adequada às necessidades de expressão do século XIX”,⁹¹ entre os elementos descritivos e narrativos na busca de apreender todas as dimensões do país, inclusive em sentido físico. É o que Antonio Candido pontua em seu trecho já tornado clássico:

[...] o nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar todo o país. Talvez o seu legado consista menos em tipos, personagens e peripécias do que em certas regiões tornadas literárias, a seqüência narrativa inserindo-se no ambiente, quase se escravizando a ele. Assim, o que vai se formando e permanecendo na imaginação do leitor é um Brasil colorido e multiforme que a criação artística sobrepõe à realidade geográfica e social.⁹²

A trajetória do romance romântico constitui, em terras brasileiras, a senha para a passagem de uma “expressão nova para um país novo”.⁹³ Vastos territórios que posteriormente pertenceriam às províncias do ensaio passam a ser alvo de ocupação pelo gênero romanesco. Nesta altura, mais uma vez, Antonio Candido refaz este trajeto, com exatidão:

Lugares, paisagens, cenas; épocas, acontecimentos; personagens – padrões, tipos sociais; convenções, usos costumes – foram abundantemente levantados, quer no tempo (pelo

⁹⁰ CANDIDO, Antonio. Literatura, espelho da América? In: PRADO, Antonio Arnoni; BOAVENTURA, Maria Eugénia; LEVIN, Orna Messer. (Orgs.). *Remate de Males*. Campinas, SP: Departamento de Teoria Literária, IEL/UNICAMP, 1999.

⁹¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000, 6. ed. p. 100.

⁹² CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000, 6. ed. p. 101.

⁹³ Ibid. p. 97.

romance histórico, que serviu de guia), quer no espaço. Uma vasta soma de realidade observada, herdada, transmitida, que se elaborou e transfigurou graças ao processo normal de tratamento da realidade no romance: um ponto de vista, uma posição, uma doutrina (política, artística, moral) mediante a qual o autor opera sobre a realidade, selecionando e agrupando os seus vários aspectos segundo uma diretriz.⁹⁴

Essas propriedades referentes à representação do real e o lançamento de uma nova linguagem, típicas do relacionamento entre romance e ensaio, também produzem interfaces temáticas de grande importância. Afinal, para uma jovem nação, tão importante quanto o conhecimento empírico sobre si mesma é a aquisição dos mitos fundadores capazes de conferir-lhe a sensação de coesão e unidade, o mais significativo entre eles, o indianismo literário, movimento artístico inaugurado em poemas de Gonçalves Dias.

Entre as décadas de 1840 e 1850, o indianismo vai juntar na sua passagem os principais escritores do país, desde os mais talentosos, como José de Alencar e o já mencionado Gonçalves Dias, integrando outros cuja importância se acha restrita ao aspecto histórico à feição de Gonçalves Magalhães. Até o imperador Pedro II irá estimular o culto ao indígena na qualidade de símbolo de uma essência atemporal de “brasilidade”. Esclarece, porém, Antonio Candido a respeito do caráter nada espontâneo dessa operação simbólica: não se trata de algo vindo de baixo para cima, da cultura popular para a letrada, da vida para o pensamento. Muito pelo contrário, a apologia do aborígine tem a sua genética associada à minoria culta da população⁹⁵. Muito mais interessante pelo que esconde do que pelo que revela, o indianismo assume nos romances de Alencar, em especial, no primeiro, *O Guarani*, sua manifestação mais sofisticada e rica de significados, a maioria pouco aparente.

Na obra citada, por exemplo, ao cabo de insistentes encômios ao caráter “nobre” e heróico da personagem Peri, também figura a louvação aos predicados do ser “absolutamente livre” do selvagem; uma recorrência, no mínimo intrigante dado o quadro de imobilidade social herdado pelo Brasil autônomo da condição de colônia. É Silviano Santiago quem aponta essa singularidade na leitura alencarina do passado colonial:

Dentro da sociedade colonial branca, tal qual retratada por Alencar, apenas uma exceção é aberta para um não-branco. Para o selvagem. Ele foge à regra da ordem escravocrata porque é absolutamente livre. Por efeito e contraste, todos os demais elementos diferentes do selvagem estão presos, fixos e estáticos social e economicamente. Sem dúvida, não existe maior elogio à figura do indígena do que este, maior isenção de preconceito contra a sua figura durante a colonização portuguesa nos trópicos. Dentro de uma sociedade sócio econômica extremamente hierarquizada, rígida, é o autóctone e o único indivíduo que tem o poder de

⁹⁴ Ibid. p. 99.

⁹⁵ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000, 6. ed. p. 100.

mobilidade. Se for inimigo, é enfrentado na guerra. Caso seja tomado como cativo, é vassalo. Corrobora o texto: “quando (os selvagens) nos respeitam como vassalos de uma terra que conquistamos, mas são homens.” Quando são “nobres” no próprio meio podem se inscrever num escalão mais alto dentro da hierarquia brasileira e europeizada, mas neste caso não existe ascensão social, apenas absorção digna: “Peri estendeu o braço e fez com a mão um gesto de rei, que rei das florestas ele era, intimando os cavaleiros que continuassem sua marcha.”⁹⁶

O mesmo *O Guarani*, ainda segundo Silviano Santiago,⁹⁷ também promove, na personagem do fidalgo D. Antonio de Mariz, uma decisiva aproximação ao tema da identidade nacional das elites brasileiras. Isso porque, ambientado no momento da unificação das coroas ibéricas sob predomínio espanhol, em fins do século XVI, o romance faz referência a um rei não português. Um monarca “falso”, portanto. Confrontado com essa situação, o senhor de terras fixado na Colônia, para permanecer fiel a suas origens, deverá “interiorizar” a sua lealdade nacional, desobedecendo ao rei ilegítimo. Ou seja, o que esse elemento da trama do livro põe em evidência, trazido ao contexto pós-autonomia em 1822, são as dificuldades dos construtores da jovem nação em se desfazer de certos aspectos do legado deixado pelo colonizador, especialmente no aspecto identitário, malgrado a forte retórica antilusitana do período. Sublinhar, portanto, os traços heróicos, as características em comum, presentes tanto na personalidade do senhor de terras quanto na do gentio Peri, revela uma intenção de recriar o passado com os olhos voltados para o presente.

Concluindo a tríade de personagens presentes ao primeiro ato da colonização, surge em cena a mulher: entre todas as encarnações do feminino na obra de Alencar, nenhuma contém a força simbólica de *Iracema*, pois ela encarna, antes de tudo, o ventre gerador da nação. No romance do mesmo nome, portanto, ao evocar o envolvimento amoroso entre colonizador e colonizado, o autor inaugura a mitologia de fundação de um povo. Não cabe aqui indagar o quanto de estupro, de posse dissimulada pode estar presente nesta união. Afinal, há um preço a ser pago ao se lidar com os mitos. O que merece atenção é a fragilidade dessa utopia sobre o passado colonial: se os brasileiros, à semelhança dos mexicanos descendentes de Malinche, se apresentam (e se representam) na qualidade de netos de Iracema e do português Martim, nada mais justo que essa regra viesse a abolir exceções. Contudo, na prática, elas continuam a existir. Ao que se saiba, de maneira diversa do indígena, inexistente representação do negro enquanto encarnação de algum tipo de virtude.⁹⁸ Ou seja, a linha de corte na qual a mestiçagem será concebida em registro positivo encontra limitações, não apenas na obra de Alencar, como também na de outros escritores filiados ao indianismo.

⁹⁶ SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes dos Brasil*. V. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. XXXI.

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes dos Brasil*. V. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. XXXII.

2.4. Varnhagen: compondo a narrativa conservadora

A crítica literária brasileira tem, na pessoa de Francisco Adolfo de Varnhagen, um de seus inventores. Pesquisador atento às fontes documentais, o autor paulista promoveu alguns dos levantamentos de obras e de autores mais completos de sua época. A antologia poética por ele reunida no *Florilégio da Poesia Brasileira*, em três volumes,⁹⁹ constitui obra de referência para conhecimento do que há de mais representativo, no gênero, em nosso país. Seu trabalho como medievalista também merece destaque, tendo deixado importantes contribuições ao estudo do cancionero lusitano. Só não foi escritor inspirado. Sua prosa não entusiasma os estudiosos e, sua *poesia*, segundo Antonio Candido,¹⁰⁰ é de mau gosto.

Tendo em vista o fato de Varnhagen ter abraçado, além da crítica de literatura, a historiografia das formações sociais brasileiras – talvez até com maior desenvoltura – faz sentido estabelecer uma linha entre esses dois interesses na sua obra. Por essa divisão de trabalho, a análise d'a *História Geral do Brasil*¹⁰¹ receberia a etiqueta de interesse exclusivo das ciências sociais. O que seria bastante razoável. Afinal, aquele texto de Varnhagen apresenta pouco atrativo estético, dada a sua opção por uma narrativa convencional, até para os padrões da época. Excluída, entretanto, a investigação dos componentes formais da obra, ainda remanesce um outro aspecto: o tratamento da questão nacional, bem diverso, conforme veremos, da voga da época, marcadamente indianista. Apenas isso já aconselharia que a história literária se debruçasse sobre essa obra de referência. Há mais, no entanto: em *História Geral do Brasil* existe, malgrado, repita-se, a falta de inspiração da escrita, um momento de definição da prosa ensaística brasileira, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio das relações entre *ficção* e *mimesis*. De tal sorte, a falta de investimento na linguagem se vê inteiramente compensada por uma capacidade de fabulação destinada a impregnar o imaginário do país até hoje, tudo conforme atesta a influência de suas ideias nos currículos escolares, nos discursos conservadores e até na cultura popular, como no caso dos enredos históricos das escolas de samba. Isto é, em pleno século XXI, o país ainda se reconhece nas representações concebidas no livro cuja primeira edição data de 1854.

⁹⁹ Antologia, neste contexto, significa levantamento de produções raras ou inéditas e não seleção de obras conhecidas, conforme esclarece CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000, p.311.

¹⁰⁰ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000, p. 345.

¹⁰¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

Toda essa relevância não contribui para tornar menos penosa a leitura da obra desse autor cuja maior parte da vida foi dedicada ao serviço diplomático. O grau de preconceito contra as populações afrodescendentes e ameríndias, expresso em juízos lamentáveis, é bem verdade que consentâneos com a época, sobre os costumes, a contribuição civilizatória e a cultural desses grupos formadores da nacionalidade, poucas vezes atinge um estágio de tanta virulência.

Sobre os índios, “essas gentes vagabundas” (volume I, p.24), o autor, fustigando os indianistas, declara a inutilidade de qualquer esforço etnográfico sobre as culturas dos primeiros habitantes do Brasil, em especial no que diz respeito a suas nações:

Seguindo com análise, aplicada a muitos outros nomes, que até agora nos inculcavam como distinguindo nacionalidades, enchendo-se com elas páginas de livros, e obrigando-nos a tomar tédio a tantos e tantos catálogos de tais vozes bárbaras, nos chegamos a convencer que tais nomes de nações não são mais que alcunhas. [...] cumpre não ligar muita importância a toda essa nomenclatura bárbara. (HGB, volume I, p.27)

Ao mesmo tempo, a louvação acrítica do papel do colonizador europeu nas páginas da *História Geral do Brasil* provoca constrangimento mesmo em pesquisadores acostumados em procedimentos de filtragem de leitura. Todo esse desconforto do leitor contemporâneo, porém, não deve impedir o contato com os textos deste autêntico inventor da historiografia brasileira. Comparado a Heródoto, Varnhagen fez da busca documental uma obsessão; em grande parte em face do diálogo de sua obra com os métodos de Ranke, fundador de uma escola histórica de fundamentos antiespeculativos adquiridos em contraste com filosofia da história de Hegel:¹⁰²

A missão do historiador não é lisonjear, nem adular a ninguém, e menos aos vivos no país, ou antes a meia dúzia de gritadores apaixonados e parciais. “Antes quero desagradar publicando a verdade, dizia Tucídides, que ser aplaudido faltando a ela”. – “Não temas jamais revelar as tuas opiniões, apesar dos outros” – dizia o oráculo de Delfos ao orador romano. O historiador esquadrinha os fatos, e que, depois de os combinar e meditar sobre eles, os ajuíza com boa crítica e narra sem temor nem prevenção, não faz mais do que revelar ao vulgo verdades, que ele naturalmente acabaria por avaliar do mesmo modo, sem os esforços do historiador, dentro de um ou dois séculos. (HGB, volume IV, p.150)

Filiado a este tipo de vertente, marcada pelo rigor com a documentação, é compreensível a preocupação de Varnhagen em providenciar uma certidão de nascimento para o país:

¹⁰² REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil*, de Varnhagen a FHC. Volume I. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.24.

Como e quando se inteirou Portugal da existência do legado de Tordesilhas, como o descuidou a princípio e o beneficiou e aproveitou depois, e finalmente, como, através de muitas vicissitudes, guerras, veio a surgir um novo império a figurar na orbe entre as nações civilizadas, regido por uma das primeiras dinastias de nossos tempos – tal é o assunto da presente história. Portugal tomou conhecimento de suas terras somente seis anos após o Tratado de Tordesilhas, em 1500. Poucos imaginaram que nessa terra, dentro de algumas gerações, se havia de organizar uma nação mais rica e considerável do que a mãe-pátria. (HGB, volume I, p. 70)

A iniciativa de datação tem o objetivo, mais ou menos óbvio, de excluir da história o período anterior à chegada do colonizador europeu. Para pôr em prática essa demarcação sobre os territórios da história, da ideologia e da política, faz-se necessário estender a datação aos domínios da linguagem, da mesma forma. Em tais momentos, o texto de *História Geral do Brasil*, situado na interseção entre interpretação e crônica, vai se mover na direção desta última. Parte daí o cortejo de acontecimentos político-administrativos, fatos, datas. Tentativas de, conforme detecta Reis,¹⁰³ “fazer coincidir o passado com o vivido”. É essa a circunstância capaz de justificar as expressões adverbiais que vão proliferando na narrativa: “na noite de oito para nove do mês de setembro, à hora da missa, em um domingo [...]”, “no princípio de setembro [...]”, “dois dias depois, no dia 19”, “mas logo, no dia 25”, “logo, no dia imediato [...]”, “na noite de 5 de abril [...]”, “mês e meio antes [...]”, “a ação durou de 3 a 4 horas [...]”.

A rigidez da expressão e a recorrência à crônica, muito possivelmente, apontam a resposta dada por Varnhagen, pelo menos em termos formais, ao programa de construção de uma historiografia local, projeto em estágio de implantação pelo IHGB. Composta por muitos ramais, essa proposta encontra sua mais nítida tradução na monografia vencedora de concurso interno daquela instituição denominada *Como escrever a História do Brasil*, certame que teve como vencedor o naturalista, artista plástico e historiador Von Martius. Em seu texto, o estudioso alemão defendia que fosse afirmado o sentido positivo da colonização levada a cabo no país pelos portugueses. Tudo de maneira a privilegiar uma fabulação na qual as “tensões, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações do processo histórico”¹⁰⁴ do país fossem suprimidas ou, no limite, minimizadas, diante do objetivo maior: a edificação da nação. A proposta de Martius, que reconhecia na mestiçagem, mesmo em registro crítico, a grande singularidade do percurso do Brasil, detinha proporções ciclópicas. Tanto assim que, em vista de sua magnitude, o próprio autor alemão retraiu-se, ficando o desempenho da tarefa a cargo de Varnhagen.

¹⁰³ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil*, de Varnhagen a FHC. V. I. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.49.

¹⁰⁴ *Ibid.* p.28.

Antes da sistematização de princípios elaborada por Martius e executada por Varnhagen, outras histórias do Brasil haviam sido publicadas, merecendo destaque aquelas redigidas por Pero Gândavo, Frei Vicente do Salvador, Rocha Pita, textos pertencentes à crônica colonial e dos quais pudemos fazer referência no segundo capítulo desta tese. Foi, no entanto, em 1810, que o inglês Robert Southey,¹⁰⁵ tomou a seu encargo, sem nunca haver conhecido o país, a tarefa de conceber uma *História do Brasil*, em que a colonização portuguesa não poderia ter sido retratada de maneira pior, sendo responsabilizada, nas páginas do livro, por todas as mazelas registradas por aqui: miséria, doenças, fome, criminalidade e dissolução de costumes. Enfim, a obra acusava a mentalidade ibérica, dominante na Colônia, por todo o quadro de debilidades presentes na sociedade brasileira, mas sem fazer menção ao papel do Reino Unido no processo de exploração metropolitana. Mais de quarenta anos depois, o olhar britânico sobre a nossa realidade continuava ofendendo os brios nacionalistas dos membros do IHGB, entre os quais Varnhagen, que na sua busca por documentos que embasassem o seu esforço de pesquisador, deu carne ao mito de origem fundado no caráter sensato da colonização lusitana no Brasil.

Refutar o pessimismo de Southey não significa aderir à recriação dos fatos proposta pelos indianistas, pelo menos para Varnhagen. No entender do estudioso, pertencente ao quadro do IHGB, o indianismo, na qualidade de ideologia assentada sobre o elogio ao caldeamento entre brancos e índios,¹⁰⁶ estaria condenado ao malogro. A visão do sorocabano sobre a mestiçagem, de certa maneira já intuída em Martius,¹⁰⁷ compõe um cenário distinto daquele ideado por Alencar em dois pontos: primeiro por integrar, em condição subordinada, é bem verdade, a contribuição dos povos da diáspora africana a construção material e espiritual do país, e segundo, por enxergar, em eventos como a resistência à invasão holandesa no Nordeste, os primeiros ensaios da formação de uma consciência comum aos elementos das três “raças”, sem a qual não seria possível obter, nem unidade territorial nem linguística, vantagens comparativas da jovem nação criada em nossos trópicos.¹⁰⁸

Em Varnhagen, nobilitado Visconde de Porto Seguro pelo Imperador Pedro II, a ausência de uma estetização explícita na narrativa não implica um compromisso unívoco e nem retilíneo com a objetividade teórica. Ocorre justamente o inverso. Existe um apelo à

¹⁰⁵ As referências a Southey foram extraídas de VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 8. ed. Volume V. São Paulo: Melhoramentos, 1975, Seção LIV, e REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil*, de Varnhagen a FHC. Volume I. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.23.

¹⁰⁶ RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 138.

¹⁰⁷ Ibid. p. 125.

¹⁰⁸ Ibid. p. 135.

providência,¹⁰⁹ verificável nas páginas da *História Geral do Brasil*, que sugere a intervenção de poderes acima do plano terreno, moldando a evolução do país em sentido incruento e pacífico, afastados os riscos de vitória de ocorrências como a Inconfidência Mineira.¹¹⁰ Esta última potencialmente desagregadora da unidade territorial obtida através de um paciente processo de amadurecimentos das condições para a independência política. Por essa visão, a vitória dos movimentos nativistas e depois, das insurreições libertárias, já sob o império, representaria o risco da divisão do Brasil em várias “guianas”:¹¹¹

E supondo ainda que no fim de uma encarniçada guerra civil, que já por si só seria um flagelo, triunfasse a revolução, estaria hoje o Brasil em melhor estado? Essa pequena república encravada no meio do majestoso império de Santa Cruz, não teria sido um mal? Não teria alguma nação poderosa procurado um pretexto de guerra para ter nesse território uma *Guiana*. Não teria ainda nele também outra Guiana o próprio Portugal? Curvemos a cabeça aos decretos da Providência, que, a custa do próprio sangue dos mártires do patriotismo, veio conduzir-nos à única situação em que podemos, sem novos ensaios, procurar ser felizes, fazer-nos respeitar como nação. (HGB, volume IV, p. 323)

A atuação intelectual de Varnhagen torna patente a mais bem acabada tentativa de alinhar um projeto nacional voltado para reprodução da monarquia, apoio à centralização administrativa, mas destoa num item fundamental do restante da maioria de seus pares, inclusive no âmbito do IHGB: advoga o fim da escravatura.¹¹²

Varnhagen também deplora o latifúndio, pois considera que, por intermédio de doações de terra menores, o Brasil teria constituído uma população mais homogênea e uma economia mais diversificada.¹¹³ E, se não aceita o regime servil, é porque tal arranjo implica o aumento da presença negra no território da Colônia, acelerando o processo de miscigenação racial de nossas populações, evento o qual enxergava com pessimismo. Isso muito embora fizesse questão de sublinhar – com uma certa dose de paradoxo – a aptidão dos contingentes afrodescendentes para o trabalho, “gente de braço vigoroso”.¹¹⁴ Esse tipo de defesa da abolição, ainda que arrevesada, o colocava em posição frontalmente contrária a outros intelectuais do período, inclusive o indianista José de Alencar que, juntamente com uma

¹⁰⁹ VIANNA, Luiz Werneck. *A Viagem Quase Redonda do PT*. Disponível em: <<http://WWW.acesa.com/gramsci>>. Acesso em: 07.11.2010.

¹¹⁰ RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 135.

¹¹¹ Ibid. p. 132.

¹¹² Ibid.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ REIS, José Carlos, *As Identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. Volume I. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 43.

parcela importante da opinião pública do período, apoiava a escravidão, a pretexto de advogar uma perspectiva realista para o problema da escassez de mão de obra para a lavoura.¹¹⁵

A contraditória visão de Varnhagen sobre a contribuição civilizatória dos povos da diáspora africana pode ser resumida no trecho abaixo:

Como a colonização africana, distinta principalmente pela sua cor, veio para o diante a ter tão grande entrada no Brasil, que se pode considerar hoje como um dos três elementos de sua população, julgamos nosso dever consagrar aqui algumas linhas neste lugar a tratar da origem dessa gente, a cujo vigoroso braço deve o Brasil principalmente os trabalhos do fabrico de açúcar, e modernamente os da cultura do café; mas fazemos votos para que chegue o dia em que cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos de origem africana, e por conseguinte a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro, e sofreram os grilhões da escravidão, embora com mais suavidade do que em nenhum outro país da América, começando pelos Estados Unidos do Norte, onde o anátema acompanha não só a condição e a cor, como todas as suas gradações. (HGB, volume I, p.223)

Eivadas de mistificações, equívocos e omissões, especialmente aos olhos do leitor de hoje, as propostas para o Brasil ideadas por Varnhagen buscam sua base de legitimação, entretanto, em percepções extraídas menos da esfera da ideologia e mais da realidade empírica, encontrando suas afirmações considerável eco no senso comum e mesmo no debate intelectual da sua época. Para esse tipo de pensamento conservador, importa cultivar certa aparência de realismo, de entendimento da verdadeira “essência” do país, que supostamente estaria interdita aos setores comprometidos com a mudança de suas estruturas de poder no século XIX. Assim, por muito que a família de pensadores como Oliveira Viana, entre outros autores marcados pelo diálogo com as concepções do sorocabano, seja constantemente fustigada, com razão, pelos estudiosos contemporâneos das ciências sociais,¹¹⁶ suas ideias apontam para mais que a mera reiteração de concepções reacionárias.¹¹⁷ Existe um achado visível em sua sociologia: o de que, por suas raízes ibéricas, boa parte da sociedade brasileira não se achava apta à implantação de uma ordem baseada no individualismo, na fragmentação do Estado unitário ou ainda sobre a primazia do utilitarismo de mercado. Estruturalmente diferentes, as narrativas de Alencar e de Varnhagen se aproximam, dessa maneira, de mitos de origem situados num campo comum: o da manutenção do estabelecido, mesmo que através de um processo de adaptação a novas condições. E, quando se verificam essas proximidades,

¹¹⁵ RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 189.

¹¹⁶ ODÁLIA, Nilo. *As Formas do Mesmo: o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Unesp, 1997, p.24.

¹¹⁷ Mais produtiva do que a rejeição anacrônica do aspecto visivelmente datado das concepções de Varnhagen, há que indagar, como fazem Ricupero (2004) e Reis (2010), porque as representações concebidas pelo historiador paulista detiveram tanta longevidade e, ainda hoje, ainda encontram passagem num certo senso comum presente na sociedade brasileira, em especial, em parte de suas elites.

mais que a fidelidade aos partidos políticos do segundo reinado, os *saquaremas* e os *luzias*, o que irá importar é o aspecto ideológico. Os liberais, tanto os docemente empenhados no culto do monarca da Casa de Bragança conforme o figurino de Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto, Macedo, quanto sua fração mais à esquerda constituída por homens como João Francisco Lisboa terão dificuldade em produzir uma visada retrospectiva sobre o país capaz de concorrer com a constelação de relatos sintonizados com a reabilitação, no todo ou em parte, da obra civilizatória do estamento patrimonialista português. Os defensores do liberalismo precisarão esperar até Joaquim Nabuco para produzir o seu primeiro olhar sobre o passado colonial capaz de oferecer um contraponto à altura da sua presença no cenário da política brasileira.

2.5. A *História Geral do Brasil* e a trajetória do ensaio de interpretação

Pelo que se pode constatar, assume caráter consensual, entre os estudiosos da escrita, a percepção acerca do baixo teor de literariedade do livro mais conhecido de Varnhagen. De fato, conforme já foi anotado aqui, a linguagem nada exhibe de brilhante, a fixação dos personagens históricos é estática, a cronologia, linear. Em grande parte, esses efeitos detêm caráter deliberado. Numa época em que já se ouvem os ecos dos debates destinados a limitar o objeto da literatura aos domínios da expressão criativa, a história e a demais ciências humanas também procuram declarar a sua independência. Aparentemente, diante dessa encruzilhada de possibilidades, o historiador paulista se inclina pela pretensão de estar produzindo ciência, ainda que alguns digam, em tempos futuros, que ele está fabricando ideologias.¹¹⁸ Isso explica sua predisposição de privilegiar a pesquisa documental e certo tom da linguagem que remetam ao distanciamento em face de seus objetos do conhecimento. Nada obstante, essas preocupações, todavia, seu texto não deixa de revelar aspectos ficcionais de grande relevo. Não porque o escritor pretenda, pelo menos não conscientemente, inventar eventos ou fabricar figuras a respeito das quais não haja algum tipo de registro. Mas, sim porque Varnhagen intenta produzir uma composição panorâmica, enredo, cujo fio se desenvolve num quadro no qual tão importante quanto a “verdade” é a verossimilhança.

Dessa maneira, o historiador acredita estar fazendo a representação dos fatos assim como “eles realmente aconteceram”, sem atentar para o fato de que a organização geral dos dados pesquisados sempre obedece à sua subjetividade. Isso porque ele não limita mais a

¹¹⁸ TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Unicamp, 1997, p. 32.

descrever ou relatar, como na crônica colonial. A sua função, e atividade de Varnhagen confirma essa tendência, exige que ele componha uma narrativa coerente, na qual a imaginação supra as lacunas inevitáveis entre o vivido e o passado, isto é, uma mediação entre os processos históricos e o intérprete. Acontece que, no período anterior à institucionalização das ciências humanas, no Brasil, quem opera essa mediação são os escritores e não os historiadores.

3- JOAQUIM NABUCO E A LINGUAGEM

Responsável pelas manifestações estéticas mais vigorosas do ambiente literário, pelo menos nos anos imediatos à independência política do país, o tema nacional, de tantas contribuições à poesia, ao romance e à crítica, vai, ao poucos, dividir a condição de protagonista da cena cultural com uma nova sensibilidade, a partir de meados da década de 1850. Isso porque, nessa quadra, vai aportando uma geração de artistas ávida em pôr seus meios de expressão a serviço de uma temática de natureza pessoal, capaz de transmitir sentimentos, anseios e estados d'alma. A princípio distante do engajamento político, essa segunda geração romântica tarda em colocar os seus planos em sincronia com a dinâmica institucional do país, talvez em consequência do clima de calma experimentado com a sucessão de governos de coabitação entre liberais e conservadores. De forma distinta dos seus antecessores da Revista *Niterói* e do coletivo do IHGB, com sua prioridade à questão identitária, o desenvolvimento da subjetividade e sua tradução em linguagem assume lugar de destaque na prática e reflexão artística desses novos autores. Porém, quando essa enorme energia estética se dirigir da arte para a vida social, com o fim da trégua política assegurada pelo fim do regime da conciliação, movimento coincidente à lenta agonia da economia escravocrata, o ensaio de interpretação do Brasil viverá as condições para o seu verdadeiro florescimento. Afinal, é nesse período que ocorrerá o encontro entre o desenvolvimento da linguagem e o tema nacional já tracejado antes, sistemática cujas linhas principais podem ser buscadas nas mutações experimentadas pelo movimento romântico e pela ideologia liberal. Confluência de destinos na qual está inscrita, de forma indelével, a prosa ensaística de Joaquim Nabuco e seu manifesto *O Abolicionismo*.

3.1. A crítica liberal

Por certo, escapa aos objetivos desta pesquisa a descrição de pormenor das peripécias e da evolução do pensamento liberal. Mesmo assim, em vista do relacionamento, por vezes estreito, entre esse movimento de opinião e os esforços de interpretação da realidade do país, impõe-se a recapitulação das linhas mais gerais do esforço de reflexão de seus principais adeptos, por aqui. , a primeira dificuldade capaz de defrontar os estudiosos do tema advém do próprio conceito de liberalismo, que apresenta distintas configurações, dependendo da região do globo de onde se irradia: na Inglaterra e na Alemanha, indica um posicionamento de

centro, destinado a mediar conservadorismo e progressismo; nos Estados Unidos, um radicalismo de esquerda defensor das liberdades civis e na Itália atual, os que procuram manter a iniciativa privada e a propriedade particular.¹¹⁹ Pelo que se vê, portanto, não há uma característica geral suficiente para abarcar todos os liberalismos, embora haja um núcleo de elementos comuns a todas as concepções: a defesa das liberdades e da propriedade. Esses valores, por certo, enfeixam a contribuição liberal às revoluções democráticas do século XVIII, como a Francesa e a Americana, processos de grande influência na luta de independência dos países da América Latina, entre os quais o Brasil. Por muito tempo, no vasto território ao Sul do Rio Grande, matrizes políticas diversas entre si como o jacobinismo de Robespierre e o Federalismo de Jefferson frequentaram o imaginário de movimentos insurgentes locais como se a rubrica “liberal” valesse para todos. Por aqui, esse rótulo podia abranger desde monarquistas com tendências autonomistas como José Bonifácio até os integrantes da Confederação do Equador, como Frei Caneca. Por essa época, na Europa, as tendências já se encontram em estágio de definição, pois o período coincide com o momento de afastamento entre românticos e liberais, nos moldes preceituados na fórmula de Balzac: “os realistas românticos clamam pela liberdade literária e pela revogação das leis que dão formas convencionais a nossa literatura, enquanto os liberais pretendem manter as unidades, o ritmo alexandrino e o tema clássico.”¹²⁰

Reiterando as informações fornecidas no capítulo anterior, pelo que se depreende da leitura da maioria dos historiadores, até a metade do Segundo Reinado, as diferenças entre liberais e conservadores se anunciam superficiais. Mesmo o texto da Constituição de 1824, aparente vitória dos primeiros, consagra uma suposta liberdade econômica ao mesmo tempo em que nega direitos políticos à maioria da população, em particular os mais pobres. Essa aparente contradição, mais apropriadamente uma funcionalidade, acusa o fato das duas vertentes, os Luzias (conservadores) e os Saquaremas (liberais) serem, até então, rótulos distintos para uma mesma força política, o patronato político brasileiro.¹²¹ Após a segunda metade do século XIX, para extrair efeitos expressivos da tautologia, o impensável acontece: o liberalismo efetivamente passa a ser liberal (bem como o romantismo também passa a ser

¹¹⁹ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Tradução coordenada por João Ferreira. Brasília: Universidade de Brasília, 1993, p. 688.

¹²⁰ BALZAC, Honoré de. *As Ilusões Perdidas*. V. I. Tradução de Leila de Aguiar Costa. São Paulo: Abril Coleções, 2010, p. 280.

¹²¹ Sobre os contornos gerais do liberalismo brasileiro na primeira metade do século XIX, ver GORENDER, Jacob. Liberalismo e Escravidão. Entrevista para *Estudos Avançados*. V. 16, n. 46, São Paulo, 2002. Disponível em: < www.scielo.br >. Acesso em: 10.11.2010

efetivamente romântico como parece sugerir o surgimento de obras como a de Alencar, Varela e Castro Alves, expressões de um intenso individualismo artístico).

Evidentemente, a mudança não surge de um estalo. Suas coordenadas políticas, sociais e estéticas apenas se alinham em meio à década de 1860. Mesmo assim, quando sopram, os ventos da mudança produzem um considerável abalo nas carcomidas estruturas do Império. O debate, de fato, canaliza-se para a crítica das instituições do Estado: a constitucionalidade, o poder moderador, o sistema representativo, entre outros itens. Usando da pena e do verbo com grande contundência, nomes destinados a se destacar no período contíguo ao declínio da Monarquia e à proclamação da República fazem sua entrada em cena nessa quadra. Confirmando a fase de dinamismo dos estudos políticos, surgem, entre outras obras importantes, *O Rei e o Partido Liberal*, de Saldanha Marinho, *A Conferência dos Divinos*, de Ferreira Viana e a *Escravidão Africana no Brasil*, de Perdigão Malheiros. As letras jurídicas começam a brilhar intensamente com Ruy Barbosa, o jornalismo, com José do Patrocínio e a advocacia, com Luiz Gama. O pensamento econômico liberal convoca, ainda nesse ambiente, os esforços de reflexão de dois importantes autores. Um deles, o alagoano Tavares Bastos, em suas *Cartas do Solitário*, vem a ser o principal defensor das reformas livre-cambistas em oposição às tradições unitárias e ibéricas do país.¹²² O outro, André Rebouças, redige o importante *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos*, livro no qual as preocupações práticas para com a reorganização das estruturas produtivas já resvalam para uma vertente social, de natureza comunitarista.¹²³

3.2. Joaquim Nabuco e o Abolicionismo

Em meio a toda essa efervescência, avulta a obra e a presença de Joaquim Nabuco. Nascido no Recife, em 1849, o futuro autor de *Um Estadista do Império* pertencia a mesma aristocracia rural e escravista cujo poder ajudaria a minar com a campanha abolicionista anos depois. Sua árvore genealógica ostentava, em seus galhos, várias gerações de serviços prestados ao *status quo*, filho e neto que era de influentes figuras da elite política do país. Foi

¹²² CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo político no segundo reinado. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lillia. (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 34.

¹²³ CARVALHO, Maria Alice Rezende de; REBOUÇAS, André. *A Questão da Liberdade*. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lillia. (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 57.

advogado, jornalista, deputado e diplomata, mas ao ofício de escritor emprestou seus melhores esforços, tendo sido fundador da ABL (Academia Brasileira de Letras), em 1897. Seu livro mais conhecido, o panfleto político *O jamais* proclamou-se carbonário ou mesmo republicano, antes pelo contrário, assumia a posição de defensor *Abolicionismo*¹²⁴ valeu-lhe perseguições e a fama de radical, esta última absolutamente imerecida, pois da Monarquia.

Escrito em 1883, quando o seu autor se encontrava em uma espécie de autoexílio em Londres – reclusão causada pela subida de tom assumida pela campanha abolicionista, que atraía represálias –, *O Abolicionismo* se inscreve num plano que deveria engendrar a consecução de seis volumes destinados a esclarecer os fundamentos e os temas da reformas do Estado preconizadas pelos participantes da ala jovem dos liberais. Na divisão de trabalho adotada, caberia aos companheiros do autor pernambucano na legislatura de 1879-1881, em especial Rui Barbosa, Rodolfo Dantas e Sancho Pimentel, escreverem, respectivamente, sobre liberdade religiosa, instrução pública e representação política. Ao próprio Nabuco, incumbiria redigir um volume sobre finanças públicas e relações exteriores. Na medida em que nenhum das outras obras ideadas ganhou vida, *O Abolicionismo* permanece como o único produto dessa associação a ser efetivamente publicado, verdadeiro achado arqueológico de um pensamento que não chegou a realizar inteiramente suas possibilidades.¹²⁵

A primeira questão digna de exame aqui é a seguinte: o que caracteriza a linguagem literária de Joaquim Nabuco? No que a linguagem do escritor contribui para o conhecimento dos fenômenos sociais tratados na sua prosa ensaística?

No entender de Nelson Werneck Sodré, Joaquim Nabuco se mostra um “escritor límpido, claro, seguro na fixação do pensamento cuja obra está vinculada à nossa terra e nossa gente, apesar do plano aristocrático a que jamais fugiu o seu autor”.¹²⁶ Já a filha e biógrafa, Carolina Nabuco, salienta que o autor de *Um Estadista do Império* se caracterizou, opinião da qual é difícil discordar, por buscar a renovação das formas de escrita oprimidas pelo “granito” dos modelos clássicos, distinguindo-se por introduzir “graça, leveza e movimento” ao estilo de escrita do período.¹²⁷ A seu turno, em *O abolicionismo*, Ângela Alonso detecta “uma prosa seca, de poucas notas”, que convoca figuras de linguagem sacadas junto à “mitologia greco-

¹²⁴ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Introdução de Izabel A. Marson; Célio R. Tasinafo. Brasília: UnB, 2003.

¹²⁵ As informações sobre a elaboração de *O Abolicionismo* foram buscadas em MARSON, Isabel Andrade; TASINAFO, Célio Ricardo. *Considerações sobre a história do livro e de seus argumentos*. In: *O Abolicionismo*. Brasília: UnB, 2003, p.12-59.

¹²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 494.

¹²⁷ NABUCO, Joaquim. Prefácio. In: NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: W.M Jackson Editores, 1964, p. XIII.

romana” em associação com imagens da “sociedade como organismo caras à imaginação da geração de 1870.”¹²⁸ Por certo, para além desses elementos marcados pela fluidez narrativa e economia da escrita também deve ser acrescentada a eloquência que, mesmo mitigada em retratos de memorialística a exemplo de *Minha Formação*, comparece, com ênfase, em *O Abolicionismo*.

Obra vazada num estilo de grande eficiência retórica, emulando o melhor das tradições de matriz bacharelesca que tanto horrorizaram os modernistas – mas que até hoje respondem pelo encanto proporcionado pela poesia condoreira de Castro Alves, por exemplo – *O Abolicionismo* busca, antes de tudo, produzir o convencimento do leitor. Nesse terreno, Nabuco está em casa. É impecável o senso de medida dos efeitos concebidos para a tribuna e, agora, vertidos para as páginas do seu libelo. Essa máquina de convencer adquire visibilidade na passagem abaixo, na qual o escritor usa de uma argumentação construída à base de oposições entre os termos suave e cruel; bárbaro e civilizado; escravos e senhores, para refutar o discurso escravocrata:

Diz-se aqui entre nós a escravidão é suave, e os senhores são bons. A verdade, porem, é que toda a escravidão é a mesma, e quando a bondade dos senhores esta não passa de resignação dos escravos. Quem se dêsse ao trabalho de fazer uma estatística dos crimes ou de escravos ou contra escravos; quem pudesse abrir um inquerito sobre a escravidão e ouvir as queixas dos que soffrem ; veria que ella no Brazil ainda hoje é tão bárbara e cruel, como foi em qualquer paiz da America. Pela sua propria natureza a escravidão é tudo isso, e quando deixa de o ser, não é porque os senhores se tornem melhores; mas sim porque os escravos se resignaram completamente à annullação de toda a sua personalidade. (p.166)

Em *O Abolicionismo*, a sonoridade do verbo e as marcações retóricas não adquirem um caráter gratuito. Sua função no texto, entre outros usos, consiste em tornar visíveis aspectos velados da realidade.¹²⁹ Através dessa maneira de ver os processos, em contraste com os cronistas coloniais, das páginas do panfleto de Nabuco emerge um personagem oculto: o povo. E pronuncia-se aqui oculto porque esse ator jamais deixou de comparecer às narrativas precedentes, sem que, no entanto, pudesse ser visto, mesmo quando sua presença se

¹²⁸ ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: o crítico penitente*. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ; Lillia. *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 62.

¹²⁹ Por certo, os elementos impressionistas da linguagem literária patenteada por Nabuco diferem, em larga escala, do estilo rente ao tratado universitário praticado a partir da institucionalização das ciências sociais, já em pleno século XX. Neste último, a forma de escrita serve ao propósito, pelo menos em termos ideais, de depurar os objetos do conhecimento – no curso da formulação das hipóteses científicas – de toda a ambiguidade e indeterminação presentes no ensaio. Curiosamente, essas diferenças não impedem o diálogo, intelectualmente produtivo entre essas duas modalidades textuais. A tese *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1962), de Fernando Henrique Cardoso, apenas para citar um caso, entre muitos, leva adiante várias conclusões presentes na obra mais conhecida de Nabuco, o que evidencia o modo pelo qual os pesquisadores universitários também tornaram-se *intérpretes* dos intérpretes do Brasil. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 270.

encontrava mimetizada na paisagem dos relatos da historiografia da época, essa última centrada na performance das elites. Em particular, ao contingente mais expressivo desses segmentos debaixo da pirâmide social do país, fora negada qualquer tipo de presença social e cultural. A denúncia dessa omissão, portanto, constitui uma das particularidades que mais chamam a atenção no texto do escritor pernambucano, publicado em 1883: “Em primeiro lugar, a parte da população nacional que descende de escravos é pelo menos tão numerosa como a parte que descende exclusivamente de senhores; isso quer dizer que raça negra nos deu um povo. (p. 81, grifo nosso).¹³⁰

Outra questão importante em relação à obra de Nabuco: a de suas filiações teóricas. Servindo-se das próprias palavras do autor pernambucano, Raymundo Faoro¹³¹ aponta, acima de todas, a admiração por Renan (“o narcótico de um estilo e timbre sem igual”). Num segundo plano, ainda importante, aparecem Chateaubriand e Cícero. A partir daí, o autor *de Minha formação* vai buscar inspiração nas virtudes apresentadas pelo texto de autores ligados à historiografia: em Macauley, “a frase, a eloquência, o retrato e encenação histórica”; em Mommsen, Curtius, Ranke, Taine, Buckard, o critério será sempre o da relevância estética, uma vez que a palheta ideológica recobre matizes semelhantes, numa deriva entre liberalismo e o conservadorismo. Fechando a lista, o culto à obra de Camões oferece pista do peso da tradição nas predileções do futuro imortal.

Numa prosa tão atravessada por um apelo à estetização e pela reciclagem moderada das formas clássicas, quase um exercício de dandismo literário, era normal que um texto como o *A Abolicionismo* raiasse à diluição. Ou em sentido contrário, o tom indignado que percorre os capítulos, viesse a se mostrar postiço. Contudo, o quadro de recepção da exigência ética, nessa obra, encontra o seu encaixe, sem maiores problemas. Como é de se desconfiar das implicações da biografia, a postura moral talvez não se origine apenas do exemplo paterno do autor, como Joaquim Nabuco quer fazer crer. Mais parece ser a resultante de uma meditação entre meios e fins, uma abordagem política por excelência. Outra vez, é Raymundo Faoro, a fonte responsável por elucidar os vínculos entre ética e estética na obra de Nabuco, numa análise comparativa entre a obra de Mommsen e a de Nabuco:

¹³⁰ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: WM Jackson Editores, 1964, p. 67 apud FAORO, Raymundo. (Org.). FAORO, Raymundo. História e arte. In: *Um Estadista do Império*.

¹³¹ Na opinião de Raymundo Faoro, o escritor pernambucano conseguiu se afastar, tanto do “positivismo dominante” no seu tempo, que reduzia o conhecimento a “variáveis constantes e inexoráveis”, quanto do modelo romântico centrado no papel da “personalidade capaz de arbitrariamente gerar o fato social”. Esse equilíbrio entre matrizes distintas responde pela escolha dos autores nos quais Nabuco inspirou-se, ver FAORO, Raymundo. (Org.). História e arte. In: *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.23.

O vínculo entre moral (ou direito) e a política dramatiza-se quando contamina a razão de estado – de acordo com a definição que se dê à razão de estado. Revela-se, em geral aos construir a ponte, um conflito ou, pelo menos, uma distância que cinde a ação política, colocando, de um lado o ditame ético, e de outro, a ponderação do que é útil, proveitoso ou oportuno com sacrifício da verdade e da justiça. [...] Joaquim Nabuco não admite, em nenhum passo o brutal realismo de outro historiador, também homem de estado por vocação, o ubíquo Mommsen que pretendia legitimar a torpeza com o êxito.¹³²

Nesse ambiente, a escravidão agride os sentidos do refinado homem do mundo e fere a consciência do jurista, mas é o custo político da continuidade do regime servil que irá deflagrar a militância e mobilizar a pena do homem de Estado. Por isso, aos olhos de Nabuco, o abolicionismo é antes de tudo “um movimento político”, assentado sobre a convicção da necessidade de construir um “novo Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade”.¹³³ E tal percepção da conjuntura, leva o escritor a afirmar, no plano das ideias, posições triviais em nossos dias, mas potencialmente subversivas, no século XIX, conforme é o caso da sua proclamação da igualdade entre as raças¹³⁴. Movido pelo interesse na conservação do regime parlamentar e na forma monárquica, Nabuco advoga a realização de reformas sem as quais esses dois institutos não sobreviveriam à crise, como, de fato, não sobreviveram. É possível avaliar o grau de controvérsia causada por esse tipo de visão numa sociedade agrária, vertical e destituída de mobilidade social, uma formação histórica na qual a ideia abolicionista só consegue acolhida arrebatando a coesão interna dos partidos Liberal, Conservador e Republicano.¹³⁵ Questão incidental que retorna sempre quando se trata da reconstituição do debate político-cultural do Segundo Reinado, com evidentes implicações sobre a atualidade, é a das condições de absorção do liberalismo por aqui. Para Roberto Schwarz, em conhecido ensaio,¹³⁶ o transplante das ideias liberais, para estas nossas latitudes, sempre se revelou problemático, na medida em que, os agentes das concepções do livre mercado, em nossa periferia, defendiam a adoção de instituições derivadas do individualismo jurídico burguês, sem a necessária operação de limpeza de terreno propiciada pelo fim do regime escravista. Assim, as ideias estariam fora de centro em relação ao seu uso europeu. A literatura brasileira, em especial o romance de então, exibiria numerosas marcas desses processos. Por essa ótica, devidamente demonstrada nos ensaios que compõem o livro *Ao Vencedor, As Batatas*, a produção romanesca inicial de Machado de Assis e as tramas urbanas

¹³² NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: WM Jackson Editores, 1964, p. 67 apud FAORO, Raymundo. (Org.). História e arte. In: *Um Estadista do Império*.

¹³³ Ibid. p. 80.

¹³⁴ Ibid. p. 81.

¹³⁵ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: WM Jackson Editores, 1964, p. 67 apud FAORO, Raymundo. (Org.). História e arte. In: *Um Estadista do Império*, p. 73.

¹³⁶ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2008, p. 11-31.

de Alencar, a exemplo de *Senhora*, seguem atravessadas por uma artificialidade cuja origem decorre do próprio estatuto da representação do real. Isto é, no nosso romantismo, o uso das mais atualizadas técnicas narrativo – ficcionais do romance só estabelece uma relação disjuntiva com os processos sociais, marcados pela presença ubíqua do escravismo, por meio da instituição do *favor*, maneira de tornar iguais os indivíduos numa sociedade notabilizada por sua desigualdade.

Ao contrário do senso, A contrário senso, cabe indagar: obras como a de Nabuco, na ensaística, e a de Machado, nos romances da maturidade, estruturadas sobre uma compreensão mais complexa da realidade contraditória sobre a qual adquiriram vida, seriam meros “acidentes de percurso”, ou ainda, expressões de um feliz acaso, em meio a uma rotina de reprodução do nosso atraso cultural?

A leitura do ensaio denominado *A Subordinação Formal e Subordinação Real: ou como as idéias “entram no lugar”*, escrito por Carlos Nelson Coutinho,¹³⁷ com o objetivo de dialogar com as concepções de Roberto Schwarz, pode ajudar a enriquecer esse debate. No entender de Coutinho, pelo que foi possível identificar, o aparecimento de classes, movimentos de opinião ou individualidades, mesmo minoritárias, que já se identificam com o pensamento e arte vigentes em países onde as relações sociais capitalistas já se acham mais desenvolvidas, a exemplo dos adeptos do liberalismo no Segundo Reinado ou do modernismo algumas décadas depois, não significa nenhuma anomalia ou absurdo, mas sim a integração de tais contingentes a uma cultura universal que surge da implantação do sistema capitalista em escala mundial, processo que se opera gerando diferentes consequências, algumas antagônicas entre si. Trata-se, portanto, de mais uma vez, usar algumas categorias do pensamento marxista, de “pensar como se articula a evolução das formações econômico-sociais brasileiras, de cuja reprodução e transformação a cultura é momento determinado e determinante, com o desenvolvimento do capitalismo a nível mundial”.¹³⁸ Isso é especialmente válido para o Brasil, país onde a longa transição do modo de produção assente à escravidão deu-se pelo modelo da chamada “via- prussiana”, ou seja, conservando traços de relações pré-capitalistas.

As possibilidades decorrentes de nossa adesão a uma cultura universal, pelo que é possível observar, são desconcertantes. Certas passagens de *O Abolicionismo* expõem tais dificuldades com eloquência. São trechos nos quais a argumentação de Nabuco exhibe sinais

¹³⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. *Subordinação Formal e Subordinação Real: ou como as idéias “entram no lugar”*, Disponível em: <www.algoadizer.com.br>. Acesso em: 04.07.2010, Setembro/2008.

¹³⁸ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 2008, p. 11-31.

de envelhecimento, não por estar atrasada em relação ao movimento das ciências sociais no período, mas sim por estar atualizada. É caso das apreciações desabonadoras acerca da possibilidade da imigração de trabalhadores chineses para o Brasil, visões cuja obsolescência tem origem na própria novidade trazida pelas teorias raciais do fim do século:

Compare-se com o Brazil actual da escravidão o ideal de Patria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde atraída pela franquesa das nossas instituições e pela liberalidade do nosso regimen, a imigração Européa traga sem cessar para os tropicos uma corrente de sangue Caucasico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, uma vez d’essa onda chinesa, paiz que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adeantamento da America do Sul. (p.249)

Esse momento contraditório aciona a contextualização de Angela Alonso: “Outra ambivalência está no uso das teorias raciais. Embora aponte o caráter socialmente construído da desigualdade, às vezes resvala para juízos sobre inferioridade de negros e chineses. Nisso o livro pertence ao seu tempo. Mas destoa dele por sua largueza de vistas por uma argúcia rara.”¹³⁹

Mas por qual razão o texto do *O Abolicionismo* consagra a igualdade jurídica entre raças numa passagem, para estabelecer a inferioridade biológica noutra? A resposta pode ter referência no registro que se emprestava à miscigenação. Não é possível esquecer que o pronunciamento das ciências, por essa época, atribuía à chamada mistura de “raças” um significado negativo. Dessa maneira, seria necessária a mudança do século para que autores como Alberto Torres e especialmente Gilberto Freire viessem a público para anunciar um caráter positivo para o sincretismo étnico produzido no Brasil:

A verdade é que no Brasil, ao contrário do que se observa em outros países da América e da África de recente colonização européia, a cultura primitiva – tanto ameríndia como a africana – não se vem isolando em bolões duros, secos, indigestos, inassimiláveis; ao sistema social europeu. Muito menos estratificando-se em arcaísmos e curiosidades etnográficas. Faz-se sentir na presença útil, ativa, e não apenas pitoresca, de elementos com atuação criadora no desenvolvimento nacional. Nem as relações sociais entre as duas raças, a conquistadora e a indígena, aguçaram-se nunca na antipatia ou no ódio cujo ranger, de tão adstringente, chegamos aos ouvidos de todos os países de colonização anglo-saxônica ou protestante. Suavizou-as aqui o óleo lúbrico da profunda miscigenação, quer a livre e danada, quer a regular e cristã sob a benção dos padres e pelo incitamento da Igreja e do Estado.¹⁴⁰

¹³⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 64.

¹⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2003, p.231.

Esse juízo positivo da miscigenação, consensual aos modernistas, não encontra vislumbre em *O Abolicionismo*. Tampouco o regime de apatção adotado nos EUA atrai Nabuco, antes pelo contrário¹⁴¹. Distante desses dois pólos, a sua atitude em face das relações raciais pode ser resumida numa palavra: conciliação. Isto é, ao mesmo tempo em que nutre uma genuína empatia com as vítimas do regime servil, desconfia das consequências de um possível protagonismo dessas últimas. A solução é a da outorga de direitos: pelas mulheres, homens e crianças atingidas pela escravidão considera conferido a si um mandato da “raça negra”. E esse patrocínio de causa o impele a buscar uma “conciliação nacional”, com vistas a pôr em prática reformas, pela via institucional. Uma rebelião dos escravos, nos moldes concitados por vários abolicionistas mais radicais, não tem curso no seu pensamento. O seu abolicionismo não é, como faz questão de grafar, o mesmo de Catilina, Spartacus ou John Brown (p.86). A revolta dos cativos do Haiti, portanto, constitui um cenário a ser evitado, bem como os métodos pró-ativos de fuga preceituados por José do Patrocínio e Luiz Gama.¹⁴²

Nabuco almeja, nas páginas do seu panfleto, uma ação de minorias ilustradas, capazes de tutelar o povo, na direção do bem comum. Sempre em chave aristocrática. Esse elitismo, jamais negado pelo escritor pernambucano, responde por boa parte das suas escolhas estéticas e políticas, conforme é sabido. Muito possivelmente por isso, sua postura tenha causado em Mário de Andrade uma impressão, por vezes, adversa. Este último, em pleno episódio modernista, numa correspondência dirigida a ao jovem Drummond, fez questão de lastimar aquilo que ele denomina “doença de Nabuco”: “Moléstia de Nabuco é isso de vocês (brasileiros) andarem sentindo saudade do cais do Sena em plena Quinta da Boa Vista e isso de você falar de um jeito escrever covardemente colocando o pronome carolinamichaelistilisticamente. Estilize sua fala, sinta a Quinta da Boa Vista pelo que é e foi e estará curado da moléstia de Nabuco.”¹⁴³

Em sentido estrito, parece óbvio que a crítica diz respeito ao estilo literário adotado pelas gerações anteriores à década de 1920, com sua obediência à norma culta da língua, segmento que inclui Joaquim Nabuco. Todavia, existem outros sentidos a serem arrolados no reparo formulado por Mário de Andrade. Por certo, o trecho da correspondência acima também deixa antever uma oposição mais abrangente ao registro de ideias adotado pelo autor de *Minha Formação*. Nessa moldura, a “moléstia de Nabuco”, ao que tudo indica, consiste na

¹⁴¹ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: WM Jackson Editores, 1964, p. 195.

¹⁴² NABUCO, Carolina. Prefácio. NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: W.M Jackson Editores, 1964, p. XIII.

¹⁴³ ANDRADE, Mário de Andrade, *A Lição do Amigo*, Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1988 apud SANTIAGO, Silvano. *Carlos Drummond de Andrade: poesia completa*. (Introdução), 2006, p. VII.

propensão de certos setores da intelectualidade a enxergar a trajetória do país sob uma ótica de desqualificação, em especial das condições nas quais a nação veio se formando desde a Colônia, uma fronteira do pensamento onde o elitismo e o pessimismo se misturam a ponto de se tornarem indistinguíveis. Mais que uma irrupção superficial sobre o tecido político e social do país, esse tipo de visão dá origem a uma tradição teórica.

Para essa corrente, que alinha nomes como Tavares Bastos, Capistrano de Abreu, Manoel Bomfim e mais recentemente, Raymundo Faoro, qualquer diagnóstico das mazelas do país deve acertar contas, em primeiro lugar, com as peculiaridades do processo de colonização levado a cabo por aqui. Tal dispositivo de análise, ressalta Werneck Vianna, imagina o Brasil, desde os seus inícios, associado a uma “inviabilidade congênita”,¹⁴⁴ a resultante de nossa condição de réplica do estado patrimonial e autocrático, português, deste lado do Atlântico. Uma herança responsável pela estruturação de um capitalismo dependente, uma sociedade civil débil e uma “história sem povo”.¹⁴⁵ Dissidente em relação ao método, vista a sua desconfiança em face da irrupção das grandes multidões sem rosto nos processos políticos, Joaquim Nabuco afina-se, perfeitamente, com o diagnóstico desse grupo. Poderia figurar na condição de precursor deste tipo de interpretação: “No princípio de nossa colonização, Portugal descarregava no nosso território os seus criminosos, suas mulheres erradas, as suas fezes sociaes todas, no meio das quaes excepcionalmente emigrantes de outra posição, e por felicidade grande número de judeus. O Brasil se apresentava até hontem o Congo [...]”.¹⁴⁶

Na arquitetura do pensamento político de Joaquim Nabuco, devidamente assimilada em *O Abolicionismo*, o Brasil precisa deixar o passado de “Congo”, ou seja, um local onde as virtudes civilizatórias do mercado ainda não aportam, para tornar-se “Ocidente”. A referência aos judeus é expressiva, poderia ser percebida como uma metonímia para burguês, isto é, o indivíduo que entesoura recursos, financia a produção e propõe o progresso. O país, tal qual o pau que nasceu torto, precisa se endireitar, portanto. Com Joaquim Nabuco, ganha reforço uma vertente de recenseamento das causas do atraso do país baseada no inventário das suas carências: isto é, não há espírito empreendedor no povo, nem instituições políticas iguais as europeias, tampouco concorrência econômica ou trabalho assalariado. Em compensação, sobra a presença do Estado e alastra-se o empreguismo. Diante da moléstia, qual a cura? Uma espécie de transfusão de valores da livre iniciativa sobre o nosso ibérico DNA, um processo a

¹⁴⁴ VIANNA, Luiz Werneck. *Esquerda Brasileira e Tradição Republicana*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p.117.

¹⁴⁵ Ibid. p.170.

¹⁴⁶ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: WM Jackson Editores, 1964, p. 170.

ser, resguardada a necessidade de prover os cativos recém-libertos, resolvido por meio do estímulo à imigração europeia para o Brasil. Se o que nos falta é a moral protestante do capitalismo, a sociedade civil deve providenciar o atendimento de tal demanda.

A maior dificuldade da empreitada situa-se na diminuta capacidade de autorreforma das elites brasileiras, dada a responsabilidade que estas últimas detêm no processo de constituição das enfermidades sociais denunciadas por Nabuco. Em sentido quase trágico, o renitente liberal pressente que, o lugar de suas ideias, destinadas a ocupar o centro no espectro político, está deslocado para as extremidades, estando a aplicação de tais propostas adiada para um futuro incerto, que poderá nem chegar. Movimento que talvez responda os motivos pelos quais a sua narrativa histórica, com evidentes efeitos sobre a matéria literária, está sempre distante do elemento meramente conjuntural, exilada no tempo.¹⁴⁷

Talvez seja cabível a pergunta: se o programa dos liberais do século XIX fosse posto em prática, o país teria andado melhor? Ao que tudo indica, não. E isso, nem tanto pelo debate acerca das qualidades e defeitos do liberalismo, de resto, plataforma posta em prática, pelo menos parcialmente, em vários momentos da Primeira República, bem como, mais recentemente, ao longo da década de 1990. A questão, pelo visto, não se prende à ideologia, mas sim às características por ela assumidas em nossa sociedade. Vanguarda da revolução burguesa noutras plagas, o liberalismo por aqui, mesmo na versão mais avançada, de Nabuco e Ruy, jamais pôs em pauta a questão da terra. Uma reforma agrária, capaz de multiplicar o número de proprietários rurais, seria algo de decisivo à disseminação de um pólo das liberdades econômicas no país. Nisso, o liberalismo local, mesmo o mais arrojado, continuou muito próximo do respeito às cláusulas pétreas do arranjo de poder patrocinado pelo setor conservador.¹⁴⁸

3.3. A importância d'O Abolicionismo

¹⁴⁷ Esse distanciamento como método, atitude capaz de denunciar o homem de estado exilado em historiador, ou melhor, o artista refugiado em narrador, como define, mais uma vez, Raymundo Faoro, traz à luz a uma das principais recorrências presentes no ensaio de interpretação do Brasil: a do desterro do intérprete. Exemplos não faltam, ora sentido estrito, como Gilberto Freyre ou Celso Furtado foram, ou num aspecto lato, como Sérgio Buarque de Holanda.

¹⁴⁸ Acerca da incapacidade do liberalismo estabelecer-se no mundo agrário brasileiro, ver NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 222.

Por certo, a avaliação da importância do escritor pernambucano não está restrita àqueles que militam na crítica literária. Isso porque mesmo autores formados num período em que a autonomia de objeto entre os estudos literários e as ciências sociais já constituía uma realidade, na segunda metade do século XX, são unânimes em proclamar a relevância das ideias do autor de *Minha formação*.

Evaldo Cabral de Mello,¹⁴⁹ por exemplo, afirma, sem reservas, o pioneirismo de Joaquim Nabuco ao reconstituir a trajetória da sociedade brasileira sob o prisma da associação desta última com o regime servil, “variante sociológica” capaz de explicar, de “modo abrangente” a evolução política e social do Brasil. Insiste que Nabuco não apenas concebeu a escravidão como fenômeno importante, mas a distinguiu como evento capaz de iluminar mais poderosamente o nosso passado, sendo possível deduzir daquela instituição, entre nós, os contornos da economia, organização social, posição de classes e de ordens, a estrutura do Estado e do poder político, o próprio sistema de ideias. Segundo esse roteiro, tornou-se possível contextualizar o papel de *O Abolicionismo*, no que tange às relações cognitivas do país em relação a seu passado:

Escrito dez anos antes, *O Abolicionismo* pode ser lido como uma introdução sociológica a *Um Estadista do Império*. Desde então, a escravidão tornou-se a instituição referencial por excelência do passado brasileiro, sendo largamente utilizada por historiadores, sociólogos, e antropólogos. Em 1883, quando Nabuco antecipou essa concepção num simples livro de propaganda, sem o desenvolvimento que comportava, ela passou despercebida, por isso mesmo, a quem na República Velha estava, como Euclides da Cunha ou Manoel Bomfim, melhor informado que o nosso autor a respeito das últimas novidades sociológicas surgidas na Europa. Novidades que impediram que se atinasse com o valor seminal de um modelo que explicava o Brasil não a partir de meio físico ou da raça mas de uma forma de organização econômica e de instituição social. Só nos anos trinta, a entrevista de Nabuco será retomada em Casa, Grande & Senzala, que a infletiu, contudo numa interpretação familista. Atualmente quando as macroexplicações de nossa história perderam o fôlego, como aliás, ocorre em qualquer gênero, inclusive os sociológicos, cumpre reler a primeira delas, *O Abolicionismo*
150

Portanto, o papel de *O Abolicionismo* dentro da evolução do ensaio de interpretação do Brasil não pode ser negligenciado. Afinal, para uma literatura como a nossa, que já vinha pondo em prática, desde a década de trinta do século XIX, um programa de nacionalização da língua e de manejo do tema nacional, a visão retrospectiva do nosso passado, que não constituía propriamente uma novidade, pois já aparecia com força na historiografia do IHGB, alcança, no panfleto de Joaquim Nabuco, um novo patamar. De fato, não há precedente para o ângulo adotado pelo escritor pernambucano, notadamente a partir do capítulo XIII do livro, *A*

¹⁴⁹ MELO, Evaldo Cabral de. *Um livro elitista?* In: *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 1.324.

¹⁵⁰ Ibid. p. 1.326.

Influência da Escravidão sobre a Nacionalidade, trecho sem comparação pela amplitude e agudeza do olhar retrospectivo. De mais a mais, conquanto não pareça tão bem informado quanto às novidades das ciências sociais importadas da Europa, pelo menos não tanto quanto Euclides da Cunha, em futuro próximo, por exemplo, a obra de Nabuco já acusa o impacto das teorias evolucionistas e positivistas do período, exibindo certa dicção sociológica que constitui etapa importante no percurso dos estudos sistemáticos sobre o país, atitude destinada a influenciar autores como Gilberto Freyre, no futuro.

No que refere à linguagem, embora escrito em plena voga naturalista, *O Abolicionismo* abriga no seu interior, sem deixar de exibir alguns maneirismos da escola de Zola, outros elementos em sua composição. O primeiro deles flagrado no uso de figuras de linguagem obtidas junto à retórica, à eloquência e aos efeitos de tribuna. O outro faz referência à subjetividade e pode ser avistado na influência de Byron, Musset, entre muitos poetas associados a uma postura marcada pelo individualismo de expressão. No caso de Joaquim Nabuco, o entusiasmo com a obra desses autores foi responsável por uma coleção de poemas escritos em francês, que mais tarde seriam renegados pelo autor, em fase mais madura. Não foi o único. Esse culto ao intimismo e a lírica, sempre presente na poesia de um Casimiro de Abreu ou de um Álvares de Azevedo, se inscreve numa dinâmica de adaptação dos cânones românticos no país, conforme descreve, com a costumeira precisão, Antonio Candido:

Encarando deste modo a reforma romântica, vemos que corresponde, no Brasil e outros países, a um processo capital na literatura moderna, sensível sobretudo na poesia, onde aparece como depuração do lirismo. De Cláudio Manuel a Gonçalves Dias, e sobretudo a Álvares de Azevedo e Casimiro, a poesia vai-se despojando de muito do que é comemoração, doutrina, debate, diálogo, para concentrar-se em torno da pesquisa lírica. Lírica no sentido mais restrito, da manifestação mais puramente pessoal, de estado d'alma, sob a égide do sentimento, mais do que inteligência ou de engenho. Esta longa aventura da criação [...] corresponde ao próprio trabalho interno da evolução poética, especializando-se cada vez mais e largando um risco lastro novelístico, retórico e didático, que foi enriquecer outros gêneros, sobretudo o gênero novo e triunfante do romance, que na literatura brasileira é produto do romantismo e desta divisão do trabalho literário.¹⁵¹

Esse ponto de vista subjetivo, calcado na experiência pessoal, inicialmente observado na poesia, mas que se espalhou por todos os gêneros, encontra em Joaquim Nabuco, um cultor de primeira hora. Sua obra metaboliza as conquistas estéticas do romantismo brasileiro das décadas de 50 e 60 do século XIX, dessa feita, no âmbito do ensaio, isso em pleno predomínio das concepções objetivistas contíguas à voga naturalista. Esse padrão de escrita serve de modelo, imitado ou recusado, jamais ignorado, aos intérpretes que vieram a seguir. Para a

¹⁵¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Volume II. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000, p. 24.

interpretação do Brasil, já beneficiada pela delimitação do seu tema promovida pelos autores do IHGB, Joaquim Nabuco representa a adoção de uma linguagem impressionista que serve de parâmetro até a implantação de um outro tipo de texto decorrente do processo de institucionalização das ciências sociais por aqui, já em pleno século XX.

Por derradeiro, a leitura de *O Abolicionismo* confirma a impressão de que, por acidente ou deliberação, o autor pernambucano estava engajado na produção de uma versão alternativa ao mito conservador elaborado pelo grupo do IHGB, com Varnhagen à frente. O contramito, no entanto, se via destinado a ser tão unilateral quanto a representação que o originou. Pois agora, a visão providencialista, que promovia o elogio do legado ibérico, de unidade territorial e linguística, dava lugar, agora, à pregação em favor de uma reforma das estruturas econômicas e de Estado, por meio da ação da livre iniciativa associada à imigração européia, mas sem solução para o problema da propriedade da terra.

4 – EUCLIDES DA CUNHA: arte e ciência

As últimas três décadas do século XIX trazem para o ensaio de interpretação do Brasil o diálogo com as ciências sociais em fase de implantação, processo cuja principal consequência para o *status quo* da literatura se traduz no episódio naturalista. Usando de instrumentais positivistas e evolucionistas, uma nova leva de autores avoca para si o encargo, sob o estímulo da turbulenta conjuntura interna do país, de produzir sínteses sobre o passado e o presente da formação histórica brasileira. Entre esses intérpretes/inventores, agora também cientistas sociais, figura Euclides da Cunha, cuja escrita será alvo das considerações neste capítulo, onde se busca reter um pouco da ambiência na qual o autor alinhavou suas ideias, os motivos e concepções centrais do seu livro *Os Sertões* e, notadamente, as relações entre literatura e ciências sociais nas páginas dessa obra tão plena de significação.

4.1. Um tempo de crise e possibilidades

Com a palavra, um dos protagonistas da história cultural da segunda metade do século XIX, Silvio Romero:

O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual. Quem não viveu nesse tempo não conhece por não ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo das províncias do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já houve na história de um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do Império apareceu em toda a sua nudez.¹⁵²

O depoimento acima, extraído das reminiscências do autor de *História da Literatura Brasileira*, oferece impressões da enorme efervescência instalada na vida social, política e cultural do país por volta dos anos 1870, período no qual toda a renovação surgida com o processo de independência política, inclusive na literatura, parecia haver perdido o seu impulso diante da emergência de, no mínimo, três grandes linhas de desgaste: a corrosão do

¹⁵² ROMERO, Silvio. Prefácio. In: BARRETO, Tobias. *Vários Escritos*. Ed. Estado de Sergipe, 1926, p. XXIII-XXIV apud BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*, 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 165.

pacto político decorrente da alternância entre gabinetes liberais e conservadores sob caução da monarquia, a exaustão da economia assentada na monocultura agrícola e no trabalho escravo e o aparecimento, no campo da consciência teórica, de matrizes conceituais de natureza determinista que, embora heterogêneas entre si, se viam unidas pela rejeição ao ecletismo filosófico e ao legitimismo católico tão presentes na estrutura mental do conservadorismo brasileiro. É, ainda, Silvio Romero quem traça um panorama desse momento da nossa trajetória mental:

A guerra do Paraguai estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão dos cativos se agita e logo após a questão religiosa; tudo se põe em discussão; o aparelho sofisticado das eleições, os sistema de arrocho das instituições policiais e da magistratura e inúmeros problemas econômicos; o partido liberal, expellido grosseiramente do poder, comove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programa de extrema democracia, quase um verdadeiro socialismo; o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar. Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico, o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçou sobre todos nós de todos os pontos do horizonte. [...] Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da instituição do Direito e política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola do Recife.¹⁵³

Trata-se de um tempo, enfim, marcado pelos primeiros voos das ciências sociais em nossos trópicos: história, sociologia, etnografia, antropologia, geografia, entre outras disciplinas, passando a auxiliar na compreensão da realidade. Com isso, mais uma vez, os personagens emergentes, no debate público, são os jovens. O mais orgânico entre esses grupos, cujo epicentro se irradia da Faculdade de Direito do Recife, evidenciando a importância cultural das províncias do Norte, causa furor, ao defender pela primeira vez no país as ideias de pensadores como Spencer, Buckle e Taine, entre outros. Um pensamento heterogêneo, unido pela percepção da realidade social como produto da interação, em primeira instância, de fatores dependentes do meio físico e coletivo, relegada a um plano secundário à ação das ideias, em especial as de natureza religiosa, relativizado, ainda, o papel isolado dos indivíduos, este último pedra de toque do pensamento romântico e idealista. Liderada por Tobias Barreto e contando em suas fileiras com intelectuais como o próprio Silvio Romero e Clóvis Beviláqua, a Escola do Recife representou uma plataforma de

¹⁵³ROMERO, Silvio. Prefácio. In: BARRETO, Tobias. *Vários Escritos*. Ed. Estado de Sergipe, 1926, p. XXIII-XXIV apud BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*, 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 166.

repercussão nacional para o desembarque das “doutrinas” deterministas engajadas na explicação do mundo.¹⁵⁴

Não foi a única vertente, no entanto. Mais sedimentado entre a juventude militar do que na área dos cursos jurídicos, o positivismo adquiriu uma legião de adeptos no Brasil e influenciou várias gerações de políticos e homens de ideias. Notabilizado pela crença na necessidade do uso de métodos empíricos na observação da realidade social e a consequente equivalência entre as ciências do homem e da natureza,¹⁵⁵ as ideias do autor do *Cours de Philosophie Positive*, Auguste Comte (1798-1857), constituíram, por aqui, mais uma inspiração longínqua do que um método de análise, dada a quantidade de enxertos, como diria Alfredo Bosi,¹⁵⁶ sofridos por seus preceitos, na mão de discípulos como Benjamim Constant, Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos, entre muitos outros autores. Ao fim e ao cabo, o lema comtiano “prever para prover” serviu de senha para a instalação de um Estado demiurgo destinado a arbitrar os conflitos de classe em sobreposição à sociedade civil, um esboço convertido em arte-final pelo positivista Getúlio Vargas, em dois momentos, em pleno século XX: na revolução de 30 e sua recaída autoritária do Estado Novo de 1937.

Não cabe, neste espaço, resenhar as teses esposadas pelas diversas formas de pensamento determinista durante a segunda metade do século XIX e nem relatar os detalhes de sua recepção no Brasil. No entanto, existe um aspecto referente a essas concepções que de certa forma as unifica, merecedor de uma atenção mais detida: a busca de objetividade situada fora da consciência. A frase, de Theophile Gautier, diz tudo: “sou um homem para o qual o mundo exterior existe”. Por certo, na maioria das vezes, essa ânsia por reconstituir o real vai se resumir ao seu aspecto sensível, forma, por sinal, bastante incipiente de materialismo filosófico, nada obstante, essa percepção do real, à sua época, irá abrir caminho a um novo caminho artístico. E, no essencial, literário. Seus postulados? A posição sistematizada por Emile Zola, pela qual incumbe ao artista, numa evidente analogia com o cientista, a “observação e descrição minuciosa da natureza”, aí incluída a vida humana, ressaltados os aspectos mais “desagradáveis da realidade” refletidos na “psicologia das personagens”. Isso sem descuidar dos aspectos “hereditários e ambientais” impressos na conduta.¹⁵⁷

¹⁵⁴ Sobre a Escola do Recife e o pensamento cientificista do fim do século XIX, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*, 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 358.

¹⁵⁵ BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. 1. ed. Tradução de Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 65.

¹⁵⁶ Os enxertos sofridos pelo positivismo no Brasil são objeto de análise em BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.306.

¹⁵⁷ COUTINHO, Afrânio. *Enciclopédia Barsa*. Verbete naturalismo. Rio de Janeiro, São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, 1967.

Causadora de escândalo, a estética naturalista mudou o tratamento de temas considerados tabus, até então, como a sexualidade (*Nana*) e a luta de classes (*Germinal*), expondo o mal-estar causado pela adesão progressiva da burguesia, acentuadamente após a virada de 1848, a um programa reacionário e antidemocrático, inclusive no âmbito da cultura. Capítulo essencialmente europeu, o naturalismo não deixou de manifestar, contudo, a sua presença em nossa periferia. No caso brasileiro, a ponte entre dois continentes ergue-se, em boa parte, graças à obra de Eça de Queiroz, responsável por livros como *O Crime do Padre Amaro* destinados a formar várias gerações de ficcionistas locais. Caminho possível para a adaptação dos postulados naturalistas a uma sociedade bem distinta do Velho Mundo, a crítica de costumes veio a ser a alternativa para a produção literária vinculada ao modelo de Zola e dos Irmãos Goncourt. Só que, agora, ao invés do tom satírico, picaresco, de romances como *Memórias de Um Sargento de Milícias*, assomava a ótica da denúncia social, em *O Cortiço* e racial, em *O Mulato*, ambos de Aluísio Azevedo. O conservadorismo da sociedade também sofrerá ataques, a palavra é essa, em *A Carne*, de Júlio Ribeiro e em *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha.¹⁵⁸

Mais do que os romancistas, nos interessa, de perto, em vista do objeto desta tese, a atividade de escritores militantes da não ficção, entre eles: Silvio Romero, Nina Rodrigues, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, galeria reunida aqui menos pela relevância da obra, embora sejam nomes extremamente representativos, e mais pela tipicidade da sua contribuição no campo das interfaces entre literatura e ciências sociais. Nascido no interior de Sergipe, Silvio Romero¹⁵⁹ procedeu os estudos universitários na velha e prestigiada Faculdade do Recife, onde foi aluno de Tobias Barreto e colega de Graça Aranha e Clóvis Bevilacqua. Após a graduação, instalou-se no Rio de Janeiro, cidade na qual desenvolveu a maior parte sua importante atividade de crítico literário, cientista social, jornalista e político. Personalidade de intenso brilho e vocação para polêmica, Romero fez questão de marcar o seu rompimento com todos os desenvolvimentos que os estudos literários e a historiografia haviam logrado obter, conforme já vimos aqui, antes do aparecimento da sua geração. Adepto de primeira hora das teorias deterministas então em voga, fez praça da busca por objetividade científica, da existência de leis gerais do desenvolvimento humano e foi inflexível na aplicação de suas doutrinas de adoção, entre as quais os critérios de hereditariedade e do mito

¹⁵⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 385-395.

¹⁵⁹ Informações biográficas em DIMAS, Antonio. O turbulento e fecundo Sílvio Romero. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 76.

do arianismo. Suas conclusões, no entanto, desafiam a ortodoxia do pensamento cientificista consolidado no período. Na sua concepção, a mistura entre “raças” antes de ser um valor negativo em si, constitui um fato e como tal deve ser estudado e problematizado, e não simplesmente deplorado: “todo o brasileiro é mestiço senão no sangue pelo menos nas idéias.”¹⁶⁰

O que torna singular o pensamento de Romero é a sua atitude com o país como episteme em sua relação com a literatura. A caudalosa *História da Literatura Brasileira* – atualmente editada em cinco volumes – serve de ilustração dessa postura. Mais que uma revisão literária, informa Antonio Dimas, estamos diante de uma autêntica summa da cultura brasileira tendo por documentação primária textos etnográficos, científicos e históricos.¹⁶¹ Tratando-se de um exercício tributário de uma concepção “alargada” de literatura,¹⁶² os critérios de invenção e composição dos textos figuram em segundo plano, para desgosto de críticos mais atentos ao aspecto estético do fenômeno da escrita, entre os quais José Veríssimo. Pelo que se percebe do texto abaixo, o autor nordestino atua sobre outra ordem de preocupações:

A história da literatura brasileira não passa, no fundo, de descrição dos esforços do nosso povo para produzir e pensar por si; não é mais que narração das soluções diversas por ele dadas a esse estado emocional; não é mais, em uma palavra, do que a solução vasta do problema do nacionalismo. [...] Quer se queira, quer não, esse é problema principal de nossas letras e dominará toda sua história.¹⁶³

Acusado por alguns críticos de usar de um verbo “abundante”, “prolixo” e “repetitivo”, Silvio Romero engaja todo esse aparato retórico, por vezes bastante eficaz como elemento de argumentação, em favor da questão que viria a ganhar contornos definitivos desde a autonomia política, a nação. Muito embora a abordagem do autor, em relação ao tema não se confunda de forma alguma com a dos ecléticos e românticos que o precederam.

¹⁶⁰ Romero, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980, [s/p] apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nina Rodrigues: um radical do pessimismo*. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*, organização André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 96.

¹⁶¹ Ibid. p. 83.

¹⁶² Ibid. p. 84.

¹⁶³ Romero, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. V. 2. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980, p.406 apud DIMAS, Antonio. O turbulento e fecundo Sílvio Romero. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Já em Nina Rodrigues, podemos observar uma atitude demasiadamente vinculada à absorção de conceitos e categorias de pensamento vinculadas ao determinismo “de raça”. Fundador da antropologia no Brasil, bem como iniciador dos estudos dos povos da diáspora africana no Brasil, o pesquisador baiano contribuiu fortemente para a elaboração de uma trama explicativa sobre a caminhada do Brasil na qual as razões para o atraso de nossas instituições políticas e sociais, circunstância tornada progressivamente visível com o esgotamento das energias ativadas com o processo de independência, são creditadas à mestiçagem de composição étnica da população local. Por este ponto de vista, o Brasil estava, em fins do século XIX, numa trajetória de degenerescência e não de progresso cuja espiral não poderia ser revertida nem através da intensificação das iniciativas de imigração de contingentes europeus.¹⁶⁴

Outro nome importante nesse cenário, figura destoante por duvidar da influência do fator étnico, Araripe Júnior fez opção por outro determinismo: a mesologia, isto é, comportamento climático e do meio ambiente. Escolheu considerar o aspecto mais importante na gênese da nacionalidade a transformação sofrida pelo europeu na travessia do Atlântico e sua consequente adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo da América do Sul, em particular do Brasil. A esse processo, o crítico pernambucano deu o nome de *obduniblação brasílica*. Atuando em vários registros, esse processo aponta para a adequação não só de pessoas, mas também de ideias, exigindo, na contrapartida, a adoção de um autêntico estilo de vida com ramificações para o terreno das artes, em particular, da literatura. Esta, portanto, seria a origem de um estilo “tropical” capaz de vincular a produção textual desde os cronistas coloniais até os naturalistas do final do século XIX e que, resgatado pelas vanguardas modernistas da década de 1920, serviu de modelo precursor da antropofagia oswaldiana, segundo contextualiza Luiz Roberto Cairo.¹⁶⁵ Por fim, uma lista de autores vinculados ao pensamento finissecular, ainda que não exaustiva, deixaria de ser minimamente representativa sem a presença de Capistrano de Abreu.¹⁶⁶ Historiador procedente do Nordeste brasileiro, o autor de *Capítulos da Vida Colonial* distinguiu-se por buscar uma fusão entre as concepções adotadas pela corrente conservadora e providencialista do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) e a voga determinista. Assim, eliminado um certo componente otimista

¹⁶⁴ SCHWARCZ, Lila Moritz. Nina Rodrigues: um radical do pessimismo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 92.

¹⁶⁵ CAIRO, Luiz Roberto Veloso. *Araripe Júnior e o Estilo Tropical*. Comunicação Acadêmica. Assis, SP: Unesp, 2010.

¹⁶⁶ Sobre Capistrano de Abreu, ver BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 246.

presente nas representações de Varnhagen e Martius, o que remanesce em Abreu é a crítica ao desmando secular de nossas elites. É forçoso reconhecer, dedicou-se pouco a questões interpretativas. O ponto alto de sua atuação situa-se na introdução da prática da intensa pesquisa documental: “No Brasil, não precisamos de história, precisamos de documentos.”¹⁶⁷ Por favor: suprima essa citação da nota 17 que eu não achei a referência de modo algum. Graças a essa opção, pôde organizar e editar registros de grande importância, escritos pelos principais cronistas coloniais, conforme é o caso da obra do Frei Vicente do Salvador, de Fernão Cardim e de Antonil.

Chama a atenção a virtual inexistência de um debate filosófico em sentido estrito. A principal tentativa de cobrir essa deficiência esteve presente na militância intelectual de Farias Brito, pensador influenciado por Bergson e Schopenhauer, que, insulado na alturas da especulação mais abstrata jamais desceu à miudeza de pensar o Brasil, segundo Alfredo Bosi.¹⁶⁸ Ocupante da cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, em vaga aberta em face do trágico falecimento de Euclides da Cunha, Farias Brito obteve relativa repercussão para suas ideias, principalmente entre figuras do pensamento católico como Jackson de Figueiredo, Gustavo Corção e o grande crítico literário Tristão de Ataíde.

Deve ser consignado, com vistas a prevenir generalizações abusivas que grande parcela da literatura brasileira no último quartel do século XIX floresceu, se não contra o fundo de ideias evolucionista e positivista, pelo menos à margem dos principais postulados dessas correntes. Por contraditória que seja, para dizer o mínimo, a recepção dos diferentes determinismos, entre os quais, o racismo, provocou reações de vulto no debate de idéias, contra e a favor. Para comprovar essa dissonância de orientações, basta uma consulta aos romances da maturidade de Machado de Assis, manifestações artísticas elaboradas de modo bastante autônomo aos dispositivos estéticos preconizados por essas correntes. E isso não apenas pelo fato de o autor carioca haver trilhado sendas muito distantes da ortodoxia naturalista em questões referentes à representação do real, mas também pelo fato de haver mobilizado sua veia paródica para fustigar as explicações de mundo baseadas num único fator, a exemplo do *darwinismo* social,¹⁶⁹ conforme acontece nas páginas do romance *Quincas Borba*.

¹⁶⁷ ABREU, Capistrano de apud BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 247.

¹⁶⁸ A respeito de Farias Brito, ver *Enciclopédia Barsa*. Verbetes biográfico. Rio de Janeiro, São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, 1967.

¹⁶⁹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra Completa*. V. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2004, p. 926.

Além das críticas que lhe são contemporâneas, o pensamento positivista e evolucionista também sofreu reparos dos estudiosos surgidos em pleno século XX, em especial, após o modernismo. Nelson Werneck Sodré, entre outros, ressalta os danos causados pela importação, por vezes acrítica, de matrizes conceituais e estéticas europeias, sem o devido trabalho de aclimação de conceitos:

Nas interpretações do Brasil, que então surgem, verifica-se facilmente o reflexo desse quadro de contrastes. A curiosidade pelo homem e pela terra traduz as contradições existentes. Os intérpretes voltam-se para o Brasil munidos ainda de instrumentos de análise elaborados por uma cultura externa, que não assimilam nem adaptam. Não os reconhecendo como historicamente condicionados, isto é, destinados à aplicação num certo tempo e em certo meio, oriundos de condições diversas daquelas aqui vigentes, utilizam-nos sem escala e sem medida, como se fossem fórmulas eternas e universais, capazes de decompor, ao longo de todo tempo, qualquer quadro social, econômico e político, fornecendo, claramente as peças essenciais de cada um. Não era esse o caso, evidentemente, e o complexo cultural elaborado na segunda metade do século XIX fora apropriado para justificar a posição colonial de imensas áreas do mundo.¹⁷⁰

Mesmo com as ressalvas assinaladas, justas no fundamental, é impossível ignorar a importância da ensaística erudita do fim do século XIX, de corte cientificista, para o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Em especial, aquela presente na obra de Euclides da Cunha.

4.2. *Os Sertões*

Militar, engenheiro, jornalista e, sobretudo, escritor,¹⁷¹ Euclides da Cunha imortalizou a campanha de Canudos através de *Os Sertões*. No livro, acham-se evocados, em detalhe, os eventos da guerra ocorrida naquele distante sertão da Bahia, em 1897, entre a legião de jagunços liderada pelo beato Antonio Conselheiro e as tropas regulares do Exército brasileiro. Testemunha ocular do teatro de operações, o escritor chegou ao local do conflito algumas semanas antes da derrota final dos rebelados. Suas reportagens para o *Estado de São Paulo* serviram de base para a elaboração do livro. No entanto, a maior parte da pesquisa necessária

¹⁷⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 490.

¹⁷¹ Informações biográficas sobre Euclides da Cunha, ver LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 104-117.

foi procedida após a cessação das atividades militares. Convocando o auxílio de diferentes áreas de conhecimento, da história à geografia, entre muitos outros saberes, Euclides da Cunha escreveu um relato extenso, bem documentado e definitivo sobre um dos maiores movimentos de contestação social ocorridos no país. Mais do que isso, produziu um momento singular da interpretação do Brasil.

O ciclo de interpretações acerca de *Os Sertões*, publicado em 1902, prossegue longe do esgotamento. Segundo um dos seus mais importantes comentadores, Luiz Costa Lima, o tempo presente abre espaço para abordagens do livro mais produtivas, uma vez que livres dos limites impostos pelo tratamento essencialista, com seu fulcro na narrativa referente à nação, essa última predominante desde as primeiras abordagens promovidas por José Veríssimo e Coelho Neto.¹⁷² Posicionamento que consignamos aqui sem poder concordar integralmente, de vez que nem toda concepção de nação pode ser concebida como essencialista. Seja como for, a cada geração, um novo aspecto, uma abordagem original, emergem, abrindo caminho a um novo veio de pesquisa. Ensaio? Romance? Tratado histórico? Crônica Militar? Estudo sociológico? Obra literária ou científica?

São questões que remetem à atualidade, e não ao o passado. Pouco importa, assim, a visível obsolescência dos métodos sociológicos abrigados no interior do volume, suas insistências na influência do clima e da “raça” sobre o meio. O que torna inesquecível a experiência da leitura de *Os sertões* consiste no entrelaçamento entre o hipnótico estilo da escrita, ao mesmo tempo tão oposto e simultaneamente complementar ao de Nabuco e a candente denúncia da questão social. Esta última trazida à tona sem a demissão da necessária tentativa de entendimento da inteligibilidade do processo histórico brasileiro, com toda sua aterradora funcionalidade.

Composto, na prática, por três partes constitutivas, *Os Sertões* alinha blocos temáticos: o primeiro deles, *A Terra*, reúne um quadro das condições topográficas, geológicas e climáticas da região do semiárido nordestino da qual fazia parte o Arraial de Canudos. Esta seção também explica, com fundamento nos desenvolvimentos científicos da época, o fenômeno das secas periódicas. A parte seguinte, denominada *O Homem*, oferece uma reconstituição dos processos de ocupação, desde o período colonial, do território onde ocorreria o confronto militar e sua paisagem humana, com destaque para as digressões sobre o caráter “sociológico” do sertanejo. Por último, a campanha em si está narrada nos capítulos A

¹⁷² COSTA LIMA, Luiz. O legado de Euclides. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). *Euclides da Cunha, Contrastes e Confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 55.

luta – Preliminares, Travessia do cambaio, A expedição Moreira César, Quarta expedição, Nova fase da luta, Últimos dias, que ocupam mais da metade do livro.

Nas duas partes iniciais, o elemento descritivo fundado, repita-se, na autoridade dos conhecimentos científicos de então, coordena o discurso do autor, em trechos como o que segue abaixo:

Porque o que estas (as condições naturais-nota) denunciam – no enterroado do chão, no dismantelo dos cerros quase desnudos, no contorcido dos leitões secos dos ribeiros efêmeros, no constricto das gargantas e no quase convulsivo de uma flora decídua embaralhada em esgalhos – é de algum modo o martírio da terra, brutalmente golpeada pelos elementos variáveis, distribuídos por todas as modalidades climáticas. De um lado a extrema secura dos ares, no estio, facilitando pela irradiação noturna a perda instantânea do calor absorvido pelas rochas expostas às soalheiras, impõe-lhes a alternativa de alturas e quedas termométricas repentinas; e daí um jogar de dilatações e contrações que as distingue, abrindo-as segundo os planos da menor resistência. De outro, as chuvas que fecham, de improviso, os ciclos adurentes das secas, precipitam estas reações demoradas.¹⁷³

O estilo rebuscado da passagem anterior, onde brilha a hipérbole “martírio da terra”, reforça a fama de escritor difícil do autor. É que o preciosismo vocabular, traduzido no uso de palavras incomuns, como “enterroado”, “decídua”, “esgalhos” agregados em estruturas sintáticas complexas dá margem a críticas e restrições, principalmente a acusação de que Euclides de Cunha, à semelhança de alguns de seus contemporâneos, caudatários das estéticas do simbolismo, decadentismos e congêneres, estivesse em busca de efeitos ornamentais. Tal não ocorre. Esclarece Alfredo Bosi¹⁷⁴ que, à semelhança do restante da prosa do autor de *Os Sertões*, a obsessão de buscar pela “palavra exata” denuncia uma procura pela adequação do “conceito à coisa”, motivo pelo qual a “frase euclidiana será densa e sinuosa quando assim exigir a complexidade extrema da matéria.” Trata-se, portanto, de um daqueles casos raros nos quais o rigor conceitual não rebaixa a expressão artística, antes a potencializa.

Essa atitude com a temática, completamente destituída do fascínio anedótico pelas “coisas da roça”, vai dar passagem a uma verdadeira descoberta: a de extensas camadas da população que não se integravam na civilização do litoral, com modos de viver, pensar e sonhar marcados pela convivência em face da miséria de vários séculos de abandono. São os brasileiros destinados a pôr em dúvida a própria noção de identidade brasileira cultivada até

¹⁷³ CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002, p. 20.

¹⁷⁴ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 308.

então. Eles revelam a presença de um *outro*¹⁷⁵ num país até aí visto como perfeitamente homogêneo. Participante desse encontro dramático, o escritor Euclides da Cunha, e menos o homem de ciência, suspende a análise em benefício do testemunho.

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados no caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em jazem, no âmago do país, um terço de nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separaram-no três séculos [...]¹⁷⁶

Na terceira parte do livro, denominada *A luta*, ocorre a transição dos planos descritivo e analítico para a predominância de um enfoque narrativo. Nesses trechos, numa óbvia emulação dos procedimentos do romance histórico, o livro envereda por uma composição panorâmica na qual opõem-se as grandes colunas de tropas e a mortífera artilharia à horda de combatentes descalços, entrincheirados em meio à topografia colossal do lugar, o fumo escuro das batalhas subindo aos céus, em nuvens:

O general Savaget foi atingido e desmontado juntamente com um ajudante - de - ordens e parte do piquete quando, à retaguarda da coluna, penetrava a garganta da direita e já se ouviam, ao longe, as aclamações triunfais dos combatentes da vanguarda. Como sempre os sertanejos tornavam incompleto o sucesso, ressurgindo inexplicavelmente dentre os estragos de um combate perdido. Batidos, não se deixavam esmagar.¹⁷⁷

Nessa altura, a composição polifônica do texto, para usar um termo de Bakhtin,¹⁷⁸ adensa-se nos episódios miúdos: agora, além das vozes da ciência, dos jornais, dos registros oficiais, passam a ser ouvidas também as falas dos militares, dos médicos de campanha, dos jagunços, dos demais moradores da região conflagrada, das mulheres sertanejas. E até das crianças:

¹⁷⁵ ROUDINESCO, Elizabeth. *Jacques Lacan*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras: 2008, p. 313.

¹⁷⁶ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002, p. 127.

¹⁷⁷ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002, p. 248.

¹⁷⁸ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud et al. São Paulo: Hucitec, 1986.

Uma delas, porém, menor de nove anos, figurinha entroncada de atleta em embrião, face acobreada e olhos escuríssimos e vivos, surpreendeu-os pelo desgarrado e ardileza precoce. Respondia entre baforadas fartas de fumo de um cigarro, que sugava com a bonomia satisfeita de velho viciado. E as informações caíam, a fio, quase todas falsas, denunciando astúcias de um tratante consumado. Os inquiridores registravam-nas religiosamente. Falava uma criança. Num dado momento, porém, ao entrar um soldado sobraçando a Comblain, a criança interrompeu a algaravia. Observou, convicto, entre o espanto geral, que a *comblé* não prestava. Era uma arma à toa, xixilada: fazia um zoadão danado, mas não tinha força. Tomou-a; manejou-a com perícia de um soldado pronto; e confessou, ao cabo, que preferia a *manulixe*, um clavinote de talento. Desarticulou-o agilmente os fechos, como se aquilo fosse um brinquedo infantil predileto.

Perguntaram-lhe se havia atirado com ela, em Canudos.

Teve um sorriso de superioridade adorável:

'E por que não? Pois se havia *tribuzana velha* [...] *Havera* de levar pancada, como boi acuado, e ficar *quarando* à toa, quando a *cabrada fechava o samba desautorizando os praças?!'* (p.309)

É ainda na terceira parte que o caráter de denúncia do genocídio aparece com maior nitidez. Essa opção se vislumbra óbvia nos dias de hoje, mas não ao momento daquele enfrentamento militar. Naquela quadra, o conjunto da opinião pública brasileira enxergava no Arraial de Canudos uma sobrevivência monarquista e atrasada num país que, após a proclamação da República, pretendia-se firmemente orientado em direção ao progresso. Um país que poucos anos antes havia demitido seu imperador e abolido a escravatura. Para essa civilização ainda adolescente, Canudos representava uma nódoa e, mais que isso, um tumor a ser extirpado. Euclides da Cunha subscrevia esse ponto de vista devido a sua formação teórica e pessoal. Entretanto, a visão do massacre testemunhado pelo autor fluminense, retratado nas páginas de sua obra máxima, modificou a sua apreensão inicial dos fatos.

Evidentemente, não há nada no texto de *Os Sertões* que autorize o leitor a presumir uma renúncia de Euclides da Cunha aos fundamentos de sua ideologia política de corte positivista.¹⁷⁹ Nem qualquer arrependimento por sua militância anterior nas hostes do jacobinismo florianista. Entretanto, a leitura do clássico nos autoriza a considerar ferida de morte a fé do autor no papel civilizatório das elites litorâneas e seu opus cheio de insuficiências: a Primeira República. Um desencanto destinado a tornar-se endêmico, cerca de vinte anos depois, entre a geração dos tenentes liderada por Luis Carlos Prestes e Juarez Távora, entre outros.

O tom acusador assumido nas páginas finais da obra não deixa dúvida quanto à indignação do ex-militar diante da política de extermínio levada a cabo pelo Exército brasileiro:

¹⁷⁹ LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: O Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 107.

Sabia-se de uma única coisa: os jagunços não poderiam resistir por muitas horas. Alguns soldados se haviam abeirado do último reduto e colhido de um lance a situação dos adversários. Era incrível: numa cova quadrangular, de pouco mais de um metro de fundo, ao lado da igreja nova, uns vinte lutadores, esfomeados e rotos, medonhos de ver-se, predispunham-se a um suicídio formidável. Chamou-se aquilo o ‘hospital de sangue’ dos jagunços. Era um túmulo. De feito, lá estavam, em maior número, os mortos, alguns de muitos dias, já enfileirados ao longo de quatro bordas da escavação e formando o quadrado assombroso dentro do qual uma dúzia de moribundos, vidas concentradas na última contração dos dedos nos gatilhos das espingardas, combatiam contra um exército.¹⁸⁰

É sintomática, com aproximação do desfecho trágico da saga de Canudos, a redução do uso dos adjetivos, das figuras de linguagem, dos artifícios de estilo, enfim, que tanto singularizam a escrita de Euclides da Cunha. É como se houvesse um luto da linguagem, que passa a ser sóbria, concisa e direta, como a situação exige:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnando palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente da qual rugiam raivosamente cinco mil soldados.¹⁸¹ (p. 359)

Ao fim e ao cabo, resta a confirmação da materialidade do crime. O libelo acusatório não pode concluir nada além: mais que isso seria por toda uma nação no banco dos réus.

4.3. Ciência e literatura em *Os Sertões*

Em *Os sertões*, Euclides da Cunha jamais escondeu a intenção de conferir à obra uma dicção marcada pelo intercâmbio entre ciência e literatura, como se vê da transcrição do trecho de uma correspondência mantida entre o autor e o amigo Teodoro Sampaio:

Estou convencido que a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta – e que, nesse caso, a comedida intervenção, de própria se impõe obrigatoriamente – e é justo, desde que não se exagere, ao ponto de dar um aspecto de compêndio ao livro que se escreve, mesmo porque em tal caso a feição sintética desapareceria e, com ela, a obra de arte.¹⁸²

¹⁸⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002, p. 359.

¹⁸¹ *Ibid.* p. 359.

¹⁸² CUNHA, Euclides da. *Euclides da Cunha e Seus Amigos*. São Paulo: Companhia Nacional, 1938, p.108 apud ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 391.

Entre todas as ciências humanas, a história está no “centro das cogitações” do autor fluminense, esclarece Olímpio de Souza Andrade no seu inestimável *História e Interpretação de Os Sertões*, algo comum aos intérpretes do fim do século XIX:

E como escrevia a história já naquele fim de século? Procurando esclarecê-la por todos os meios ao seu alcance; indo à geografia, à climatologia, à biologia, à etnografia, à sociologia, ao folclore, aos depoimentos, à biografia, para ressaltar tudo quanto fosse digno de ser ressaltado e, sobretudo, a influência do meio e da raça na evolução dos grupos e no comportamento coletivo. Trabalho demorado e exaustivo de quem não se contentava em ver os acontecimentos só por um lado, e cobrava bastante de si mesmo por uma opinião, por um conceito.¹⁸³

Transitando dos aspectos descritivos para os de natureza analítica, preservada a sistemática que marca as duas primeiras partes da obra, torna-se clara a tendência à adoção de uma grade conceitual destinada a uniformizar noções como “meio”, “raça” ou ainda “mestiçagem”. Os resultados dessa investida teórica, conforme veremos no trecho abaixo, denunciam aspectos problemáticos, especialmente o flerte com as teorias racialistas devidamente aclimatadas aos nossos trópicos pelos seus discípulos locais, Nina Rodrigues à frente:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior (sic), despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia exprimem estágios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades proeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – e quase sempre um desequilibrado.¹⁸⁴

Diante da amostragem de ideias articulada no parágrafo transcrito, a crítica se desdobrou em pelo menos três vertentes principais. A primeira e até hoje a mais visitada, composta por Alfredo Bosi, entre muitos outros, pretende estabelecer uma cisão, em *Os Sertões*, entre a “má ciência” e a “boa literatura”. Por essa perspectiva a obra prima de Euclides da Cunha se sustém contra e apesar do fundo racialista que a informa, este último decorrente da influência das teorias evolucionistas em voga em fins do século XIX. Trata-se, portanto, sob esse ponto de vista, de texto composto sob o signo do paradoxo, “páginas que alternam a certeza do fim das raças retrógradas e a denúncia do crime que a carnificina de

¹⁸³ ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 405.

¹⁸⁴ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002, p. 73.

Canudos representou”, projeção intelectual de formas de consciência “curvadas sob o peso de todos os determinismos”, mas orientadas – de maneira contraditória – em “direção à técnica e o progresso”.¹⁸⁵

Por seu turno, a estudiosa da obra euclidiana Walnice Nogueira Galvão depõe¹⁸⁶ em favor de uma abordagem preponderantemente literária de *Os Sertões*. Em seu entender, as referências teóricas utilizadas pelo autor se alinham, de forma “antitética”, ao longo da obra. Desse modo, embora Euclides da Cunha tenha “estudado História do Brasil, História da Colonização, direito, teoria das raças”, em suma, um saber imenso para a elaboração da obra, o texto não se presta a uma síntese acabada. Em outras palavras, a complexidade dos temas se acha preservada, pois “o procedimento habitual do livro”, que desata a sua estrutura literária, é o da antítese, ou seja, “as oposições, as próprias contradições, o paradoxo, a antinomia, culminam na utilização da figura retórica do oxímoro, na qual se vê materializada a impossibilidade da síntese.” Vem daí o uso de fórmulas de intensa significação literária como a designação de Canudos como uma “Tróia de Taipa”.

Num certo sentido, a abordagem de Walnice Galvão retoma, guardada a distância no tempo e na informação teórica, os pontos de vista dos críticos iniciais da obra, aqueles responsáveis pelo sucesso de *Os Sertões* já ao seu momento de sua estreia. Para esse grupo de estudiosos, mais que a impugnação dos fundamentos científicos do livro de Euclides, cabia ressaltar a formidável importância estética do tratamento conferido aos temas tratados. José Veríssimo, um dos grandes do jornalismo cultural brasileiro, não hesitou em sublinhar “a descrição animada e vívida da terra, e da história, contada com raro espírito de verdade e não vulgar vigor dramático.”¹⁸⁷ No mesmo tom, o escritor mais influente da época, Coelho Neto, não economiza na admiração à linguagem do texto: “não sei de páginas mais verdadeiras nem mais empolgantes, na literatura nacional do que essas que, sendo as dum poema enorme, são ao mesmo tempo, as dum tremendo libelo. Há nelas um sopro bíblico como o que revolve o livro fremente de Isaías.”¹⁸⁸

Nos últimos anos, ganha projeção uma terceira vertente, composta basicamente por estudiosos vinculados às ciências sociais, empenhada na defesa de um olhar histórico sobre o

¹⁸⁵ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 309.

¹⁸⁶ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Depoimento Sobre Euclides da Cunha*. Sítio da Academia Brasileira de Letras, 2003. Disponível em: < <http://www.academia.org> >. Acesso em: 15.11.2010.

¹⁸⁷ VERÍSSIMO, José. *Juízos Críticos*. Rio de Janeiro: Laemert & Cia., 1904 apud ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 389.

¹⁸⁸ COELHO NETO, Henrique Maximiano apud ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 390.

que se poderia chamar de elementos originais da reflexão de Euclides de Cunha sobre os fatores etnográficos da nossa trajetória como povo. Para esses autores, entre o quais Carlos Alberto Dória,¹⁸⁹ por exemplo, o autor de *Os Sertões* não reproduziu, de maneira acrítica, as teorias de Gobineau, Buckle, Gumplovicz, com as quais sua obra dialogou. Pelo contrário, as formulações euclidianas, em especial o seu conceito de raça, configuram um percurso teórico marcado por uma absorção muito própria desse conceitual evolucionista. Elas representam, de alguma maneira, a parcela mais renovada do pensamento social no período, um campo original de reflexão que não se enquadra nem nas teorias do “racionalismo científico” nem na defesa da “miscigenação” proposta pelo modernismo, anos depois, com Gilberto Freyre.

A simples enumeração das correntes acima já é suficiente para denunciar a tensão interna, que atravessa o texto de *Os Sertões*, entre as premissas teóricas do autor (“contraditórias”, “antitéticas” ou “coerentes” que sejam) e os momentos em que a escrita se permite denunciar uma admiração travada pela figura do sertanejo nordestino exemplarmente concebido através do oxímoro Hércules – Quasímodo:

É homem permanentemente fatigado.

Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra rememorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das Entretanto, toda aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude. organização combatida operam-se, em segundos, transmutações complexas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-lhe, alta, sobre os ombros numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulga do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.¹⁹⁰

Em síntese, o que o texto acima torna patente, de forma independente do seu teor de “cientificidade”, é a insuficiência das concepções identitárias que o precedem. Ou seja, ao verificar a potencialidade das populações pobres do interior, em sua maioria mestiças, Euclides dilata as fronteiras internas da nação, em sentido étnico e social, expondo os limites, tanto da representação conservadora, que concebe os brasileiros na qualidade de transplante do colonizador europeu em terras americanas, presente em Varnhagen, quanto da engenhosa fórmula liberal de Joaquim Nabuco, na qual a igualdade jurídica entre os brasileiros não se converte em igualdade biológica. Com Euclides da Cunha, são lançadas as sementes de uma

¹⁸⁹ DÓRIA, Carlos Alberto. A renovação de Euclides da Cunha. Revista *Virtual Trópico*. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/trópico>>. Acesso em: 21.04.2011.

¹⁹⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002, p. 77.

representação identitária cujos contornos e ramificações na teoria irão se definindo, ao longo do século XX, graças aos esforços de nomes tão distintos entre si como Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Antonio Candido, entre muitos outros.

4.4. A interpretação do Brasil ao fim do século XIX

Após a aquisição de procedimentos de nacionalização da língua e de amadurecimento do tema nacional, o diálogo com as ciências sociais, cumulado à bibliografia que o acompanhava, constitui um episódio de enorme significação, trata-se do elemento que faltava para a constituição de ciclos de interpretação sistemática da trajetória do Brasil, pois justamente aí surgem, de maneira definitiva e irreversível, em virtude da importação dos métodos derivados das ciências sociais, as bases para uma análise que transcende dimensão dos fatos, domínio do cronista, para se instalar no campo dos processos, lugar do intérprete. Assim, pela mediação do conhecimento científico, a questão nacional celebra sua união com o ensaio. Os resultados iniciais desta parceria constituem uma etapa de enorme importância para a autoimagem do país.

O quadro de mudanças na arquitetura do pensamento social, em curso ao fim do século XIX, acarreta uma sutil, mas decisiva alteração na pergunta que até então vinha mobilizando os esforços teóricos de compreensão do país. Antes, sob o predomínio da moldura literária da questão nacional, a questão, com suas variantes era: o que é o Brasil? Agora, a partir dos diagnósticos, em sua maioria pessimistas, proporcionados pela agenda de implantação das ciências sociais, a indagação se modificava. Tratava-se de inquirir: como superar o atraso, como construir o novo? Os pioneiros na tarefa de pensar respostas a esta interrogação, no entanto, homens como o próprio Euclides da Cunha e, em seguida, Manoel Bomfim, Alberto Torres e Paulo Prado seriam basicamente escritores. Fato capaz de conferir protagonismo à literatura nas interpretações do Brasil até o fim do modernismo, quando essa tarefa foi se deslocando em direção aos pesquisadores profissionais formados na academia universitária.

5- CONCLUSÃO

O ponto de partida para o presente estudo está resumido nas seguintes questões: quais foram os pressupostos internos para a formação do ensaio de interpretação do Brasil como gênero literário? Como esses pressupostos se combinaram para conferir um formato canônico ao gênero?

Para começar a responder a essas perguntas, foi necessário, antes, retornar à própria natureza do ensaio. Pelo que foi possível concluir, esse repertório discursivo se acha marcado por uma grande ambiguidade, especialmente em suas relações com a teoria e o fenômeno literário. Daí a sua multiplicidade de formas. Diante disso, insistir numa conceituação fechada seria improdutivo. A opção foi a de conceber o ensaio na condição de manifestação da subjetividade, de irradiação do Eu, no trato de questões relativas ao conhecimento da realidade, isto é, de forma de escrita que privilegia o ponto de vista pessoal e a inventiva na busca de compreensão para além do domínio do conceito. Uma trilha inaugurada por Montaigne, nos seus já clássicos *Ensaio*s, que amplia e problematiza a objetividade, mas não a suprime. Assim, investigar o Brasil por meio do ensaio significava propor sínteses abrangentes, nunca levantamentos parciais, da nossa trajetória enquanto formação social sempre nucleada em torno da imaginação teórica de um operador, o intérprete. E isso demandava o trato de um tema em particular, a chamada questão nacional.

Em meio a um estoque variado de conceituações de nação, a escolha pairou, conforme Habermas, sobre o aspecto político do Estado moderno, ressalvada ênfase linguístico- literária adquirida pela questão, no Brasil. Refletindo esse estado de coisas, no que se refere à representação do real, o ensaio de interpretação atendeu a um duplo registro, situação análoga aos demais gêneros: de um lado, viu-se na condição de instrumento de análise da trajetória histórica, política, social, econômica, entre outros recortes, mas também de espaço de mistificação, de erros e omissões, da trajetória do país. Ambos os momentos sem os quais não seria possível reconstituir a configuração que as ideias experimentaram por aqui ao longo do tempo. Mais que interpretação, o que os autores vinculados a esse gênero fizeram foi construir a nação em sentido espiritual e o fizeram através de compromisso deliberado. O Brasil que conhecemos hoje deve-se em larga medida ao esforço de observação e invenção de autores como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, entre outros.

Antes do ensaio, antes mesmo da existência do Brasil como entidade política, a não ficção lançou a pedra fundamental daquilo que viria a ser a interpretação do Brasil, isto é, a

crônica colonial: são cartas, relatos de viagem, documentos administrativos, arrazoados jurídicos, tratados científicos, entre outros formatos. Esses registros constituem um espaço de reprodução e criação do nosso território enquanto instância física e imaginária. Dessa maneira, mesmo decorridos muitos anos do fim da Colônia, esses textos permanecem objeto das atenções dos estudiosos contemporâneos, em grande parte por causa de sua capacidade de tornar visíveis os contornos das questões identitárias que até hoje manifestam sua presença na nossa sociedade, especialmente o conflito/funcionalidade entre uma identidade formada de cima para baixo, produto da centralização unitária do estado patrimonial, e uma outra, horizontal, construída à base da sociedade civil, estabelecida em nexos de classe, gênero, “de raça”, entre outras.

Evidentemente, pelo que foi possível apurar, as diferenças entre a crônica colonial e o ensaio de interpretação do Brasil são consideráveis, em especial no que se refere a dois aspectos: na primeira não há, e nem podia haver, um tratamento da questão nacional apenas surgida como o processo de autonomia política em 1822, e nem uma expressão estética madura.

Salvo melhor juízo, a primeira das condições para a existência do ensaio de interpretação do Brasil é a passagem de uma consciência nativista a uma consciência nacional dinâmica esboçada ao crepúsculo da Colônia e que se torna aguda após a Independência. Essa transição entre uma pauta dos interesses da terra que se vê substituída pelas aspirações da *polis* supõe o desenvolvimento de uma literatura e historiografia autônomas, capazes de estimular, tanto no forma quanto no conteúdo, o desempenho das questões que insistem em se pôr diante do novo país: o que é o Brasil? O que são os brasileiros? O que nos distingue de outras nações?

Assim, de maneira distinta da crônica colonial, assentada sobre a descrição, torna-se necessário abarcar as dimensões territoriais, linguísticas e políticas do novo país em termos de narração, uma tarefa a ser levada a cabo pela poesia, pelo romance e, por que não, pelo ensaio, principalmente o de abordagem histórica. A primeira dessas grandes narrativas, que vai irromper com força no Segundo Império diz respeito à reconstituição do passado colonial. O campo conservador/reacionário predomina, pois é capaz, conforme o comprova a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, de forjar um mito fundador de grande durabilidade. As peças que compõem esse mosaico são por demais conhecidas: o elogio à contribuição lusitana à nacionalidade país, a reivindicação a um sentido incruento e pacífico da história brasileira, a celebração da unidade territorial obtida através de um paciente processo de amadurecimento das condições para a independência política apenas alcançado em 1822, a percepção do

caráter inescapável da miscigenação racial. Por essa ótica, a vitória dos movimentos nativistas, e depois, das insurreições libertárias já sob o Império representaria o risco da divisão do Brasil em várias “guianas”. Visto dessa forma, a atuação intelectual de Varnhagen, torna patente a mais bem acabada tentativa de alinhar um projeto nacional voltado para a reprodução da Monarquia, apoio à centralização administrativa, mas destoa num item fundamental do restante da maioria de seus pares, inclusive no âmbito do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro): advoga o fim da escravidão.

Buscando explicar o Brasil através de percepções extraídas supostamente da realidade, da empiria, as afirmações de Varnhagen encontram grande repercussão no senso comum e mesmo no debate intelectual. A esse pensamento conservador interessa cultivar certa aparência de realismo, de entendimento da verdadeira “essência” do país, que supostamente estaria interdita aos setores reformistas do século XIX, pela vinculação desses últimos a ideologias sem correspondência na realidade (sic), como o livre cambismo. Desse modo, por muito que a família de pensadores como Oliveira Viana, entre outros autores marcados pelo diálogo com as concepções do sorocabano, seja constantemente fustigada, com razão, pelos estudiosos contemporâneos das ciências sociais, suas ideias não podem ser descartadas como mera reiteração de clichês reacionários. Nelas ocorre um achado inegável: o de que, por suas raízes ibéricas, a parcela majoritária da sociedade brasileira não se achava apta à implantação de uma ordem baseada no individualismo, na fragmentação do Estado unitário ou ainda sobre a primazia do utilitarismo de mercado.

Após a elaboração da narrativa conservadora, seria a vez dos setores liberal e reformistas formularem uma concepção alternativa do passado brasileiro com vistas a articular um projeto de futuro. Menos localizada na historiografia e mais no pensamento político e econômico, a contribuição dos autores como Tavares Bastos, André Rebouças e Rui Barbosa, só para ficar em três nomes emblemáticos, visa a aclimatar nestes trópicos as propostas em favor da expansão das liberdades. Em oposição a Varnhagen e seus seguidores, essa corrente enxerga o Brasil preso a um pecado de fundação, defeito resultante de nossa condição de réplica do estado patrimonial – e autocrático – português deste lado do Atlântico. Essa herança ibérica responderia pela estruturação de um capitalismo dependente e uma sociedade civil débil. O que impõe, em vista da sua retrospectiva do passado brasileiro, a formulação de um diagnóstico dos problemas e um programa de ação assentado sobre várias medidas: fim do trabalho escravo e estímulo ao assalariamento, apoio à iniciativa individual, abolição de barreiras alfandegárias, apoio ao espírito de associação, fim do empreguismo na administração pública e incentivo à imigração europeia com vistas a fortalecer a cultura do

empreendimento em nosso país (à exceção talvez de André Rebouças, a questão da reforma agrária não foi relacionada).

Essa crítica liberal, no entanto, não representou apenas uma renovação quanto aos temas e as ideias. Ela também assimilou um forte componente de mudança estética. Na esfera da ensaística, o nome mais destacado e cuja obra alcançou maior permanência foi, provavelmente, Joaquim Nabuco. Seu livro, *O Abolicionismo* (1883), objeto de análise neste estudo, erige-se em pedra angular do ensaio de interpretação do Brasil. A obra, mesmo escrita em plena voga naturalista, evidencia em sua composição outros elementos estilísticos alheios àquela escola. O primeiro deles flagrado no uso de figuras de linguagem recolhidas junto à retórica, à eloquência e aos efeitos de tribuna, cujo exemplo mais significativo e bem acabado seria a poesia condoreira de Castro Alves. O outro elemento estilístico acusa a busca pela expressão subjetiva e pode ser avistado na influência de Byron, Musset, entre outros poetas românticos.

Esse trajeto da experiência pessoal, inicialmente observado na poesia, mas que se espraiava por todos os gêneros, encontra no autor pernambucano um adepto de primeira hora. Sua obra, que se completa com os decisivos *Minha Formação* e *Um Estadista do Império*, entre outros títulos, carrega as conquistas estéticas do romantismo brasileiro das décadas de 50 e 60 do século XIX para dentro do ensaio, isso em pleno predomínio das concepções objetivistas recorrentes ao episódio naturalista, um padrão de escrita que serve de modelo – imitado ou recusado, jamais ignorado – aos intérpretes que vieram a seguir. Para a interpretação do Brasil, já beneficiada pela delimitação do seu tema promovida pelos autores do IHGB, Joaquim Nabuco faz aportar uma linguagem impressionista, que serve de referência aos ensaístas até o aparecimento de um outro tipo de texto decorrente do processo de institucionalização das ciências sociais por aqui, já em pleno século XX.

A terceira condição para o desenvolvimento da interpretação do Brasil pode ser buscada no diálogo entre a literatura e as ciências sociais, encontro esse que, no Brasil, ocorre preferencialmente a partir dos anos 70 do século XIX. Por aqui, em mais um sintoma da renovação da vida cultural do país no período, irá se fixar o marco de implantação da sociologia, da etnografia, psicologia, entre outras disciplinas, por estas paragens. Da mesma forma, a história e a geografia, já presentes há mais tempo na produção teórica local, vão refinando seus métodos, refletindo os debates internos e externos ao país. A própria literatura não escapa incólume a tais processos: seu objeto começa a ser limitado aos domínios da escrita criativa. A resultante de todo esse rico processo? A adoção de novos e atualizados métodos de investigação da realidade. Como em toda aventura do intelecto, há conquistas e

problemas: os instrumentais importados dos países centrais, de nítidas inclinações evolucionistas e positivistas, por vezes, não encontram correspondência na vida local, preço elevado a ser pago pelos pioneiros das ciências sociais no Brasil, como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Araripe Júnior.

Nas páginas de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, acham-se sumariadas algumas das dificuldades surgidas a partir do estreitamento das relações entre ciências sociais e literatura. Em nosso entender, a obra aponta para três possibilidades interpretativas, bastante distintas entre si, segundo as correntes que se debruçaram sobre o tema: na primeira, o ensaio abriga um exercício de “boa literatura” e “má ciência”, na medida em que os pressupostos teóricos sobre os quais se apoia, entre os quais o determinismo de raça e clima, acham-se derogados; na segunda, não se apresenta produtiva a busca de obtenção de sínteses com base na leitura do livro, uma vez que se trata de uma escrita antitética onde a estrutura cognitiva permanece aberta, não se prestando à conclusão alguma além das propiciadas no terreno da própria ficcionalidade e, por último; na terceira, o aparecimento de *Os Sertões* marca um momento importante na trajetória dos saberes ligados ao homem, por articular um uso criativo dos instrumentos de análise produzidos até então, especialmente no que se refere à sociologia, ao propor reflexões sobre questões importantes, como a miscigenação, a dialética entre interior e o litoral ou sobre a questão social, que mudaram a maneira de se ver o país.

Não cabe aqui optar por um ângulo em meio a essas distintas abordagens. Nossa intenção neste espaço é a de reter o fato de que nas interpretações pré-modernistas, conquanto o diálogo com a ciência já esteja em andamento, o papel coordenador do discurso, subjacente à forma do ensaio, cabe à literatura. Isto é, o tratamento dos objetos se vê mediado por métodos obtidos junto a uma atitude marcada pela objetividade, porém a linguagem, repleta de marcas autorais, remete à subjetividade, à contribuição do Eu ao texto. Mais tarde, já sob a égide do modernismo, os elementos dessa tensão irão manter-se mesmo sob o influxo da aquisição de importantes instrumentos de análise, a exemplo da sociologia webberiana, do materialismo histórico ou da antropologia de Franz Boaz, dado que a elaboração de uma linguagem acadêmica apenas virá com o advento da primeira geração universitária.

Com isso, vê-se reforçada, com boa dose de evidência, a hipótese de que o ensaio de interpretação do Brasil apenas atinge a sua maturidade com a chegada a público dos autores que fazem sua estreia a partir da década de 1880, destacamento de vanguarda que inclui Silvio Romero, Joaquim Nabuco e, um pouco mais avançado no tempo, Euclides da Cunha, isso apenas para ficar em três dos mais representativos ensaístas de uma era marcada por grandes nomes no gênero. Não que antes não houvesse intérpretes e interpretações. Faltava, no

entanto, a reunião dos três pressupostos necessários a um ciclo expansivo a esse tipo de ensaística, repita-se: o delineamento do tema nacional, a linguagem subjetiva e o diálogo com a ciência, condições que, por volta do aparecimento de *O Abolicionismo*, já se achavam amadurecidas. E quando se diz amadurecidas, isso não significa que estivessem definitivamente consolidadas, trata-se de considerar que o seu desenho geral já conformava uma base, admitindo acréscimos, modificações e releituras. O resultado de tal conjunção de fatores é por demais conhecido: a origem de uma das mais significativas vertentes literárias do país, que inclui obras-primas tão diferentes entre si como *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e os *Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, entre outras.

Para aferir a solidez desta construção, mais produtivo que observar a sua permanência talvez fosse desejável perseguir a riqueza de suas metamorfoses ao longo do último século. Compor esse quadro geral, no entanto, seria assunto para outra tese. Assim, limitamo-nos a indicar no capítulo seis as tendências mais gerais desse processo, com destaque para o relacionamento do ensaio com os formatos acadêmicos, induzida a conseqüente busca de equilíbrio entre invenção e interpretação. Por ora, o que se pode afirmar é a continuidade, em nossos dias, da trajetória do ensaio de interpretação do Brasil, tudo conforme sugere a repercussão de livros como *A Revolução Passiva – iberismo e americanismo no Brasil* (1997), de Werneck Vianna. De fato, fiel ao seu espírito inconclusivo e aberto, este tipo de gênero ensaístico recusa-se a pôr fim à sua evolução, apesar do vaticínio de algumas cassandras incapazes de enxergar para além de suas próprias alienações. Os ares mais recentes do mundo, ao que tudo indica, fizeram bem ao gênero. A derrota de uma certa globalização, que infelizmente não representa extinção, no já histórico quadro da uma crise econômica mundial deflagrada em setembro de 2008, diz muito a respeito disso. Se alguém dissesse há algum tempo atrás que os paradigmas do consenso de Washington, marcados pela desregulamentação financeira, pela compressão salarial e pela derrubada de tarifas alfandegárias, estariam em franca minoria na maior parte do subcontinente sul-americano, certamente seria chamado de lunático.

Trata-se, dessa maneira, de reconhecer a existência de uma agenda diferente. Ou melhor, de constatar que, de maneira distinta dos movimentos principais da pesquisa realizada no país nos últimos trinta anos, exceção feita aos encontros da Anpocs (Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais), já não ocorre interdito à questão nacional. E isso, caso não se torne algum tipo de unilateralidade, pode ser algo de muito bom. Afinal, poder pensar a si e a seu lugar no mundo significa para o país uma recuperação de tradições muito

caras à nossa cena cultural. Voltar a estudar a chamada questão nacional, aqui em seus desdobramentos em relação à literatura, sem que o pesquisador seja tachado de dinossauro ou nostálgico, só pode ser saudado com efusão. Se essa ambiência não descambar para formas de nacionalismo autárquico ou patriotismo de caserna, podemos prever nos próximos anos um novo e produtivo ciclo de interpretações do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABELAIRA, Augusto. Divertimento em *Jornal de Letras. Artes e Idéias*, n. 672, 30 jul. 1996.

ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: o crítico penitente. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lillia (Org.). *Um Enigma Chamado Brasil – 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p.12. apud SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes do Brasil*. V. I. Rio de Janeiro: 2002.

ANDRADE, Mário de Andrade. *A Lição do Amigo*, Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade . Rio de Janeiro: Record, 1988 apud SANTIAGO, Silviano. *Carlos Drummond de Andrade: Poesia Completa*. (Introdução), 2006.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. p. 391.

ANTONIL apud BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Um Departamento Francês de Ultramar*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

ATAÍDE, Tristão de. *Primeiros Estudos. Contribuição à História do Modernismo: o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1948.

AUERBACH, Eric. *Mimesis: as representações da realidade na literatura ocidental*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud *et al.* São Paulo: Hucitec, 1986.

BALZAC, Honoré de. *As Ilusões Perdidas*. Tradução de Leila de Aguiar Costa. São Paulo: Abril Coleções, 2010. v. 1.

BARBOSA da SILVA, Marcelo. *Latim de Tapuio, Música e Nação em Mário de Andrade*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BARIANI, Edison. O Estado Demiurgo: Alberto Torres e a Questão Nacional. *Revista virtual Achegas*, n. 36, 2007. Disponível em: <http:// www.achegas.net>. Acesso em: 25.04.2010.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. 1. ed. Tradução de Desidério Murcho *et al.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Tradução coordenada por João Ferreira. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

BOMFIM, Luiz Paulino. *Pequena Biografia de Manoel Bomfim*. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. Raymundo Faoro, leitor de Machado de Assis. In: _____. *Brás Cubas em Três Versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras: 2006.

BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

BUARQUE DE HOLLANDA, Aurélio et al. Verbete ensaio. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CAIRO, Luiz Roberto Veloso. *Araripe Júnior e o Estilo Tropical*. Comunicação Acadêmica. Assis, SP: Unesp, 2010.

CALDEIRA, Jorge. Entrevista ao *Caderno Mais, Folha de São Paulo*, 11 de abril de 2010, por Rafael Cariello.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. Edição de Base. São Paulo: Dominus. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br>>. Acesso em: 25.04.2010, 1963.

CAMUS, Albert. apud PINTO, Manoel da Costa. *Alberto Camus: um elogio do ensaio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

CANDIDO, Antonio. Literatura, espelho da América? In: PRADO, Antonio Arnoni; BOAVENTURA, Maria Eugenia; LEVIN, Orna Messer (Org.). *Remate de Males*. Campinas, SP: Departamento de Teoria Literária, IEL/Unicamp, 1999.

_____. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 2.

_____. *O Método Crítico de Silvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

_____. O significado de raízes do Brasil. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 apud VICENTE, Sílvia Moreli. Entre o inferno e o paraíso: o ensaio de Gilberto Freyre. *Estudos Linguísticos*. São Paulo: USP, 2005. v. 34.

_____. O significado de raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARIELLO, Rafael. Caldeira Fervente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de abril de 2010. Caderno Mais, p. 7.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo político no segundo reinado. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lillia. (Org.). *Um Enigma Chamado Brasil – 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de; REBOUÇAS, André. *A Questão da Liberdade*. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lillia. (Org.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASTRO ROCHA, João Cezar. *Nenhum Brasil Existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

COELHO NETO, Henrique Maximiano apud ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

CORBISIER, Roland. *Autobiografia Filosófica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA LIMA, Luiz. *O Legado de Euclides*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). *Euclides da Cunha, Contrastes e Confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

COUTINHO, Afrânio. *Enciclopédia Barsa*. Verbete ensaio. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, 1967.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Subordinação Formal e Subordinação Real: ou como as idéias “entram no lugar”*. Disponível em: <www.algoadizer.com.br>. Acesso em: 04.07.2010, Setembro/2008.

CUNHA, Euclides da. *Euclides da Cunha e Seus Amigos*. São Paulo: Companhia Nacional, 1938, p.108 apud ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

_____. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

DIMAS, Antonio. *O Turbulento e Fecundo Sílvio Romero*. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DÓRIA, Carlos Alberto. A renovação de Euclides da Cunha. *Revista Virtual Trópico*. Disponível em: <<http://pphp.uol.com.br/trópico>>. Acesso em: 21.04.2011.

ECO, Umberto apud GULLAR, Ferreira. A obra aberta e a filosofia da práxis. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAORO, Raymundo (Org.). História e arte. In: *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. O mito de Caliban na interpretação do Brasil acerca da República Velha Brasileira. *Diálogos Americanos*. n. 11. Cidade do México: Universidad Autónoma del Estado do México.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Depoimento Sobre Euclides da Cunha*. Sítio da Academia Brasileira de Letras, 2003. Disponível em: < <http://www.academia.org> >. Acesso em: 15.11.2010 apud ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. s/l, s/d, s/p apud BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

GELLNER, Ernest. O Nacionalismo: mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHMAN, Gopal. (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GOMES, Angela de Castro. Oliveira Vianna: Um statemaker na alameda São Boaventura. In: *Um Enigma Chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GORENDER, Jacob. Liberalismo e Escravidão. Entrevista para *Estudos Avançados*, v. 16, n. 46, São Paulo, 2002. Disponível em: < www.scielo.br >. Acesso em: 10.11.2010.

HABERMAS, Jürgen. As realizações e limites do estado nacional europeu. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

HERDER, J. H. apud RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*. 4. ed. São Paulo: Companhia, Editora Nacional apud MOURÃO, José Augusto. O Jardim do Éden, *Episteme*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

HOUAISS, Antonio et al. *Grande Dicionário Larrousse Cultural da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1995.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de J. Rodrigues de Meringe. Rio de Janeiro, 1990.

KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 1. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.34.

LAS CASAS, Bartolomé. *As índias Ocidentais*. São Paulo: 1944 apud SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

Le BOSSÈ, Mathias. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

LIMA, Carlos. *Genealogia Dialética da Utopia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LOBATO, Roberto Corrêa; ROSENDAHL, Zeny. *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Romantismo e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MACHADO, Ubiratan. *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2004. v. 3.

MARSON, Isabel Andrade; TASINAFO, Célio Ricardo. Considerações sobre a história do livro e de seus argumentos. In: *O Abolicionismo*. Brasília: UnB, 2003.

MELO, Evaldo Cabral de. Um livro elitista? In: *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MONTAIGNE, Michel. *Oeuvres Complètes*. Paris: Galimard, 1995. Bibliothèque de La Pléiade apud e traduzido PINTO, Manoel da Costa. *Alberto Camus, um Elogio do Ensaio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

_____. *Os Pensadores*. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOURÃO, José Augusto. O Jardim do Éden. *Episteme*. n. 15, p. 29-42. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

NABUCO, Carolina. Prefácio. In: NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: W.M Jackson Editores, 1964.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Introdução de Izabel A. Marson; Célio R. Tasinafo. Brasília: UnB, 2003.

_____. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: WM Jackson Editores, 1964 apud FAORO, Raymundo. (Org.). FAORO, Raymundo. História e arte. In: *Um Estadista do Império*.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ODÁLIA, Nilo. *As Formas do Mesmo: o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Unesp, 1997.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Prefácio de Ensaístas Ingleses. *Clássicos Jackson*. V. XXVII. Rio de Janeiro, 1970 apud PINTO, Manoel da Costa. *Alberto Camus: um elogio do ensaio*.

PINASSI, Maria Orlanda. *Da Miséria Ideológica à Crise do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 113.

PINTO, Manoel da Costa. *Alberto Camus: um elogio do ensaio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

PORTELLA, Eduardo. *O Ensaio*. Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.academia.org>>. Acesso em: 25.03.2010. 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. v. 1.

RIBEIRO, Darcy. A civilização emergente. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro: Funarj, 1985.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Ada Natal. *Os Pensadores: história das grandes idéias do mundo ocidental*. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

ROMANO, Roberto. Entre as luzes e os nossos dias. In: DORIA, Francisco Antonio (Org.). *A Crise da Universidade*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

ROMERO, Silvio. Prefácio. In: BARRETO, Tobias. *Vários Escritos*. Ed. Estado de Sergipe, 1926 apud BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. Introdução à história da literatura brasileira. *Revista Brasileira*. (2ª fase). V.8, p. 232-233 apud CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Silvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

_____. *História da Literatura Brasileira*. V. 2. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980 apud DIMAS, Antonio. *O Turbulento e Fecundo Silvio Romero*. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROUDINESCO, Elizabeth. *Jacques Lacan*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 1.

SAYRE, Robert. *Romantismo e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nina Rodrigues: um radical do pessimismo*. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARTZ, Gilson; PRADO JÚNIOR, Caio. Um mestre na dialética do tempo brasileiro In: PRADO JÚNIOR, Caio (Org.). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros (identidade, povo e mídia no Brasil)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da Literatura*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2006. p.46.

STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Edição de base da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.scribd.com>>. Acesso em: 25.04.2010. 1930.

SÜSSEKIND, Flora. *Papéis Colados*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Unicamp, 1997.

TOLSTOI, Leon. *Guerra e Paz, Epílogo, Segunda Parte*. Tradução de Gustavo Nonnenberg. Rio de Janeiro: Ediouro, 1980.

TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Nacional; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

MACHADO, Ubiratan. *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VERÍSSIMO, José. *Juízos Críticos*. Rio de Janeiro: Laemert & Cia., 1904. apud ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Viagem Quase Redonda do PT*. Disponível em: <<http://WWW.acessa.com./gramsci>>. Acesso em: 07.11.2010.

_____. *Esquerda Brasileira e Tradição Republicana*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

VICENTE, Sílvia Moreli. Entre o Inferno e o Paraíso: o ensaio de Gilberto Freyre. *Estudos Linguísticos*. São Paulo: USP, 2005.

VILLEY. *Les Sources et L'évolution des Essais de Montaigne*. 2. ed. Paris, 1933 apud AUERBACH, Eric. *Mimesis: as representações da realidade na literatura ocidental*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva. 2004.

APÊNDICE – Desdobramento da tese: da invenção à interpretação, o século XX

Conforme tentei demonstrar, o ensaio de interpretação do Brasil adquire a sua maturidade durante o período coincidente ao naturalismo artístico, esforço para qual contribuem, de maneira decisiva, as obras de Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha, entre outros. Caso esta percepção esteja correta, talvez seja possível afirmar que o gênero, desde o lançamento de *Os Sertões*, já assumia um formato consolidado, o que não implica dizer definitivo, uma vez que sua evolução ainda hoje encontra-se em impulso. Os abalos, as ratificações e as correções de rumo experimentadas por esta tradição literária, no decorrer do século XX, confirmam tal percepção e servem de prova da solidez da sua estrutura. Afinal, a traição às convenções, em literatura, muitas vezes, antes de sugerir a debilidade de um gênero, comprova seu vigor. O inventário de obras e autores que segue exposto de forma didática e cronológica depõe a favor disso.

• O pré-modernismo

Já se tornou consensual entre os críticos a descrição do pré-modernismo¹⁹¹ como uma fase ou um período da literatura brasileira, nunca um “estilo” no qual se tenha observado elementos estéticos comuns. Com isso, também se dá por pacífica a inexistência de traços de semelhança entre o romance de um Lima Barreto, o conto de um Monteiro Lobato ou ainda a poesia de um Augusto dos Anjos, só para ficar em três manifestações representativas. A cena cultural emergente do pré-modernismo, que consagrou a presença dos intelectuais,¹⁹² conforme o comprova a fundação da ABL (Academia Brasileira de Letras), em 1897, foi prodigamente generosa para o ensaio de interpretação do Brasil numa proporção que provavelmente não atingiu o romance, exceção feita talvez a Lima Barreto. Ou seja, é

¹⁹¹ O termo pré-modernismo tem origem em ATAÍDE, Tristão de. Contribuição à história do modernismo: o pré-modernismo. In: *Primeiros Estudos*. Rio de Janeiro: Agir, 1948.

¹⁹² Num sentido elementar, o termo intelectual designa uma “categoria em particular que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas”. Alguns autores promovem uma equiparação entre o termo intelectual e as classes cultas ao longo da história: “sacerdotes do antigo Egito, mandarins da China clássica, sofistas gregos, doutos humanistas do Renascimento, estudiosos e artistas de qualquer época”. Entre as inúmeras teorias a respeito dessa categoria social, destaca-se, sem dúvida, aquela elaborada pelo pensador marxista italiano, Antonio Gramsci. Dividindo os intelectuais entre “tradicionais” e “orgânicos” o autor dos *Cadernos do Cárcere* explora a tensão entre um segmento tradicional ligado a papel ocupado na produção material e, sobretudo, imaterial e, um outro grupo, dotado de uma consciência particular da necessidade da formulação, a partir de sua própria classe, um projeto para toda a sociedade. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Tradução coordenada por João Ferreira. Brasília: Universidade de Brasília, 1993, p. 637.

justamente nos anos de maior estabilidade da Primeira República, alguns diriam marasmo,¹⁹³ que irão despontar para o público as obras de autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e Monteiro Lobato.

Ajustada ao modelo de atuação do homem de letras do pré-modernismo foi a trajetória de Monteiro Lobato,¹⁹⁴ evolução marcada por todos os elementos constitutivos da face pública dos intelectuais do período: o pertencimento à oligarquia, no caso a de cafeicultores do Vale do Paraíba; a graduação universitária numa faculdade tradicional, a do Largo do São Francisco; a nomeação para cargo público, no caso, o de promotor de justiça; a militância na imprensa, em especial em *O Estado de São Paulo*; a inclinação literária revelada com *Urupês*. Cessam aí as semelhanças com outros autores do período. Isso porque Lobato também enveredou pela produção editorial, e nessa tarefa, apesar dos insucessos comerciais, revolucionou essa atividade, no Brasil, revelando dezenas de escritores de renome. No mais, o autor paulista erigiu-se consciência dos problemas nacionais nem sempre lúcida, mas sempre atuante. A emancipação econômica do país – tema de sua atividade de fulgurante panfletário – foi, aos poucos, monopolizando as suas atividade de escritor. Já em fase madura, encontrou na literatura infantil um veículo de encantamento de gerações que até hoje perdura, apesar das acusações de racismo surgidas de setores do movimento negro.

A passagem do fluminense Alberto Torres constituiu um importante e contraditório momento da afirmação do pensamento social no país. Nascido em 1865, vindo de uma família tradicional da política do Rio de Janeiro, fez parte da geração ardentemente republicana sobre a qual se abateu a frustração pelos bisonhos resultados do sistema de governo instaurado em 1889. Após uma fulgurante trajetória na vida pública que envolveu os cargos de deputado estadual, presidente de província e ministro do Supremo Tribunal Federal, abandonou a política representativa para se dedicar ao jornalismo e ao ensaio. A questão nacional mobilizava todo o seu esforço de reflexão. Escreveu vários livros de grande aceitação à época, entre os quais, o *Problema Nacional Brasileiro*, obra na qual refletia sobre vários temas pertencentes ao repertório de questões comuns à interpretação do país: o caráter do “brasileiro”, as fragilidades de nossas instituições políticas e sociais, a luta pela afirmação econômica do Brasil.¹⁹⁵

¹⁹³ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 48.

¹⁹⁴ Informações biográficas, ver: PASSIANI, Enio. Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil. *Sociologias*. n. 7. Disponível em: <<http://revsoc@ufrgs.br>>. Acesso em: 21.10.2010. Porto Alegre, 2002.

¹⁹⁵ As informações biográficas sobre Alberto Torres foram colhidas em BARIANI, Edison. O Estado Demiurgo: Alberto Torres e a questão nacional. Revista virtual *Achegas*. n. 36, 2007. Disponível em: <<http://www.achegas.net>>. Acesso em: 08.05.2010.

Numa época em que ainda se importava, às vezes com pouco critério, toda sorte de abstrações teóricas e determinismos de várias latitudes, Alberto Torres procurou fazer uma defesa da aclimatação do pensamento:

Filosofia, ciência e política são sistemas de abstrações e de conceitos que nada dizem e realizam, como elementos motores da vida real – nervos e sangue da nutrição e da vontade de um povo. Na prática, cada terra e cada povo tem sua filosofia, a sua arte, a sua política, que não alteram as idéias gerais, aliás limitadíssimas, do saber humano, mas fundam e desenvolvem formas e processos autônomos de viver.¹⁹⁶

Essa atitude pragmática, quando em registro positivo, respondia por boa parte dos momentos mais felizes das fabulações de Torres acerca de temas fundamentais à época: é o caso de suas objeções ao racionalismo “científico”, sua visão positiva da mestiçagem étnica, o caráter antiufanista de suas análises, em tudo diversas do patriotismo ingênuo de Afonso Celso e de Olavo Bilac, a sua bem fundamentada crítica à adoção mecânica de instituições derivadas do federalismo norte-americano, influência patente na elaboração da primeira constituição republicana de 1891. Em sentido menos teórico e mais político, as suas denúncias da dilapidação e entrega das riquezas naturais do país foram precursoras de toda uma retórica anti-imperialista que apenas ganharia nitidez décadas depois. Há limitações, porém, no seu pensamento político. Isso talvez responda pela relativa inconsistência da sua proposta nacionalista que, por várias vezes resvala para a estatolatria, em prejuízo do debate sobre as formas de soberania popular.

Sua escrita ensaística, no que se refere aos recursos formais, perde na comparação com o brilho de dois de seus grandes contemporâneos: Euclides da Cunha e Graça Aranha. Circunstância capaz de indicar o relativo e injusto esquecimento a que foi relegada a sua obra, malgrado os aspectos políticos problemáticos. Seja como for, a evolução dos chamados gêneros públicos, a exemplo do artigo, do discurso e do ensaio de jornal ganhou em Alberto Torres um de seus clássicos. A relevância do autor de *O Problema Nacional Brasileiro* também pode ser aferida pela limitada, mas expressiva galeria de discípulos do autor. Nomes como Oliveira Vianna, a quem veremos posteriormente.

O estilo literário exercitado por Manoel Bomfim em *A América Latina, Males de Origem*¹⁹⁷ não responde pelo impacto que o livro despertou e desperta ao longo de gerações.

¹⁹⁶ TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 29.

¹⁹⁷ BOMFIM, Luiz Paulino. *Pequena biografia de Manoel Bomfim* In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 387.

A força do libelo reside no uso de uma simples metáfora: o processo civilizatório na condição de monstruosa simbiose entre seres vivos, em que o colonizador europeu encarna o parasita e os povos do Novo Mundo, os organismos exaustos e exangues. A estrutura narrativa do ensaio, singularizada pelo uso de recursos ficcionais buscados junto à retórica, como o uso intensivo da ironia e da repetição, mesmo mostrando-se reverente a várias convenções da estética naturalista ainda corrente à época do aparecimento da obra, em 1905, em vários momentos supera as suas limitações de origem. Trata-se de uma obra pela qual o interesse dos estudiosos não cessa de crescer nos últimos anos, particularmente em vista da originalidade do ponto de vista do seu autor ao reconstituir a trajetória dos povos latino-americanos desde suas origens na Ibéria Católica até os processos em curso após as lutas por independência política.

Não obstante a dicção naturalista e o conseqüente respeito aos postulados de feição biológica, na visão de Manoel Bomfim, os “males de origem” que se abatiam sobre a nossa história em nada resultavam do “clima”, das “raças” ou da “geografia”. Seriam, antes, resultado de circunstâncias que podiam ser buscadas em nossa evolução como povo, em especial nas particularidades de nossa colonização. Em suma, as hipóteses do autor faziam antever, ainda que de maneira bastante embrionária, o papel das relações sociais na arquitetura de nossos processos formativos.

Mencionar aqui neste espaço o engajamento firme de Manoel Bomfim na transformação das estruturas seculares de espoliação econômica e política da imensa maioria da população brasileira não implica concebê-lo na condição de um jacobino. Longe disso. Um câmbio revolucionário não passa pelo receituário prescrito no texto de *América Latina, Males de Origem*. Ali o que se advoga é a reforma da instrução pública, a ruptura educacional para criar um novo ponto de partida e com isso gerar um ciclo virtuoso de nossa história:

Parecerá anacrônico, neste momento da história ocidental, vir fazer apologia da instrução. Será anacrônico, mas indispensável; não há propaganda mais urgente. Apesar de nas classes dominantes, entre os inteligentes e cultos todos se digam convencidos da excelência e das vantagens da instrução; apesar de que pretendam considerar essa excelência e vantagem como verdades banais; apesar disso, e por isso mesmo, a propaganda se impõe: porque o assunto é tido hoje como indiscutível e banal, é que ninguém dele se ocupa, nem para impugná-lo, nem para executar o programa que daí deriva. Para o progresso e para a civilização, desde que a massa popular continua ignorante, e que ninguém cogita em instruí-la, é como se não houvesse tal convicção. É mister retomar a propaganda, e não cessar enquanto a idéia não tiver realização.¹⁹⁸

¹⁹⁸ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 360.

Essa militância em favor da educação pública transitou da dimensão teórica para o terreno prático: nos anos que se seguiram ao lançamento de sua obra mais importante, Manoel Bomfim dedicou-se com afinco à tarefa de implantar a rede de escolas do antigo Distrito Federal, a maior da América Latina. Em meio a todo esse esforço jamais abandonou o ofício de escritor. Escreveu tratados de pedagogia, livros didáticos e retornou ao ensaio de interpretação do Brasil em obras como *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1928), *O Brasil Nação* (1929), *O Brasil Nação II* (1930), que vêm sendo relançadas nos últimos anos, após um enorme período de hibernação. Ainda assim, *América Latina, Males de Origem*, continua sendo o momento mais lembrado da verve teórica de Manoel Bomfim.

Harmoniosamente articuladas entre si, a vida e a obra de Manoel Bomfim antevêm várias possibilidades de engajamento teórico e prático na luta por um país mais justo e igualitário, algumas delas apenas plenamente desenvolvidas décadas após o desaparecimento do ensaísta. É por isso que a leitura de seus escritos prossegue na condição de experiência gratificante e de interesse crescentemente renovado para as novas gerações.

Quando o primeiro livro de Oliveira Vianna foi lançado, em 1920, as concepções teóricas vinculadas a matrizes evolucionistas e biologizantes já haviam perdido fôlego. Isso não impediu o sucesso alcançado por *Populações Meridionais do Brasil*. No entanto, hoje é possível dizer seria um desperdício enxergar as propostas desse sociólogo fluminense apenas à luz do seu arianismo, conforme adverte Angela de Castro Gomes.¹⁹⁹ Conquanto sua obra, especialmente a da primeira fase, efetivamente seja marcada pelo diálogo com o racismo, em especial o de Gobineau, esse aspecto não encerra a parte mais substancial de sua contribuição ao ambiente de idéias no Brasil. Mais do que a dinâmica racial, o papel do Estado na construção da nacionalidade, ocupa a maior parte do seu esforço reflexivo. No entender desse discípulo de Varnhagen e Alberto Torres, o atraso de nossa formação histórica decorreria do seu *insolidarismo*, da sua incapacidade de produzir coesão em seus processos genéticos. Por esse ângulo, o contágio com as instituições do liberalismo político não produziria outro efeito que não o de reforçar a componente de debilidade da vida pública brasileira. Daí o seu interesse por formas corporativas de relacionamento entre Estado e sociedade e a consequente crítica à democracia parlamentar.

O quanto o Estado Novo de Vargas, em 1937, foi buscar inspiração nas ideias de Oliveira Vianna não parece uma questão ociosa. Seu ensaísmo, de fato, apresenta contornos

¹⁹⁹ GOMES, Angela de Castro, Oliveira Vianna . *Um statemaker na alameda São Boaventura*. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 146.

de uma sofisticada agenda de produção do novo a partir de uma visão conservadora, de filiação ibérica. Na medida em que os ciclos de modernização pelo alto costumam a se repetir por aqui, com certa regularidade, nada mais útil que a leitura desse clássico do nosso pensamento social.

Modernismo: vanguardas estéticas

Ano-síntese do novo estado das coisas, e não à toa efeméride do centenário da independência, 1922 inaugura um ciclo decisivo na história cultural brasileira. Os protagonistas do processo encontram-se em idade muito precoce, então: Mario de Andrade, Anita Malfati, Luiz Carlos Prestes, Oswald Andrade, Pixinguinha, Gilberto Freyre, Oscar Niemeyer, entre muitos outros. Tanto fora do Brasil quanto aqui o relógio da história se acelera em eventos como a Revolução Bolchevique (1917), o surto de revoltas tenentistas, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Na arte, a vanguarda europeia promove a crítica das linguagens estéticas então consolidadas, criando precedentes que inspiram eventos como a Semana de Arte Moderna, em São Paulo. E no plano social, é possível constatar uma progressiva diferenciação na composição das classes, com o crescimento das camadas médias e do proletariado urbano.

Pelo que se assiste, não há propriamente uma euforia, o que se verifica, ao momento, apresenta características mais sóbrias. Trata-se de enxergar os graves problemas do Brasil sob uma ótica destituída de fatalismo. Os aspectos mais aberrantes das nossas sucessivas formações sociais, em destaque a desigualdade entre as classes, adquirem explicação racional à luz dos desenvolvimentos das ciências humanas. É, ainda, nesse quadro, que as relações culturais da intelectualidade brasileira, no sentido centro-periferia, sofrem mutação, pois os próprios europeus passam a valorizar e dialogar com a herança do barroco artístico produzido em nossos trópicos. Os efeitos dessa inflexão do pensamento não parecem desprezíveis: implicam conceber o passado, o presente e futuro em aberto, sem ilusões, mas sem condenações apriorísticas.

Evidentemente, tanto no que se refere aos aspectos da temporalidade quanto em relação ao seu alcance nacional, o modernismo não será inteiramente homogêneo. Em outras palavras, o processo cultural em curso nos anos vinte do século passado pagará o devido tributo às ideologias fim de século que o procederam. No plano político, os tenentes buscam inspiração teórica, em sua imensa maioria, nas versões atenuadas do positivismo comtiano.

Em contrapartida, a audiência obtida por estudos de natureza evolucionista e spenceariana como *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado e *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, comprovam o quanto o debate cultural brasileiro ainda se vê influenciado pelas velhas matrizes. No entanto, mesmo com esse tipo de ressalva, é preciso reconhecer a enorme dimensão da mudança de mentalidade produzida no período. É com o modernismo que instrumentais até hoje em voga, a exemplo da sociologia webberiana, a antropologia de Franz Boas e o marxismo, fazem sua primeira aparição no cenário cultural brasileiro.

No caso particular, no entanto, do ensaio de interpretação da realidade, o predomínio da literatura sobre as ciências humanas ainda permanece. De forma distinta do período anterior, tal não ocorre em virtude da relativa incapacidade de manejo teórico da ferramenta transplantada. Homens como Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Hollanda, com estágios de educação nos países centrais, não padecem dessa dificuldade. A escolha da literatura como discurso coordenador de suas investigações sobre o país decorre das suas escolhas individuais. O fenômeno literário, ainda, consiste no fermento do espírito dessa geração. Seja em tempo integral ou apenas por diletantismo, todos são poetas, contistas, romancistas e críticos. Não parece aleatório, portanto, que a primeira grande leva de ensaios modernistas, apenas ocorra na década de 1930, quando a linguagem dos experimentos da grande explosão estética do decênio anterior começa a se decantar.

Quando *Casa Grande & Senzala* vai a público, em 1933, a repercussão atinge grandes proporções. Para os entusiastas desse ensaio, a obra revigora os estudos sociais e históricos, ao defender a viabilidade do Brasil em seu estatuto de civilização. Ao mesmo tempo, surpreende o meio intelectual do período a audácia com que o sociólogo pernambucano sustenta, em oposição a toda teoria social precedente, a valorização da mestiçagem étnica e cultural. Alguns detratores, situados num espectro mais à esquerda, no entanto, opõem críticas ao livro, especialmente a visão idílica do passado, atitude cultivada por Gilberto Freyre com vistas a propalar a existência de uma suposta democracia racial entre os brasileiros. Para além da polêmica acerca das suas teses, chama a atenção dos leitores a linguagem abrigada nas páginas da obra. Seu caráter “impuro” merece uma observação particular de Antonio Candido, que é extensiva a toda a obra do autor:

Uma vez constatado que é difícil e desnecessário classificá-lo, dada a natureza de sua personalidade intelectual, a fecunda diversidade do seu pluralismo, compreenderemos melhor a ambigüidade dinâmica sentida na leitura de sua obra – onde, quando saímos à busca do sociólogo, deslizamos para o escritor; e quando procuramos o escritor, damos como o sociólogo. Se procurarmos especificamente o crítico, acharemos quase sempre o estudioso

que utiliza impuramente a literatura para fins da sua construção sociológica; torna-se de súbito tratamento vivificante, que retorna sobre a literatura a fim de esclarecê-la.²⁰⁰

Dotada de um teor de “impureza” estilística muito menos pronunciado que a de Gilberto Freyre, a obra de Sérgio Buarque de Holanda, em especial, *Raízes do Brasil*, nem por isso deixou de se utilizar do tratamento que vai da teoria à literatura. Porém, com relevantes diferenças. O mesmo Antonio Candido ressalta, com inteira razão,²⁰¹ que o ensaio do escritor e crítico paulista, em contraste à luxuriante prosa teórica de Gilberto Freyre, é um livro “curto, discreto, de poucas citações”²⁰². Elaborado num tom geral de “parcimoniosa elegância e rigor de composição escondido pelo ritmo despreocupado e às vezes sutilmente digressivo”.²⁰³ Recorrendo à memória, o mestre uspiano também evoca as impressões de sua geração ao aparecimento dessas duas obras precursoras, concluindo por afirmar que *Raízes do Brasil* teria tido um impacto mais discreto sobre a imaginação dos jovens de então.

Com a passagem do tempo, no entanto, a originalidade da obra síntese de Sérgio Buarque de Holanda tornou-se cada vez mais evidente. E o raio de sua influência teórica não cessou de crescer. De Raymundo Faoro aos grandes nomes da sociologia universitária da década de 1960, tais como Fernando Henrique Cardoso, é extensa e representativa a galeria dos pensadores que dialogaram com os temas e desenvolvimentos articulados nas páginas de *Raízes do Brasil*, em especial o caráter do chamado homem brasileiro, suas origens na Ibéria católica, sua cordialidade definida pelos afetos superficiais e sua incapacidade de distinguir entre os interesses públicos e privados.

É de se indagar a medida da influência de Mário de Andrade na formação da atitude mental de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Pois, embora a reflexão sobre o Brasil do autor de *Macunaíma* não assumia caráter epistemológico de “ciência”, com a possível exceção a seus estudos de antropologia das artes e da filologia, é possível detectar em sua obra uma forte recusa a qualquer tipo de amadorismo teórico. A escrita ensaística andradina, comprova-o o *Ensaio sobre a Música Brasileira*, revela-se muito mais atenta a questões de método que o ensaio livre exercitado por seus colegas de modernismo, entre os

²⁰⁰ CANDIDO, Antonio. O significado de raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 10. apud VICENTE, Sílvia Moreli. Entre o inferno e o paraíso: o ensaio de Gilberto Freyre. *Estudos Linguísticos*. V.XXXIV. São Paulo: USP, 2005, p. 681-685.

²⁰¹ CANDIDO, Antonio. O significado de raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 10.

²⁰² CANDIDO, Antonio. O significado de raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 10.

²⁰³ Ibid.

quais Oswald Andrade, Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, Cassiano Ricardo, Sérgio Milliet, Álvaro Moreyra, Prudente de Moraes Neto, Rodrigo Melo Franco.

Com Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, têm curso as últimas interpretações do Brasil lastreadas na literatura. As próximas gerações de ensaístas serão progressivamente influenciadas pelas exigências e formatos derivados da pesquisa universitária. Porém, a principal contribuição desses três pensadores, a de transformar o termo nação numa categoria de enorme funcionalidade, será definitivamente incorporada ao conjunto do pensamento brasileiro.

Modernismo: vanguardas políticas

As ideias de Marx e Engels, o corpo teórico definido como materialismo histórico, aportou no Brasil aos poucos. Desde os fins do século XIX, já havia interesse na leitura de obras como o *Manifesto Comunista* e *Anti-During*, em seus originais em alemão ou traduções francesas. Foi, no entanto, com a ascensão do movimento operário e a eclosão das gigantescas greves de 1917 e 1919, no Rio de Janeiro e principalmente em São Paulo, que a consciência teórica do proletariado se deslocou das suas versões anarquistas e socialistas em direção ao marxismo. A fundação do PCB (Partido Comunista Brasileiro), em 1922, atestou a tendência. Não demoraria muito para que a vertente do materialismo histórico local produzisse a sua primeira tentativa de síntese da trajetória histórica e social brasileira: *Agrarismo e Industrialismo*²⁰⁴ escrita pelo dirigente comunista Otávio Brandão, em 1926. Nesse estudo, de importância histórica, ocorre uma tentativa de adaptação ao Brasil das teses da Internacional Comunista (I.C) para os chamados países coloniais e semi-coloniais. Por intermédio desse documento, tiveram curso no debate intelectual brasileiro, pela primeira vez, a noção do protagonismo das classes sociais no processo histórico e o conceito de imperialismo nos moldes formulados por Lênin. *Agrarismo e Industrialismo* também guarda grande fidelidade a uma característica marcante dos escritos formulados sob inspiração do marxismo no período: o papel da teoria como guia para a ação do sujeito histórico comprometido com um processo revolucionário da natureza explosiva, imediata.

Essa componente voluntarista do marxismo local, facilmente demonstrado na insurreição militar de 1935, não é um privilégio brasileiro. Em outros lugares isso também ocorreu. A Internacional Comunista estimulou esses processos de substituição da teoria pelo

²⁰⁴ Sobre o *Agrarismo e Industrialismo*, ver KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 146.

engajamento. O que chegou a ser notável foi a rapidez, em termos históricos, com o que materialismo histórico no Brasil começa a produzir suas primeiras análises válidas, arejando assim o ambiente da discussão cultural. E isso mesmo sob a camisa de força de todo o esquematismo inerente ao método que alguns prefeririam dar o nome de marxismo vulgar, mas poderíamos denominar de marxismo da urgência.

O grande nome do período inaugural do marxismo no Brasil foi, indubitavelmente, Astrojildo Pereira.²⁰⁵ Dirigente político, jornalista e, sobretudo, crítico literário, o autor de *Crítica Impura*, antes mesmo de tornar-se o secretário-geral do PCB, já trazia em seu currículo a credencial de grande estudioso da obra de Machado de Assis. Toda a sua vida representou um combate cerrado ao dogmatismo e estreiteza assumidos pelas direções do movimento comunista em várias ocasiões da vida pública brasileira entre as décadas de 1920 e 1950. Devido à perseguição política e aos momentos de ostracismo, pouco tempo pôde dedicar ao seu talento de historiador. Porém, a publicação da coletânea *Interpretações*, destinada a reunir exercícios de interpretação da trajetória do Brasil escritos entre 1929 e 1944, fornece uma amostra do que poderia ter sido a sua escrita ensaística caso tivesse sido mais permanente e menos episódica. Ainda sob os primeiros impactos da recepção da obra de Marx no Brasil, é digna de registro a contribuição de juristas como Castro Rebelo, Leônidas Rezende e Hermes Lima a uma teoria do Estado capaz de avançar na denúncia das mazelas da organização social brasileira.

Pensamento militante, formulado para atender às exigências de formulação mais prementes da classe trabalhadora, o marxismo local, a exemplo do resto do mundo, desenvolveu-se debaixo de muita pressa. Porém, essa urgência da teoria foi devidamente arquivada com a derrota dos movimentos de esquerda na Europa, ao longo da década de 1930, inclusive o colapso da República Espanhola, e com a ascensão de regimes abertamente fascistas, em particular na Alemanha e Itália. Por aqui, a eclosão do golpe corporativista de direita, o chamado Estado Novo, em 1937, também sinalizou o advento de uma conjuntura marcada pela dilatação do tempo histórico para um possível trânsito ao socialismo. Não parece se incluir no terreno das coincidências o fato do primeiro grande esforço, inteiramente bem-sucedido, entenda-se, para a compreensão da singularidade do Brasil, no âmbito do materialismo histórico, haver ocorrido apenas em 1942, com o lançamento de *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, que juntamente com Nelson Werneck Sodré, a

²⁰⁵ KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p.144.

quem veremos posteriormente, forma a primeira geração de autores canônicos do marxismo brasileiro.

Publicado cerca de oito anos após *Evolução Política do Brasil*, com lastro numa pesquisa histórica de enorme fôlego, *Formação do Brasil Contemporâneo* representou a maioria dos estudos vinculados a uma ótica de interpretação da realidade brasileira. Isso porque a noção de sentido da história, já esboçada em Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, adquire em Caio Prado Júnior, pela primeira vez, expressão literal:

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto de fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se transforma numa linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa e dirigida sempre numa determinada orientação.²⁰⁶

Essa opção pelo “conjunto” em detrimento do “pormenor”, apenas possível sob a moldura de uma lógica marxista destinada a explorar a tensão dialética entre pares contraditórios como “geral” e “particular”, responde pela originalidade epistemológica da empreitada de Caio Prado Júnior, em seu esforço bem-sucedido de aclimatar ao nosso terreno nacional as categorias de pensamento do materialismo histórico, demarcando simultaneamente suas diferenças em vista das produções teóricas do marxismo da urgência.

Em chave comparativa, o sociólogo Gilson Schwartz aponta diferenças decorrentes da abordagem proposta pelo autor de *Revolução Brasileira*, em relação a seus contemporâneos:

Caio Prado Júnior foi menos esquemático e, por isso mesmo, sua obra permanece como uma importante contribuição ao entendimento não apenas do caráter brasileiro, mas do sentido da história brasileira. Notáveis contemporâneos seus, igualmente célebres por investigar o significado da “brasilidade”, haviam concentrado seus focos sobre aspectos parciais. Gilberto Freyre sublinhava a família patriarcal. Sérgio Buarque de Holanda alertava para o espírito colonizador tropical, em contraponto à missão dos colonizadores que ocuparam a América do Norte.²⁰⁷

Além das diferenças mencionadas acima, a obra de Caio Prado Júnior ainda trazia outra distinção importante: a partir do lançamento de *Formação do Brasil Contemporâneo* inicia-se a progressiva retirada da literatura, de início discreta e pouco perceptível, do papel

²⁰⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 403.

²⁰⁷ SCHWARTZ, Gilson. Um mestre na dialética do tempo brasileiro. In: PRADO JÚNIOR, Caio. (Org.). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 401.

de discurso teórico coordenador dos estudos sistemáticos sobre a realidade brasileira. Essa função de “dar liga” ao esforço de reflexão sobre a nossa trajetória, ao que tudo indica, será assumida pelas ciências humanas. Não parece difícil avaliar a responsabilidade do desenvolvimento dos cursos universitários, em especial a fundação da USP (Universidade de São Paulo), em tudo isso. Assim, a primeira área do conhecimento a se emancipar da literatura, pelo que se vê, será a historiografia. O que não chega ser novidade: num país de pouca tradição de estudos especulativos, conforme esclarece Muniz Sodré, era natural que a historiografia²⁰⁸ assumisse as tarefas cumpridas pela filosofia nos países centrais.

Caio Prado Júnior trouxe, portanto, para o ensaio de interpretação do Brasil um padrão derivado da disciplina dura da historiografia em estágio de delimitação de objeto, processo para o qual o autor paulista contribuiu em escala planetária, conforme o reconheceu o próprio Ferdinand Braudel. Mas isso não o fez impor o uso de uma linguagem técnica, até porque esta última não estava de forma alguma consolidada, então. Dessa maneira, ainda que seu estilo não exiba a exuberância de um Gilberto Freyre, ou a limpidez de um Joaquim Nabuco, por exemplo, tampouco remete a jargão técnico. É escrita clara, densa, rigorosa, por vezes até difícil, embora sem hermetismo, um movimento que vai da teoria para a teoria.

A tradição em grande parte moldada por Caio Prado Júnior prosperou, cresceu, dividiu-se em múltiplas vertentes, seguindo a tendência mundial. Migrou em parte para as universidades, mas nunca abandonou seu principal veio: os movimentos sociais. Seus autores acertaram em algumas de suas predições, noutras vezes consagraram notáveis equívocos de análise. Mas como disse um deles, são inelimináveis da cena cultural brasileira. A galeria dos notáveis alinha sociólogos como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Chico de Oliveira, Carlos Estevam Martins, economistas como Ignácio Rangel, Heitor Ferreira Lima, Ladislau Dawbor, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Maria da Conceição Tavares, historiadores como Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder, Clóvis Moura, Nelson Werneck Sodré, cientistas políticos como Carlos Nelson Coutinho, Emir Sader e Luiz Werneck Vianna e críticos como Ferreira Gullar, Roberto Schwarz e Mário Pedrosa, entre muitos outros.

De forma inteiramente coerente com suas linhagens francamente internacionalistas, o tema nacional, nos moldes fixados por Joaquim Nabuco ou Euclides da Cunha, frequentou pouco os esforços teóricos do marxismo local. Mesmo assim, além dos já citados Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, qualquer levantamento dessa natureza seria omissos sem a

²⁰⁸ SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros* (identidade, povo e mídia no Brasil). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 91.

referência ao *Escravidismo Colonial*, de Jacob Gorender, notável tentativa de aplicar o conceito de modo de produção à trajetória histórica brasileira, com vista a indagar acerca da singularidade de nosso trajeto.

- **A geração técnica**

Durante boa parte da primeira metade do século passado, o centro da vida das ideias no país ainda reside na imprensa, de onde os principais intelectuais do período irradiam sua influência. Nesse contexto, o ensaio frequenta as páginas dos grandes diários em suas modalidades mais livres, impressionistas, particularmente no que se refere à crítica de arte, em destaque a literária. Ocupando espaços variados dentro dos jornais, desde artigos de fundo até colunas permanentes, mas na maioria composta no espaço de um quarto inferior de página, esse tipo de crítica é, por isso mesmo, denominada “crítica de rodapé”.

Essa instituição cultural de grande folha de serviços prestados à cultura brasileira tem sua fisionomia tracejada por Flora Sussekind, no trecho que segue:

Os anos 1940 e 1950 estão marcados no Brasil pelo “triunfo da crítica de rodapé”. O que significa dizer: por uma crítica ligada fundamentalmente à *não especialização* da maior parte dos que se dedicam a ela, nas sua quase totalidade “bacharéis” ao meio em que é exercida, isto é, o jornal – o que lhe traz, quando nada, três características formais bem nítidas: a oscilação entre crônica e noticiário puro e simples, o cultivo da eloquência, já que se tratava de convencer rápido leitores e antagonistas, e a adaptação às exigências (entretenimento, redundância e leitura fácil) e ao ritmo industrial da imprensa; a uma *publicidade*, uma difusão bastante grande (o que explica, de um lado, a quantidade de polêmicas e, de outro, o fato de alguns críticos se julgarem verdadeiros diretores de consciência de seu público, como costumava dizer Álvaro Lins); e, por fim, a um diálogo estreito com *o mercado*, com o movimento editorial contemporâneo.²⁰⁹

Embora esse sistema apoiado sobre o binômio mercado editorial/imprensa seja capaz de levar a público obras como *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, essas contribuições parecem, hoje, bastante divorciadas do tipo de métodos de pesquisa, de relação com a teoria e mesmo do público alvo cultivados pelo ensaio impressionista. A fruição de sofisticadas análises desenvolvidas pelos autores acima pressupõe a criação de um movimento cultural à parte, que se inicia nas vanguardas estéticas e políticas das décadas de 1920 e 1930 e deságua na consolidação de um sistema universitário.

²⁰⁹ SÜSSEKIND, Flora. *Papéis Colados*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, p. 16-36.

Não faz parte dos objetivos dessa pesquisa a reconstituição minuciosa da história da universidade no Brasil. É preciso, no entanto, distinguir algumas das características mais gerais do formato assumido por esta instituição, por aqui. Pois, conforme esclarece o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) e atual senador da República, Cristóvão Buarque,²¹⁰ de maneira diversa dos demais países da América Latina, o Brasil não teve universidades renascentistas criadas nos primeiros séculos da colonização. Logo, a universidade local cresceu comprometida com um modelo criado nos países desenvolvidos, baseado num sistema de faculdades independentes. Nesse momento, cuja vigência estende-se até 1945 e abarca a fundação da Universidade do Brasil, atual UFRJ, em 1920 e da USP, em 1934, as instituições universitárias estão inteiramente comprometidas com a chamada questão nacional, fazendo repercutir os temas e as fixações inauguradas com a voga modernista.

Por certo, esse engajamento na construção de uma consciência nova frente ao país não apresenta contornos homogêneos. Visões mais autoritárias, outras mais democráticas confrontam-se no espaço dos campi. Os graus de autonomia frente ao Estado também variam bastante. Seja como for, a universidade conseguiu impor-se, em seus melhores momentos, na avaliação de Roberto Romano²¹¹ como espaço onde a crítica se exercitou, produzindo cientistas e acadêmicos refinados, bem como lúcidos cidadãos. Exemplo dessa formação de *intelligentsia* pode ser buscado na primeira geração de professores graduada na USP. Em contradição com as expectativas oligárquicas dos fundadores daquele centro universitário, entre os quais Júlio de Mesquita, a USP fez aportar ao debate intelectual brasileiro, em especial no campo das humanidades, um acervo enorme de contribuições teóricas comprometidas com a democratização da sociedade brasileira.

Essa cultura universitária uspiana, cujo centro emanava da Faculdade de Filosofia – a chamada Maria Antônia, por se encontrar na rua do mesmo nome em São Paulo –, procedeu uma nova configuração da questão nacional. Não foi uma ruptura ontológica da compreensão da realidade, essa viria depois. Representou, isso sim, o anúncio de novos métodos de pensamento patrocinados por jovens dotados de uma formação “técnica”, conforme detectou Mário de Andrade, mocidade responsável pela atualização, sem paralelo até então, do debate epistemológico em curso no país. Ao contato com mestres franceses importados, entre os quais Jean Mangué, Gilles Granger, Roger Bastide e, até Levis-Strauss, a universidade brasileira se propôs a acertar contas com o atraso. Visto à distância, à margem de uma

²¹⁰ BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 21.

²¹¹ ROMANO, Roberto. Entre as luzes e os nossos dias. In: DORIA, Francisco Antonio. *A Crise da Universidade*. Rio de Janeiro: Revan, 1998, p. 15-44.

rememoração apologética, é de se reconhecer que esse processo representou uma confissão extremamente valiosa de nossas limitações intelectuais.²¹²

O filósofo Paulo Eduardo Arantes, num estudo sobre o período de formação da Maria Antonia, pareceu resumir a atitude intelectual de toda a área de humanidades uspiana, entre as décadas de 40 e 60 do século passado:

Devíamos, assim, a nossa prosperidade acadêmica a um breviário de fachada anticonvencional, porém de raízes comprometedoras. Alguém acostumado a observar o movimento das marés numa cultura dependente como a nossa e, portanto, sabedor de que nela o processo intelectual costuma andar com as bolas trocadas, louvaria o tirocínio de quem preferia a trilha batida de uma cultura escolar, porém organizada, à quimera das grandes admirações avulsas. Os benefícios não foram pequenos quando se tem em mente o imperativo de acertar o passo com o mundo moderno. Penso sobretudo no cunho coletivo que a ênfase na aquisição ordenada de uma técnica de fundo imprimiu às ambições filosóficas uspianas. Por outro lado, à medida que a disciplina cinzenta do método se impunha e adia o momento consagrador dos grandes investimentos “dogmáticos”, formava-se uma rotina que por seu turno revelava o caráter cumulativo que, aos poucos, estava assumindo o conjunto de nossos cacoetes.²¹³

Essa ênfase no labor coletivo, na aquisição do método, em contraponto ao brilho autodidata das obras individuais e isoladas, marca a particularidade da contribuição da primeira geração uspiana ao tema nacional. São ideias que fazem ressoar o Mário de Andrade da segunda metade da década de 1920, momento da autocrítica do autor de *Macunaíma*, em face dos excessos iconoclastas dos primeiros anos modernistas. Não à toa esse movimento de reorganização da vida intelectual brasileira encontrará sua expressão mais típica num seguidor das ideias andradinas: Antonio Candido de Mello e Souza.

Egresso de uma das primeiras turmas de Ciências Sociais da USP, em 1943, o autor de *Literatura e Sociedade* participou da resistência política ao Estado Novo e militou na chamada crítica de rodapé, assinando resenhas durante décadas. Mas o seu espaço, por excelência, de atuação foi o da pesquisa e a da docência universitária. A carreira de Antonio Candido simboliza o aparecimento de um novo tipo de intelectual. Ele pertence à classe média, detém uma grande capacidade de atualização teórica e adota uma ética de servidor público. Seu vínculo é com o Estado e não com os governos. Está, portanto, profissionalmente “empenhado” em um projeto de superação do atraso e a da desigualdade social que singularizam nossa organização social. Ao mesmo tempo, sua bagagem demonstra-se decididamente cosmopolita, espécie de duplo registro comum aos homens de ideias formados no segundo pós-guerra. Este tipo de intelectual desenvolve uma enorme desconfiança em face

²¹² ARANTES, Paulo Eduardo. *Um Departamento Francês de Ultramar*. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 61-87.

²¹³ ARANTES, Paulo Eduardo. *Um Departamento Francês de Ultramar*. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p.18.

da improvisação, do diletantismo que marcam a época anterior a si. Exemplo negativo aos olhos dos moços de então, pelo seu pouco interesse por questões metodológicas, Oswald Andrade os definirá, com toda a sua conhecida verve, como os *chato boys*.

Para esses primeiros pesquisadores profissionais, o “Brasil”, qual objeto de uma vivisseccção, começa a ser retalhado em vários departamentos – a exemplo da organização universitária –, mercê das especializações econômicas, sociológicas, históricas, antropológicas, linguísticas, entre outras determinações. Essa nova abordagem dos problemas do país exige uma expressão própria: a do tratado universitário, isto é, uma forma de escrita destinada, pelo menos em termos ideais, a depurar os objetos do conhecimento, no curso da formulação das hipóteses científicas, de toda a ambiguidade e indeterminação presentes na forma do ensaio. Esse procedimento, desnecessário salientar, destina-se a depor de maneira veemente em favor de um descolamento da tradição cultural praticada até então. Pedra angular desse estado de coisas, *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos*, aponta para um historicismo bem temperado e distante do evolucionismo ao propor a existência de um sistema literário brasileiro assentado sobre as relações entre a tríade público, obras e conjuntura. O seu aparecimento, em 1957, confirma o novo caminho para os estudos monográficos produzidos no país.

Artífice dos métodos epistemológicos e técnicas textuais legados pela primeira geração técnica, Antonio Candido parece admitir, no entanto, a possibilidade de a prosa teórica utilizar-se de variados meios de expressão e não só do tratado de molde universitário. Ao longo dos anos, ele mesmo, em várias ocasiões, fez uso do ensaio de interpretação da realidade brasileira, conforme é o caso da magistral *Dialética da Malandragem*, em que a propósito da leitura de *Memórias de Um Sargento de Milícias*, o autor uspiano procede uma bem urdida exploração do caráter das relações sociais em nosso país, sob a égide do cunhadismo.

Outro fenômeno típico do período de implantação universitária é Florestan Fernandes. Da mesma maneira que outros contemporâneos seus, apesar da rica militância nos grupos trotskistas minoritários do movimento comunista e da passagem pela imprensa diária, este sociólogo uspiano sempre fez da cátedra sua principal trincheira na batalha das ideias. Responsável por uma estimulante mescla de marxismo e sociologia funcionalista americana, Florestan constituiu a face mais ostensivamente radical do espectro político abarcado pela primeira geração da Maria Antonia. Essa face *gauche* não impediu a sua total integração ao padrão uspiano de busca da excelência nos métodos de pesquisa e atualização teórica, para só então partir para as confirmações de hipóteses. Isso talvez explique o caráter temporão de sua

obra mais importante, *A Revolução Burguesa no Brasil*, um típico ensaio de interpretação do Brasil.

Outros nomes de grande importância figuram na primeira leva de professores oriundos das humanidades da USP: Gilda Mello e Souza, Paulo Emílio Salles Gomes, Ruy Coelho, Décio de Almeida Prado, Alfredo Mesquita, Oracy Nogueira, Maria Isaura Pereira de Queiroz, entre muitos outros. Esse coletivo de intelectuais, além da sua própria e relevante produção teórica também deixa outra obra das mais importantes: o estabelecimento dos elementos para uma política de longo prazo para a pesquisa e o ensino universitários no país. Formulada para além das contingências de uma época decisiva que assistiu, entre outros eventos, ao trauma de uma guerra mundial, ao crescimento industrial acelerado e à redemocratização do país, essa agenda apresentou resultados que apenas se mostrariam visíveis muitos anos depois, já na década de 1960, quando uma geração de alunos egressos da Maria Antônia, mais uma vez, ajudou a mudar os rumos das interpretações sobre o Brasil.

O nacionalismo do ISEB

Uma casa em estilo neoclássico, situada no bairro carioca de Botafogo, foi cenário de cursos e debates que mudaram o rumo do debate intelectual brasileiro nos anos que precederam a coordenada funesta do golpe militar de 1964. Entre os seus frequentadores, boa parte da *intelligentsia* engajada na luta contra o atraso de nossas instituições políticas e econômicas: Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel, entre outros. Eventualmente, outros dois personagens de grande importância também marcaram presença: o economista Celso Furtado e o antropólogo Darcy Ribeiro. O local era a sede do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), agência paraestatal criada durante o governo de Juscelino Kubsticheck, vinculada ao Ministério da Educação, com o objetivo manifesto de promover o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da economia, da sociologia, da política, da história e da filosofia a fim de aplicar as categorias e os métodos dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira.²¹⁴ Voltado para o atendimento de uma agenda manifestamente militante, o ISEB se integra na grande euforia experimentada pelo país durante os chamados anos dourados. E deve, portanto, ser enxergado em sincronia com os movimentos de renovação da arte e da cultura no período, tais como o cinema novo, a bossa nova, o teatro de

²¹⁴ Informações sobre o ISEB obtidas em CORBISIER, Roland. *Autobiografia Filosófica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 272.

Arena, a poesia concreta, a arquitetura de Brasília, entre outros marcos. Sua importância foi menos acadêmica e muito mais política: em seus quadros floresceu a ideologia do desenvolvimentismo em conjugação com o tema da justiça social. Aparentemente antiquada, especialmente após o esforço universitário de separar nacionalismo de questão nacional, a ideologia isebiana jamais escondeu seus vínculos em face dos movimentos de libertação dos povos do terceiro mundo contra a opressão colonialista.

Frequentador das atividades daquela agência, o cientista político Luiz Werneck Vianna evoca reminiscências da época:

Eu fui aluno do ISEB, daqueles cursos regulares, com duração de um ano. Fiz o curso em 1961 ou 1962, não lembro. E eram cursos em que o auditório ficava lotado. Quem chegava tarde, porque trabalhava, sentava nos jardins e ouvia as aulas pelo auto-falante, em unção cívica. E o tema dominante era o da nação. Toda a construção, inclusive filosófica, no caso de Vieira Pinto, era nesse sentido. Parecia que o mundo caminhava naquela direção. A Argélia era um caso muito forte naquela época. Sartre era o grande pensador desse movimento, e os *Condenados da Terra*, de Fanon, servia como roteiro para uma geração de intelectuais do Terceiro Mundo. Pela questão nacional, formou-se uma consciência republicana no Brasil.²¹⁵

Não faz parte dos objetivos deste trabalho o balanço dos acertos e equívocos do ISEB, um tema já debatido em documentos históricos, tais como a polêmica entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes e, posteriormente, em numerosas teses acadêmicas. Nosso interesse aqui restringe-se à compreensão dos processos pelos quais a atividade do Instituto constituiu a ponta mais visível, embora nem de longe a única, de um ambiente no qual o tema nacional era relançado numa chave muito próxima ao período anterior à fundação da universidade, em particular durante os anos do modernismo. Tratava-se, assim, de uma conjuntura na qual o ensaísmo ganhava um novo fôlego, desta feita renovado pelas conquistas metodológicas aportadas pela geração técnica das quais não era possível e nem desejável fazer-se tabula rasa. Ao mesmo tempo, a reicidiva ensaística, em seus melhores momentos, rompia as amarras excessivas sobre a imaginação teórica imanente a qualquer aventura do conhecimento.

Militar de carreira, historiador e crítico literário, Nelson Werneck Sodré encarnou expressão teórica mais bem acabada, não necessariamente a mais típica, do ideário nacionalista da época do desenvolvimentismo. Toda a sua vida foi dedicada a procurar respostas para uma questão: como um país cuja identidade foi imposta desde fora pelos colonizadores constrói sua própria identidade? Intérprete da trajetória histórica e social do país desde a década de 1930 e um dos precursores – em companhia de Caio Prado Júnior – da divulgação do marxismo por aqui, o autor de *Panorama do Segundo Império* atingiu o apogeu

²¹⁵ VIANNA, Luiz Werneck. *Esquerda Brasileira e Tradição Republicana*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 141.

de sua atividade teórica na mesma época em que o ISEB foi fundado. Com base nos planos de aula dos seus cursos de história naquela agência, uma atividade que se estendeu por mais de seis anos, finalmente em 1962, Nelson Werneck Sodré publicou a sua síntese historiográfica mais importante: *Formação Histórica do Brasil*, obra que, quarenta anos depois, atingirá a sua 14ª edição.

No mesmo registro de outras obras suas, tais como *História da Literatura Brasileira* e *a Ideologia do Liberalismo*, encontrando, porém, maior nível de abstração e complexidade, *Formação Histórica do Brasil* retorna a Portugal, em especial, ao período do medievo para buscar as raízes da evolução ocorrida sob nossos trópicos ao longo do séculos. Mesmo discorrendo de maneira extensa e minuciosamente documentada – característica da excelência de seu método historiográfico – acerca de temas como o protagonismo das classes sociais, a acumulação econômica, a evolução política da Colônia, entre outros tópicos, é na problemática do transplante cultural da matriz européia, suas alienações potenciais, e seu choque em face dos elementos nativos que vão se conformando à medida que o Brasil constrói uma identidade própria, que Nelson Werneck Sodré entretete suas tramas de conceitos, alguns deles problemáticos. Por exemplo, a noção da sobrevivência de “restos feudais” capazes de obstar, em vista da sobrevivência dos aspectos arcaicos da sociedade brasileira, o desenvolvimento econômico, foi alvo de uma cerrada crítica. Da mesma forma, o papel dirigente da chamada burguesia nacional no processo de emancipação política do país, pedra de toque da atuação das esquerdas, em especial do PCB, sob o período desenvolvimentista, revelou-se frágil após o colapso da república populista, em 1964.

Apesar dos equívocos de análise propiciados pela razão dualista que enxergava separados em pólos antitéticos os aspectos do arcaísmo e da modernidade da formação social brasileira, quando na verdade revelaram-se complementares, conforme o comprovaram a segunda geração uspiana, há um legado subjacente ao ISEB, em particular à contribuição de Nelson Werneck Sodré, bastante resistente à erosão do tempo: a caracterização da questão nacional como questão de Estado, isto é, a valorização da cultura do bem comum. Ou melhor, citando Werneck Vianna, “a transcendência do próprio interesse, a movimentação em defesa dos valores que mais do interesse imediato e particular, possam representar o interesse de todos”.²¹⁶ É justamente esta angulação da questão nacional o mote responsável, e o veremos posteriormente, um dos maiores fatores de sobrevivência da tradição do ensaio de interpretação da realidade nacional na difícil conjuntura aberta com o ciclo militar.

²¹⁶ VIANNA, Luiz Werneck. *Esquerda Brasileira e Tradição Republicana*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 142.

Ainda que movido nos marcos da razão dualista, o pensamento de Celso Furtado escapou às coerções mais ostensivas do método isebiano. Sua imaginação teórica, associada a uma rigorosa formação acadêmica realizada no exterior, mais precisamente na Universidade de Cambridge, onde foi aluno de Joan Robinson, abriu caminho a uma reflexão sobre os caminhos e estratégias para a superação do subdesenvolvimento cuja influência espalhou-se pelo mundo inteiro. Em seu livro *Formação Econômica do Brasil*, desde o lançamento um clássico, o economista dedica-se a investigar como foi possível a acumulação de capital que respondeu pelas singularidades da trajetória econômica do Brasil. Para tanto, comete várias “heresias” teóricas, tais como utilizar-se de categorias econômicas do pensamento de Marx sem, no entanto, fazer uso da mais importante delas, a teoria do valor. Suas conclusões contra tudo que pensava até então apontam para uma inversão dos papéis assentados nas explicações entre centro e periferia, ao defender um caráter endógeno para os ciclos econômicos brasileiros.

Em *Formação Econômica do Brasil*, a utilização do formato ensaio atinge sua melhor performance desde Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Isso porque sem descuidar do rigor na construção das hipóteses científicas, no caso aquelas associadas ao saber econômico, Celso Furtado engendra uma estrutura textual que, mesmo permeável à conclusão, ao axioma, remete, sempre que possível, a um extraordinário grau de abertura ao leitor, a exemplo do modelo ideado por Umberto Eco.²¹⁷

Em vista da abertura mencionada aqui, surge a pergunta: em que medida a veia literária do autor paraibano radicado no Rio de Janeiro influencia a sua escrita acadêmica, tornando-a mais inventiva e imaginosa? Como se sabe, antes da teoria, a primeira escolha do autor foi a da ficção. Seu livro de estreia, publicado em 1946, reúne contos onde evoca suas lembranças como pracinha no teatro de operações de uma Itália devastada pela Segunda Guerra Mundial. A ser produtiva essa hipótese referente à coexistência entre recursos ficcionais de linguagem e preocupações de cognição da realidade no interior do texto de *Formação Econômica do Brasil*, estaria repetindo-se aqui uma parte do método de Marx na estruturação de *O Capital*, o que não representaria nenhum despautério em se tratando Celso Furtado de leitor voraz da obra do pensador alemão.

O método de Marx em suas obras mais importantes se acha sumariamente enunciado por Karel Kosik, nos trechos abaixo:

²¹⁷ ECO, Umberto apud GULLAR, Ferreira. A obra aberta e a filosofia da praxis. In: *Revista Civilização Brasileira*, n. 21, p. 127-151. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 172.

O próprio Marx destacou como uma qualidade da sua obra o fato de que ela “constitui um todo artístico” (ein artistische ganzes). Do que se poderia deduzir que a estrutura de *O Capital* é um fato “artístico”, referente à elaboração literária da matéria. O autor dominou a matéria científica e para plasmá-la literariamente escolheu a *forma* do “todo artístico”, ou da “articulação dialética”. As modificações no plano seriam depois facilmente explicáveis como etapas da elaboração literária da matéria cientificamente dominada e analisada. Mas no mesmo lugar em que fala de “*O Capital*” como “todo artístico”, Marx afirma a diferença entre seu método dialético e os processos analíticos comparativos de Jacob Grimm. A arquitetura do texto de “*O Capital*” como “todo artístico” ou “articulação dialética” está assim em conexão tanto com a elaboração literária do material, quanto com o método da exposição científica.²¹⁸

Esse armistício entre método científico e arquitetura literária, já presente em Marx, mas aclimatado nestes trópicos por Celso Furtado, criou condições para um novo desenvolvimento da interpretação do Brasil. Ou seja, a rígida disciplina do tratado monográfico, de feição universitária, ganhava um saudável concorrente no ensaio renovado pelo surgimento de *Formação Econômica do Brasil*. Muitos autores parecem haver se beneficiado dessa inflexão da linguagem ensaística produzida ali pelo fim da década de 1950 e inícios de 1960, entre os quais destaca-se a presença de Darcy Ribeiro.

Educador, antropólogo, estadista, o mineiro de Montes Claros nunca escondeu os sólidos vínculos que o atavam docemente à literatura. Dedicou-se ao romance com afinco e à poesia de maneira dispersa. Foi, no entanto, no ensaio, que Darcy Ribeiro realmente encontrou o seu melhor meio de expressão. O tema da evolução da identidade do povo brasileiro o mobilizou por toda vida, especialmente o registro positivo, embora em nada apologético, da importância da mestiçagem entre os três grupos étnicos (brancos, afrodescendentes e índios) formadores de matriz antropológica nacional. Próximos no objeto, poucos autores poderiam ser mais distintos na abordagem do que Darcy Ribeiro e Gilberto Freyre. Homem de esquerda por toda a existência, o autor de *O Processo Civilizatório* jamais nutriu qualquer simpatia pela obra colonizadora das elites locais, em especial o estamento latifundiário, ao qual acusou sempre de geno/etnocida. Esta veemência da denúncia, nunca equivalente à mera retórica, se fazia acompanhar de uma grande erudição teórica e da *práxis*, sua vivência de muitos anos entre os índios do Alto Xingu o equipou para a percepção das diferenças entre diferentes sociedades, isso muito antes da divulgação maciça da obra de Levis-Strauss, e décadas antes do pensamento pós-modernista denunciar as perversões decorrentes da hipertrofia da categoria da identidade.

A Esse olhar original sobre a sociedade brasileira, que nunca se confundiu com o relativismo de alguns mestres da especialidade antropológica, também soube se conjugar o

²¹⁸ KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 1. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 162.

marxismo. A síntese dessas diferentes coordenadas acadêmicas apontou para a elaboração de uma obra marcante pelo seu ineditismo. Produzido nas condições difíceis da perseguição política e exílio decorrentes da ordem instaurada em 1964, o ensaísmo de Darcy Ribeiro adquire coerência quando enxergado no conjunto da obra. Escreveu muito, sempre animado pela sua magnífica verve para a polêmica. São textos sobre política, educação em todos os níveis, relações raciais, entre outros itens. Esses pequenos textos parecem servir de uma espécie de aproximação, de treino, para a elaboração de suas duas obras mais ambiciosas: *O Processo Civilizatório* e *O Povo Brasileiro*. Em especial, a segunda obra, cuja preparação envolveu mais de três décadas, traça um panorama dos cinco séculos de evolução da matriz social brasileira.

Otimista em face de nossas possibilidades enquanto civilização, embora, repita-se, distante de qualquer atitude laudatória, Darcy Ribeiro se inscreve entre os pensadores capazes de enxergar, em contraponto à tradição cética/pessimista inaugurada por Joaquim Nabuco, as potencialidades engastadas no traumático processo de gênese da identidade cultural do povo brasileiro. Em sua obra maior, as possibilidades da tabula rasa, da folha em branco, enfim, terminam por apontar um caminho para o desenvolvimento daqueles a quem denominou *povos novos*, como o brasileiro, grupamento humano cujas características remetem às:

[...] populações oriundas da mestiçagem e do entrecruzamento cultural de brancos com negros e com índios de nível tribal, sob a dominação dos primeiros. Tais são entre outros os colombianos, os venezuelanos ou os cubanos.

Sua característica diferencial é a de povos deculturados de sua indianidade, africanidade ou europeidade para serem um ente étnico novo. Comparados com os povos transplantados, que são mero europeus de além-mar, ou com os povos testemunho, que carregam duas heranças culturais imissíveis, os povos novos são uma espécie de povos tábularasa, deserdados que foram do seu parco acervo original. Desapegados de passados sem glória nem grandeza, eles só tem futuro. Sua façanha não está no passado, mas no porvir. Seu único feito é, debaixo de todas as vicissitudes, terem construído a si mesmos como vastos povos lingüisticamente, cultural e etnicamente unificados. Resumindo em si a genialidade e as taras de todas as raças e castas de homens, eles estão chamados a criar uma nova condição humana, quicá mais solidária.²¹⁹

A pós-graduação

Os dez anos posteriores ao golpe militar de 1964 trazem drásticas modificações à vida cultural do país. Algumas delas óbvias: censura à imprensa, restrições à liberdade de expressão, intervenções em universidades, aposentadoria compulsória de professores e exílio

²¹⁹ RIBEIRO, Darcy. A civilização emergente. In: *Revista do Brasil*, n. 3, p. 20-36, . Rio de Janeiro: Funarj, 1985, p. 28.

e cassação política de diversos intelectuais. Outras, de menor visibilidade – porém de grande importância estratégica – sinalizam a tentativa de implantação de um novo sistema educacional. A reforma do ensino de 1971, com sua Lei de Diretrizes e Bases, cria uma escola voltada para o aprendizado técnico, dito profissionalizante, em detrimento das humanidades, em especial a filosofia. Ao mesmo tempo, os militares também perseguem a modelagem de um sistema de pós-graduação universitária destinado a desenvolver a pesquisa no Brasil, principalmente nas áreas tecnológicas.

Por ironia da história, é nas brechas desse sistema, cujos suportes administrativos estão a cargo de duas agências até hoje em funcionamento, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) ambas articuladas com vistas a promover um desenvolvimento sem paralelo da pesquisa científico-técnica, que as humanidades encontram um respiradouro em meio ao ambiente sufocante do obscurantismo político e cultural do período. A reflexão sobre os caminhos e os impasses colocados diante do país passa a ser realizada, em grande parte, em institutos como o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), que congrega uma nova geração de intelectuais, em boa parte expulsa dos quadros da USP, conforme é o caso de Fernando Henrique Cardoso, Chico de Oliveira, Francisco Welfort, José Arthur Giannotti, entre outros. No Rio de Janeiro, o Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) cumprirá papel similar, reunindo em seus quadros pensadores como Wanderley Guilherme dos Santos, Luiz Werneck Vianna, José Murilo de Carvalho, entre muitos outros.

Se o tom das ciências sociais tendia a abrir-se ao otimismo quanto ao futuro do país durante a fase desenvolvimentista, a partir da derrocada de 1º de abril, retorna a dicção de ceticismo dos anos que precederam o período modernista. Sobrevém um tempo de realismo na teoria. O balanço dos equívocos e insuficiências das forças comprometidas com a transformação social será inventariado de maneira severa e metodologicamente rigorosa pelos cientistas sociais vinculados à pós-graduação emergente. Com isso, vozes relativamente em ostracismo por terem duvidado das possibilidades de êxito do pacto nacional consubstanciado no regime de 1946 passam a ser novamente escutadas com atenção: é o caso típico de Florestan Fernandes ou ainda de Caio Prado Júnior. Contudo, mais do que esses veteranos, em pleno vigor no pós-64, são seus discípulos os responsáveis por uma nova visada sociológica, com repercussões por toda a área das humanidades, incluídas aí a crítica literária, a historiografia, a economia. Os protocolos dessa mudança incluem a consolidação do tratado monográfico como gênero de expressão da pesquisa universitária e a adoção de um

vocabulário técnico, de contornos herméticos, visando a equiparar e integrar definitivamente as humanidades na condição de ciência. Nessa lógica, o jargão e o uso do neologismo também se inserem na busca de uma nova mediação, possibilitada pela linguagem entre sujeito e objeto do conhecimento em diálogo com os experimentos teóricos postos em pauta pela linguística estrutural de Saussure, pela fonologia de Jakobson, pela antropologia de Lévi-Strauss, pela vertente marxista de Althusser, pela psicanálise de Lacan, entre outros.

A própria literatura não passa incólume por essa modernização da agenda universitária: os institutos de Letras, criados ao longo das décadas de 1930 e 1940, principalmente com vistas ao ensino de história literária, vão abrindo-se à pesquisa dos fenômenos de linguagem abarcados pela linguagem escrita e pela fala.²²⁰ É a chamada teoria literária que vai beber em várias fontes: de Austin Warren e René Wellek, cuja divulgação da obra se deve pioneiramente a Afrânio Coutinho, eminente catedrático da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Mesmo os que reagem a essa voga, geralmente o fazem para sublinhar os vínculos da literatura com a vida social, o que também contribui para deslocar o foco da literatura enquanto disciplina para o do campo da disputa ideológica no plano das ciências humanas.

A era da pós-graduação não prenuncia, portanto, um ambiente muito fértil para o desenvolvimento do gênero ensaístico. Isso ocorre não apenas em vista da questão formal já mencionada, que aponta para o reforço do tratado monográfico em detrimento da síntese em aberto, mas, sobretudo, em virtude da desconfiança quanto ao termo “nacional” enxergado na qualidade de essência metafísica ou meramente ideológica, biombo destinado a esconder as tensões entre classes que se agudizam em vista do modelo econômico concentrador de renda adotado a partir de 1964. Assim, a única forma de sobrevivência do ensaio de interpretação do Brasil será o da escrita a contrapelo. Isto é, a crítica demolidora em chave pessimista, quase sempre, das sínteses de investigação da trajetória do país antecedentes ao estabelecimento da agenda teórica da pós-graduação. Os alvos do ataque da nova geração técnica atingem um perímetro que abrange desde a obra de Gilberto Freyre até o ISEB, passando pelo romance regionalista de Jorge Amado e Rachel de Queiroz. Em sentido contrário, também ocorrerão recuperações seletivas das ideias de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, sem esquecer da mais importante aquisição à pesquisa social brasileira na quadra que sucede ao golpe militar de abril: a obra de Raymundo Faoro.

²²⁰ SÜSSEKIND, Flora. *Papéis Colados*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, p. 15-37.

Nascido no Rio Grande do Sul, em 1925, o futuro autor de *Os Donos do Poder* adquiriu sua bagagem cultural de forma bastante precoce. Ao se radicar no Rio de Janeiro, aos 26 anos, já tinha realizado seus estudos universitários em Porto Alegre, onde se tornou amigo de intelectuais e críticos importantes como Augusto Meyer. Era, portanto, ele próprio uma prova de que o debate intelectual brasileiro voltava a se espalhar, conforme já ocorrera no Segundo Reinado, para além do eixo Rio-São Paulo – em sentido diverso, a trajetória do etnólogo Câmara Cascudo também flagra essa tendência. Outra curiosidade a seu respeito residia em suas inclinações ideológicas: assumia-se liberal em política, com convicção e conhecimento, isso num país em que os liberais para valer nunca contaram muito, pois o rótulo sempre foi usado pela maioria conservadora do patronato político brasileiro como sinônimo de conservador. De fato, por aqui, os intelectuais de filiação liberal genuína, na matriz europeia, contam-se nos dedos, de Joaquim Nabuco a José Honório Rodrigues. Nada obstante o seu conhecimento da obra de Marx e outros autores do materialismo histórico, quando da elaboração de sua obra mais importante, o já citado *Os Donos do Poder*, Faoro fez questão de proclamar distância ante os aspectos metodológicos mais típicos daquela corrente teórica. No prefácio da sua obra mais conhecida também manifestou o desejo de passar ao largo da influência de Max Weber, uma intenção algo frustrada. De fato, após Sérgio Buarque de Holanda nenhum autor produziu análises baseadas em elementos da sociologia do autor alemão com maior propriedade e segurança de causa do que Raymundo Faoro. O que não significa afirmar, de forma alguma, que não houvesse uma grande carga de originalidade teórica na ótica pela qual este último enxergou a evolução histórica do país.

Entre as teses centrais de *Os Donos do Poder*, duas se destacam: 1) a inexistência de um cortejo de “etapas” no qual um mítico “feudalismo” faria passagem no Brasil Colônia para equiparar a evolução histórica brasileira a sua similar europeia, e 2) a constituição de um estamento político, ao longo dos vários séculos da trajetória do país, insuscetível de tradução no recorte clássico dos esquemas de dominação de classe assinalada nos manuais marxistas. Essas proposições encontraram, a partir de 1973, data da publicação da segunda edição da obra originariamente lançada em 1958, uma acolhida francamente entusiástica por parte da nova geração técnica, aquela mesma empenhada na disseminação dos cursos de pós-graduação. Em boa parte essa reação advinha do uso francamente inovador, procedido pelo jurista e historiador gaúcho, de uma importante categoria analítica weberiana, abaixo delineada:

O patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas de apropriação do cargo – o cargo de poder próprio, articulado com o príncipe, sem anulação da esfera própria de competência. O Estado ainda não uma pirâmide autoritária, mas um feixe de cargos, reunidos por coordenação, com respeito à aristocracia dos subordinados. A comercialização da economia, proporcionando ingressos em dinheiro e assegurando o pagamento periódico das despesas, permitiu a abertura do recrutamento, sem que ao funcionário incumbissem os gastos da burocracia, financiando os seus dependentes. Todos, cargos elevados – que davam nobreza ou qualificavam origem aristocrática – como os cargos modestos, hauriam a vida e o calor do tesouro, diretamente vinculado à vigilância do soberano.²²¹

Iluminada pelo tipo de abordagem adotada no trecho acima, a compreensão do transplante das instituições políticas e culturais ibéricas para os trópicos brasileiros, já detectado desde os autores da década de 1930, adquiria novos contornos, ampliando a compreensão. Percepções ainda insuficientes, a exemplo da tese de Caio Prado Júnior sobre a vinculação da economia do Brasil a um hipotético sistema capitalista mundial desde o século XVI, sistema que, na realidade, só se organizaria por época da Revolução Industrial, ganhavam acréscimos convincentes com base na descrição do funcionamento da máquina mercantilista portuguesa posta em funcionamento por aqui a partir do desenvolvimento das primeiras atividades extrativas na Colônia. Simultaneamente, as observações das características genéticas do patriciado político local, tão bem denunciadas por Sérgio Buarque de Holanda, se viam reforçadas pela mirada panorâmica, mas ao mesmo tempo atentas ao detalhe, consubstanciada no texto de *Os Donos do Poder*.

Em 1974, um ano após a saída da segunda edição (refundida) da sua obra mais extensa, o autor gaúcho empreendeu uma nova síntese. Dessa feita, ao invés da reconstituição do mapa das relações materiais capazes de estabelecer os diferentes nexos, em vários níveis, assumidos pelas instituições associadas ao Estado patrimonialista, tratava-se agora de sondar o mundo das relações simbólicas, em grande parte cifradas nas linguagens artísticas. Refletindo outro dos interesses de Faoro, a crítica, o foco da incursão teórica recaiu sobre a literatura. O *corpus* dessas análises não poderia ser mais adequado a este propósito: a obra de Machado de Assis. A ninguém caberia duvidar da capacidade do autor de *Quincas Borba*, havida sem prejuízo da maestria literária, em produzir/reproduzir as estruturas do mosaico contraditório e complexo da realidade social em seus romances, contos e crônicas. Assim, nasceu *Machado de Assis, a Pirâmide e o Trapézio*, um estudo do universo machadiano marcado pela busca da compreensão da obra do escritor carioca como fato social, mas também artístico.

²²¹ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 102.

Obediente a essa lógica, a construção do ensaio remete às figuras geométricas evocadas no próprio título, segundo Silviano Santiago:

A pirâmide desenha a estrutura vertical das classes. A base reporta-se aos homens do trabalho braçal: os escravos, os forros, os pobres em geral, brancos e mestiços. O vértice é constituído pela reduzida classe dos proprietários, os fazendeiros, os comissários e os banqueiros. O comerciante escalona-se na parte intermediária da pirâmide e gradua-se na proporção de seus cabedais. A pirâmide tem a ver diretamente com a produção e o negócio. Os seus móveis serão acumulação, o lucro ou o consumo alto – no vértice –; na base será prioritariamente o escravo, secundariamente o trabalhador assalariado.

O trapézio desenha a estrutura horizontal dos estamentos. Superpondo-se à economia agroexportadora, servindo-a, ou dela servindo, por via dos excedentes tributários, estadeiam-se os estratos burocráticos, os magistrados, os funcionários imperiais e provinciais, o clero, o exército. É o universo das hierarquias assentadas em cargos, títulos, prebendas, patentes; as “influências” que formam a “corporação do poder” e que dependem da Câmara, do Senado vitalício e do poder pessoal, o imperador.²²²

Silviano Santiago sugere, ainda, que a reconstituição do quadro social proposta por Faoro, com base na obra de Machado, transcende a moldura cronológica do Segundo Reinado, pois flagra o curso da história, ou seja, a passagem de um mundo escravista e atrasado, que custa a retirar-se para dar lugar a um outro marcado pela adesão aos valores da modernização capitalista autoritária, pelo alto. Recriar a dinâmica desse momento esgotaria a abordagem de um exercício de sociologia da literatura. Contudo, a essa altura, Faoro empreende um novo movimento prospectivo da obra machadiana: o da recriação da perspectiva do escritor, sua capacidade de interpretar comportamentos e situações ficcionais. Para tanto, o olhar escolhido para essa operação teórica será o do Machado analista das questões morais, das paixões, dos costumes, dos dilemas, das práticas. Isto é, do escritor inserido numa tradição dos grandes moralistas literários, que vai de Montaigne a La Rochefoucauld, de Maquiavel a La Bruyère e Schopenhauer.

Com base numa citação de Hugo Friederich, o próprio Faoro adverte sobre a real acepção do termo moralista, em literatura:

Moralista não quer dizer moralizador, pregador da moral ou censor de costumes. O moralismo nada tem a ver com a moral, mas tem muito a ver com costumes, mores, isto é, com o gênero de vida e a maneira de ser do homem na realidade concreta, que pode ser *imoral*. Os moralistas não são educadores e nem professores de ética. São observadores, analistas, pintores de homens, infinita é sua tarefa. Seu estudo se dedica à complicação total da natureza contraditória e da condição banal e concreta do homem que não se revela quando a ética se retira para deixar o campo livre à observação não preconceituosa do real.²²³

²²² BOSY, Alfredo. Raymundo Faoro, leitor de Machado de Assis. In: _____. *Brás Cubas em Três Versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras: 2006, p. 116.

²²³ BOSY, Alfredo. Raymundo Faoro, leitor de Machado de Assis. In: _____. *Brás Cubas em Três Versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras: 2006, p. 116..

É essa dimensão do Machado moralista que Raymundo Faoro acrescenta à tradição dos estudos literários da obra do grande romancista brasileiro. De resto, o método permite captar a gênese de personagens ora sórdidos, o Procópio Dias, de *Iaiá Garcia*; ora ingênuos, o Rubião, de *Quincas Borba*; emergentes, o banqueiro Santos, de *Esau e Jacó*; submissos, Guiomar de *A Mão e a Luva* e integrados, a Virgínia, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*; cínicos, o Escobar de *Dom Casmurro* ou iludidos, o Tristão de *Memorial de Aires*, entre outros. Todos eles verdadeiras provas de composição dos poderes do estamento político e da estratificação entre classes presentes por todo percurso brasileiro até os dias de hoje. Personagens que, embora dotados de um verniz ficcional e de um acabamento tão perfeito, podem figurar em qualquer esforço bem-sucedido de produção de uma literatura universal.

Conforme já foi ressaltado aqui, os temas e as categorias de análise utilizadas por pensadores como Raymundo Faoro e outros, a exemplo de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, influenciaram decisivamente a segunda geração técnica sem, contudo, convencer seus participantes a adotarem a forma literária do ensaio. De uma maneira geral, as contribuições mais interessantes do ponto de vista das ciências sociais no período que abre com a década de 1960 ganham veiculação através do tratado monográfico, meio de expressão, por excelência, da divulgação acadêmica. A chamada teoria da dependência ilustra essa situação. Formulada por estudiosos como Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso, Theotonio dos Santos, com contribuições internacionais de nomes como Enzo Falleto, essa explicação voltada para exprimir o grau de internacionalização das economias periféricas em associação com capitais dos países mais desenvolvidos obteve uma grande audiência no interior dos meios universitários, mas só adquiriu visibilidade no mundo editorial e jornalístico com o passar dos anos, após um período de absorção de seus complexos conceitos e linguagem, numa prova de que as modificações na vida cultural vinham para ficar.

Pós-modernismo, multiculturalismo & Cia

Nenhum esquema de datação possui capacidade de atrair para si e conferir coerência a eventos e ideias que, em boa parte, repelem a homogeneidade e se instalam no terreno da contingência. Sob esta ótica, cogitar uma era do neoliberalismo globalista revela-se aqui menos uma necessidade de periodização e mais uma tentativa de promover um balanço dos

principais problemas tratados pelas ciências sociais, pelas investigações filosóficas, e até literárias, em tempos recentes. Consciente dessas limitações, em minha dissertação de mestrado,²²⁴ pude esboçar algumas tendências operadas na vida cultural no quadro contemporâneo à recepção das ideias neoliberais no país, a partir de meados da década de 1980:

* Fortalecimento de uma vulgata econômica marcada pela apologia de um Estado Mínimo e pela crítica a toda intervenção pública na economia.

* Acentuação do declínio das investigações analíticas e discursos fundados na ideia de nação.

* Abandono da ideologia do desenvolvimentismo por parte dos setores mais dinâmicos das elites brasileiras, cada vez mais comprometidos com o processo de globalização econômica e financeira.

* A expansão do neopentecostalismo, de fundo calvinista, no país, abalando a matriz de catolicidade ibérica implantada desde o período colonial.

* Aumento do poder de irradiação das mídias eletrônicas, em particular das Organizações Globo.

* Término do processo de urbanização das populações brasileiras que passam a residir, num contingente de mais de 80%, em cidades.

No já mencionado espaço da dissertação, também foi detectado o afluxo do conjunto heterogêneo de ideias a que se convencionou denominar pós-modernismo, em suas relações de conflito, ora de assimilação com a voga neoliberal. Conjuntura marcada pela:

* Defesa de um multiculturalismo em contraponto à ideia-força de um Brasil uno e homogêneo.

* O crescimento dos movimentos contrários a todas as formas de discriminação de raça, sexo ou orientação sexual.

* O aparecimento de estéticas baseadas na paródia, no pastiche, enfim, na citação aos grandes momentos artísticos do passado.

* Desconfiança em face da objetividade dos instrumentos de aferição teórica da realidade social e da própria teoria, termos supostamente comprometidos com categorias eurocêntricas de pensamento.

²²⁴ BARBOSA da SILVA, Marcelo. *Latim de Tapuio, Música e Nação em Mário de Andrade*. 2005. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, p. 13.

* Surgimento de uma geração de autores, entre os quais José Miguel Wisnick e Hermano Vianna, interessados na crítica da intervenção cultural do Estado no período 1930/1980, por considerá-la inibidora das manifestações artísticas das parcelas de baixo da pirâmide social.

* Eclosão de movimentos políticos e sociais apartados da tutela do Estado, a exemplo do sindicalismo do ABC paulista e da fundação do PT (Partido dos Trabalhadores) e do MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra).

À sombra dos movimentos acima citados vai se constituindo a prosa ensaística mais significativa do período. Ora em chave detratora das concepções da pós-modernidade, conforme é o caso de Alfredo Bosi, ou por meio do diálogo – tenso, contraditório e mesmo aporético – com a obra dos autores envolvidos na ruptura teórica celebrada a partir das décadas 1970/1980. Neste segundo segmento, destaca-se, indubitavelmente, a produção do crítico literário e ficcionista Silviano Santiago. Em meio ao léxico que esse autor ajudou a popularizar entre nós destaca-se, sem dúvida, o vocábulo *desconstrução* (nomear a palavra por “conceito” seria negar a sua própria gênese). Cunhado pelo filósofo francês Jacques Derrida,²²⁵ o termo faz alusão a uma “teoria cética pela qual não existe um ponto de referência privilegiado, a intenção de um autor ou um contato com a realidade externa, por exemplo que dê significado a um texto. Existe apenas a oportunidade para novos comentários ou textos.” Deliberadamente obscura, a ideia desconstrucionista exhibe a parte mais visível de uma confluência de concepções relativísticas voltadas para um ajuste de contas com as categorias fundantes da trajetória especulativa moderna, ou seja, para a crítica de conceitos como “verdade”, “objetividade” ou ainda “crítica”. Recebidas com algum escândalo por filósofos tradicionais, as concepções próximas da desconstrução encontraram uma recepção mais amistosa nas áreas afins aos estudos literários, especialmente na França, Estados Unidos e até mesmo por aqui, em nossa periferia terceiro-mundista.

Ao mesmo tempo integrada e heterodoxa em face do desconstrucionismo, a obra de Silviano Santiago jamais ignorou o cânone literário e os esforços de interpretação do Brasil, em especial em sua forma ensaística. Ao contrário. O intelectual mineiro promoveu um notável ciclo de leituras a contrapelo dos autores “clássicos” da literatura brasileira, nas quais muitas vezes abandonou o terreno da teoria para invadir o da ficção. Assim, não satisfeito apenas com a função de comentador crítico de textos, várias vezes adotou o papel de ficcionista, com resultados muito estimulantes. Exemplo disso encontra-se na sua análise da

²²⁵ Sobre desconstrução, ler BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. 1. ed. Tradução de Desidério Murcho *et al.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 94.

obra de Graciliano Ramos, a qual consagrou vários estudos que podem ser lidos simultaneamente ao romance *Em Liberdade*. Uma experiência que insere a crítica na própria estrutura romanesca sem a perda da autonomia entre teoria e ficção, resultando o conjunto num belo inventário das possibilidades da escrita paródica, havida sob o signo da citação, com enorme eficácia estética.

O ensaio de interpretação do Brasil recebeu várias atenções por parte de Silviano Santiago. Entre muitas abordagens, optamos por destacar, em vista da afinidade com os objetos desta pesquisa, aquela assinalada em *As Raízes e O Labirinto da América Latina*. Em primeiro lugar, em virtude do seu caráter metalinguístico: trata-se de um ensaio sobre outros dois ensaios, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *O Labirinto da América Latina*, de Octávio Paz, operação guiada pela mediação dos textos, excluída qualquer pretensão apriorística de transparência entre realidade e representação, em sentido especular. Em contrapartida, o ensaio de Silviano Santiago escapa ao molde consagrado das interpretações porque transcende a moldura nacional ao propor uma leitura comparativa entre a experiência brasileira e a latino-americana na qual o Brasil também encontra-se inserido.

Os elementos de interesse não param aí: *As Raízes e o Labirinto da América Latina* propõem, em alguma medida, uma recuperação do saber literário como chave explicativa das singularidades da identidade latino-americana. Mais do que um empreendimento destinado a pôr em evidência cultural a busca pela descoberta dos elementos em comum a uma poética do ensaio na obra de Octávio Paz e Sérgio Buarque de Holanda, trata-se de verificar o processo pelo qual os elementos estéticos suplementam os processos cognitivos imanentes à reflexão teórica dos dois autores.

Essa sensibilidade à questão identitária termina por envolver, de igual maneira, o comentador. É que Silviano, ao tratar do diálogo entre os dois autores, fornece a possibilidade de novas respostas a uma velha pergunta: o que é ser brasileiro? Sob esta ótica, a simples negativa à relevância desta pergunta seria algo politicamente conformista, porém a mera defesa reativa de uma identidade fechada e atemporal representaria uma deriva no reacionarismo. Diante deste impasse, o autor de *Uma Literatura nos Trópicos* vai buscar as aberturas de uma identidade inventada.

Das identidades inventadas para as identidades recalçadas, esse parece o roteiro estruturante do ensaio *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*, do midiólogo Muniz Sodré, outro momento significativo da reflexão teórica brasileira num período mais recente. O livro refaz o percurso dos discursos sobre a noção de identidade e sua hipertrofia sobre o debate cultural brasileiro, utilizando-se de referências que vão desde Aristóteles até os

chamados pós-estruturalistas como Deleuze. O principal objetivo da obra diz respeito ao estabelecimento do lugar da herança afrodescendente, frequentemente ocultado, quando não reprimido, em nossas relações sociais desde a Colônia, para retornar à tona, de maneira intensa, em vários momentos do nosso imaginário como povo. Segundo o autor, é justamente essa contribuição da cultura negra que se afigura como a singularidade cultural dos brasileiros face aos demais povos.

A abordagem do autor, ativo militante dos movimentos negros no Brasil, faz uso de categorias de pensamento, conforme já anotamos aqui, buscadas no grande debate intelectual que deu lugar ao pós-modernismo, em especial, na França, país onde realizou estudos de pós-graduação. No entanto, de maneira algo distinta de outros pensadores formados nessas escolas, o inventário das concepções relativas à cisão do sujeito, da invariância da experiência humana e do desdobramento e relatividade da experiência do tempo e do espaço, entre outros temas conexos, sugerem uma recepção muito particular dessas questões, bastante marcada pela leitura de Paul Ricoeur,²²⁶ recurso destinado a valorizar as demandas originadas com base na linguagem. Dessa forma, sem jamais tangenciar as ideologias racialistas e o diferencialismo, Muniz Sodré constrói uma crítica muito vigorosa do desconhecimento da posição civilizatória que os africanos e seus descendentes sustentaram no Brasil, traço incômodo, embora presente, na obra de intérpretes do Brasil como Gilberto Freyre e até mesmo em:

Prado Jr., em sua análise da formação econômica nacional, assume a hipótese da incapacidade dos negros como força de trabalho modernizante, com o argumento de um despreparo básico, por terem supostamente provido de regiões “atrasadas” da África. Desconhece a diferenciação cultural da diáspora negra, assim como o fato de alguns dos grupos escravizados provirem de complexos urbanos com práticas técnicas (metalurgia, tecelagem, marcenaria, comércio, etc.) bastante adequadas aos padrões da época. Além disso, desconhece a tradição artística (música, escultura, pintura) de negros e seus descendentes até o fim do Império.²²⁷

A obra do autor de *Casa Grande & Senzala*, por sua vez:

[...] deixa de lado tanto os movimentos armados por parte de segmentos da população escrava – dos persistentes quilombos rurais à renitente resistência urbana – como a natureza afirmativa e, em larga medida autônoma, das estratégias sociabilizantes dos grupos negros. Costumes, festas, culinária, instituições litúrgicas não se reduzem a meros insumos de mestiçagem, ou seja não se resolvem na definição de elementos suscetíveis de dissolução no caldeamento de um padrão identitário único sob a tutela familiar da casa-grande.²²⁸

²²⁶ SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros* (identidade, povo e mídia no Brasil). Petrópolis: Vozes, 1999, p. 45.

²²⁷ SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros* (identidade, povo e mídia no Brasil). Petrópolis: Vozes, 1999, p.101.

²²⁸ SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros* (identidade, povo e mídia no Brasil). Petrópolis: Vozes, 1999, p.102.

Trechos como o acima transcrito, presentes na ensaística de Muniz Sodré, comprovam a possibilidade de uma crítica de natureza, digamos, pós-moderna, com recursos e flexibilidade para fazer avançar, em ponderável medida, a compreensão dos processos culturais, sociais e políticos do mundo atual. Essa, contudo, não é uma percepção destinada a produzir consenso na comunidade acadêmica.

Muitos autores deploram a renúncia, em termos, aos debates sobre as *grandes* questões corporificadas nos campos da política, da economia, da história, da ética, entre outros domínios, e a opção pela micro perspectiva, pelo detalhe, pela revolução molecular. Com isso, a crítica ao relativismo das concepções derivadas do pensamento dos autores da desconstrução e congêneres ganha terreno. Um dos pensadores brasileiros mais engajados nessa discussão é Alfredo Bosi. Veterano da segunda geração técnica uspiana, ele assina uma das mais sólidas argumentações em face das alegadas insuficiências das correntes do relativismo filosófico em versão contemporânea. O seu livro *Dialética da Colonização* constitui uma síntese da trajetória da cultura brasileira desde a suas primeiras manifestações até o presente, concluindo com uma apaixonada da modernidade inconclusa, verdadeiro repto aos contemporâneos:

Uma civilização que foi capaz de sustentar, em meio a lutas fratricidas e em pleno surto feroz do capitalismo, o ideal dos Direitos do Homem e do Cidadão; e que conseguiu harmonizar mediante a invenção da arte, a paixão libertária e as regras imanentes da forma nas sinfonias de Beethoven e nos poemas de Blake; e que pensou o destino do ser humano com a densidade e a beleza do Fausto, de Guerra e Paz e dos Irmãos Karamazov: eis um passado apenas atrás de nós, mas dentro de nós. É o que o homem de hoje pode lembrar sempre que estão em jogo a sua identidade e a sua dignidade. Neste sentido, a cultura contemporânea está livre para escolher suas matrizes, as suas estrelas-guia. O ato de escolha se impõe: aquele “escolher a escolha” Sören Kierkegaard definia não Aut Aut, como primeiro passo da existência ética fora da qual o tempo do sujeito se escoia pelo ralo da curiosidade lábil e da desconversa.²²⁹

Um retorno ao ensaio?

Pelo que foi possível apurar, a segunda metade do século XX, em especial as três últimas décadas, apresentou pouca afinidade com a interpretação do Brasil em formato ensaístico. Curiosamente, isso não implica um desaparecimento dessa modalidade de escrita. Pois, mesmo diante do predomínio dos formatos acadêmicos, soluções híbridas entre o tratado universitário e o ensaio conferem continuidade a esse gênero tão marcado por uma reflexão sobre o país como episteme. Essa fusão de gêneros aparece em obras como *Crítica da Razão Dualista* (1972), de Francisco de Oliveira; em *As Ideias Fora do Lugar* (1977), de Roberto

²²⁹ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 356.

Schwarz; *Cultura e Democracia no Brasil* (1979), de Carlos Nelson Coutinho; *Dialética da Colonização* (1993), de Alfredo Bosi e *A Revolução Passiva*, (1997), de Luiz Werneck Vianna, entre outros. Equilibrando os elementos de linguagem técnica e estilo pessoal, os modelos explicativos que emergem dessas obras não excluem o dado da imaginação/invenção do intérprete, malgrado o rigor de método que vem singularizando a pesquisa universitária brasileira, especialmente após a implantação dos sistemas de pós-graduação.

Diferentes entre si, os autores arrolados acima parecem compartilhar a crença de que qualquer abordagem destinada a revitalizar a questão nacional deve guardar distância em relação ao campo de mobilização cultural e política do nacionalismo. Ao que tudo indica, trata-se de um pensamento de nítidas feições internacionalistas, cujo ponto de equilíbrio situa-se, sempre, no enlace do elemento nacional com a questão democrática, sob predomínio desta última.

Muito próxima no tempo, a primeira década do o século XXI ainda não permite um exame de suas tendências. Em sentido inicial, o que se pode divisar é o reforço de duas controvérsias. A primeira delas, de corte identitário, gerada pelo avanço da pesquisa acerca da informação genômica das populações brasileiras, coloca em campos opostos os defensores de políticas afirmativas assentadas sobre o conceito de “raça” e o partido teórico daqueles que adotam a defesa de uma ótica universalizante no diagnóstico das particularidades do país. No centro da polêmica, o conceito de mestiçagem. A outra clivagem faz referência a uma agenda de construção do novo a partir da retomada do “desenvolvimento”. Por isso mesmo, diz respeito ao papel do Estado frente à economia, um tema o qual a década de 1990 se propôs a aposentar e que ressurgiu, com força, em especial nas eleições de 2006 e 2010.